



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE

Cidade Monumento da História Pátria

Cellula Mater da Nacionalidade

LEI N.º 3407-A

Aprova o Plano Municipal de Cultura e dá outras providências.

Proc. n.º 40673/15

LUIS CLÁUDIO BILI, Prefeito do Município de São Vicente, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal decreta e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1.º - Fica aprovado o Plano Municipal de Cultura conforme constante do documento anexo, com duração de 10 (dez) anos.

Art. 2.º - A partir da vigência desta Lei, o Município deverá, com base no Plano Municipal de Cultura, elaborar os planos decenais correspondentes.

Art. 3.º - O Município, através do Conselho Municipal de Política Cultural de São Vicente, acompanhará e opinará sobre a execução e implementação de projetos ou programas estratégicos programados pela Secretaria da Cultura.

Art. 4.º - Cabe ao Conselho Municipal de Política Cultural de São Vicente coordenar o processo de avaliação e revisão do Plano Municipal de Cultura, no mínimo, a cada 2 (dois) anos.

Art. 5.º - O Plano Plurianual do Município será elaborado de modo a dar suporte às metas constantes do Plano Municipal de Cultura e dos respectivos planos decenais.

Art. 6.º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Vicente, Cidade Monumento da História Pátria, Cellula Mater da Nacionalidade, em 27 de novembro de 2015.

LUIS CLÁUDIO BILI
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de São Vicente
Secretaria da Cultura de São Vicente
Conselho Municipal de Políticas Culturais de São Vicente

PLANO MUNICIPAL DE CULTURA
2015-2025

FICHA TÉCNICA

Prefeitura Municipal de São Vicente

Prefeito: Luis Claudio Bili

Secretaria Municipal da Cultura

Secretário: Amauri Alves

Conselho Municipal de Políticas Culturais 2015-2017

Presidente: Ivone Rodrigues de Freitas

Vice-presidente: Gevaneide Fernandes Rodrigues

Comissão de Elaboração do Plano Municipal de Cultura 2015-2025

Representantes da Secretaria da Cultura: Carlos de Oliveira, Celso dos Santos Morgado, Lincoln Spada da Silva, Lua Marina Juns Topp, Miriam Vieira

Representantes da Sociedade Civil: Fernando Rino, Gevaneide Fernandes Rodrigues, Ivone Rodrigues de Freitas, Marcia Alves

APRESENTAÇÃO

Este Plano Municipal de Cultura tem validade para os próximos 10 anos e conceitua a posição estratégica do setor cultural para o desenvolvimento econômico e cidadão para a Cidade de São Vicente. Ele é fruto do compromisso da Administração Municipal em efetivar ao longo dos anos os diversos componentes do Sistema Municipal da Cultura, a partir do estímulo das políticas nacionais deste segmento por meio de convênio em parceria com o Ministério da Cultura desde 2012.

É salutar a criação, manutenção e ampliação de órgãos e mecanismos em nível municipal para salvaguardar os direitos constitucionais referentes ao acesso à cultura e a livre expressão das artes no País. Compreendemos assim que a cultura se refere a um conceito de múltiplas dimensões, relacionadas à cidadania, economia e simbólica.

Neste sentido, a dimensão simbólica corresponde a todos os bens de natureza material e imaterial que constituem o patrimônio cultural do município, como os modos de viver, fazer e criar dos diferentes bairros e comunidades. A diversidade tão característica de São Vicente, rica em identidades em toda sua trajetória histórica, exige um planejamento eficiente para a valorização destas diferentes formas culturais.

Por sua vez, a cidadania faz valer enquanto a preservação dos direitos humanos e deve se constituir numa plataforma de sustentação das políticas culturais. Assim, é preciso assegurar o pleno exercício dos direitos culturais a todos os cidadãos, promovendo o acesso universal à cultura por meio do estímulo à criação artística, da democratização das condições de produção, da oferta de formação, da expansão dos meios de difusão, da ampliação das possibilidades de fruição e da livre circulação de valores culturais. A acessibilidade e a sustentabilidade se encontram embasadas nestes direitos.

E a economia criativa, cada vez mais crescente nos meios populares e discussões de gestores públicos, necessita ser fermentada de modo perene na Cidade.

Portanto, a Administração Municipal nesta próxima década tem que garantir as condições para o desenvolvimento da cultura como espaço de inovação e expressão da criatividade local e fonte de oportunidades de geração de ocupações produtivas e de renda, fomentando a sustentabilidade e promovendo a desconcentração dos fluxos de formação, produção e difusão das distintas linguagens artísticas e múltiplas expressões culturais.

A partir desta tríade conceitual, que a Prefeitura através da Secretaria Municipal da Cultura rearticulou o Conselho Municipal de Políticas Culturais no segundo semestre de 2014 que, recém-empossado no semestre seguinte, dedicou-se para a construção deste importante norteador de políticas públicas culturais para a nossa Cidade. Trata-se de uma iniciativa inédita neste segmento ao entender o seu modo colaborativo, em que a sociedade civil se organizou por meses para levantamento de propostas e ações para o setor.

Entre os meses de julho e setembro, cerca de 150 munícipes se reuniram em encontros por segmento artístico no Parque Cultural Vila de São Vicente a fim de se sensibilizarem para organização de propostas ao Plano Municipal de Cultura. O conselho retomou o ciclo de discussões na segunda quinzena de setembro com mais de 50 vicentinos, desta vez, nas Oficinas Culturais Professor Oswaldo Névola Filho, assim recolhendo as demandas de cada arte realizada em nosso território.

O conselho enquanto espaço de discussão do Poder Público e da sociedade civil também acolheu as propostas em plataforma digital durante o mês de outubro. Ao mesmo tempo, a comissão de elaboração deste plano que teve seus representantes eleitos em agosto pelo Conselho Municipal de Política Cultural se referenciou com pesquisas acadêmicas, legislações, planos de outras secretarias municipais e em nível estadual e federal para composição do texto final deste documento.

Nele há um diagnóstico detalhado das características históricas, geográficas e sócio-econômicas que interferem nas manifestações culturais da Cidade. Ele apresenta em seguida o panorama institucional da Administração Pública sobre as

políticas para o segmento, compreendendo a atuação e legislação que rege diferentes órgãos, como secretarias, conselhos e fundo cultural. Ainda trata um diagnóstico que aborda a realidade, desafios e potencialidades de cada segmento artístico.

Por fim, o estabelecimento de diretrizes, objetivos, metas e ações para o crescimento eficiente da política cultural na Cidade. Um trabalho de criação que determinou nos últimos meses muito empenho de todos os envolvidos e, por conseguinte, no desejo de que este documento seja ponto de partida de ações e políticas cada vez mais fortalecidas pela gestão municipal na área da Cultura pela próxima década.

SUMÁRIO

1. Caracterização do Município de São Vicente.....	10
1.1 Aspectos históricos.....	10
1.1.1 Primeiros registros da fundação da Cidade.....	10
1.1.2 Revisão histórico-cultural da população indígena em São Vicente.	11
1.1.3 Revisão histórico-cultural da população europeia em São Vicente..	12
1.1.4 Revisão histórico-cultural da população africana em São Vicente... 14	
1.1.5 Revisão histórico-cultural da população caiçara em São Vicente....	15
1.1.6 Revisão histórico-cultural da população nordestina em São Vicente.	17
1.1.7 Revisão histórico-cultural da população japonesa em São Vicente... 18	
1.1.8 Revisão histórico-cultural da cultura popular e urbana em São Vicente	19
1.2 Aspectos geográficos	20
1.2.1 Localização e acessos	20
1.2.2 Geologia e Geomorfologia	22
1.2.3 Clima e influências	24
1.2.4. Hidrografia e influências	26
1.2.5 Biodiversidade	30
1.3 Aspectos sócio-econômicos	31
1.3.1 Demografia	31
1.3.2 População flutuante e projeção populacional	34
1.3.3 Economia	35
1.3.4 Habitação	40
1.3.5 Índice de Desenvolvimento Humano	41
1.3.6 Educação	42
1.3.7 Saúde	44
1.3.8 Violência	45

2. Diagnóstico Institucional do Município de São Vicente	47
2.1 Aspectos da Administração Municipal.....	47
2.2 Secretaria Municipal da Cultura	50
2.2.1 Programas da Secretaria Municipal da Cultura.....	53
2.2.1.1 Oficinas Culturais Professor Oswaldo Névola Filho	53
2.2.1.2 Programa Encontros	53
2.2.1.3 Programa Viva Leitura Viva – Baús de Leitura	54
2.2.1.4 Programa Vias Vivas	55
2.2.1.5 Residência Artística no Parque Cultural Vila de São Vicente	56
2.2.1.6 Galeria Virtual	56
2.2.2 Equipamentos públicos da Secretaria Municipal da Cultura	57
2.2.2.1 Sede das Oficinas Culturais Professor Oswaldo Névola Filho ...	57
2.2.2.2 Parque Cultural Vila de São Vicente	57
2.2.2.3 Casa da Cultura Afro-Brasileira - Memorial ao Escravizado	58
2.2.2.4 Casa Martim Afonso	58
2.2.2.5 Cine 3D	59
2.2.3 Equipamentos públicos culturais em construção	60
2.2.3.1 Teatro Municipal	60
2.2.3.2 CEU das Artes - Centro de Artes e Esportes Unificados	61
2.2.4 Eventos realizados pela Secretaria Municipal da Cultura	62
2.2.4.1 Encenação da Fundação da Vila de São Vicente	62
2.2.4.2 Naha Matsuri – Festival de Cultura e Gastronomia Japonesa ...	63
2.2.4.3 Festa de Iemanjá	64
2.2.4.4 Festival de Quadrilhas Juninas	64
2.2.4.5 Dança São Vicente	65
2.2.4.6 FITI – Festival Internacional de Teatro Infantil	66
2.3 Outras secretarias e órgãos municipais	66
2.3.1 Secretaria da Educação	67
2.3.2 Superintendência de Políticas para Mulheres e Promoção da Igualdade Racial	67
2.3.3 Secretaria de Imprensa e Comunicação	69

2.4 Conselhos municipais vinculados à Secretaria da Cultura	69
2.4.1 Conselho Municipal de Políticas Culturais	69
2.4.2 Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico, Cultural e Turístico de São Vicente	71
2.4.2.1 Patrimônios municipais tombados	73
2.5 Fundo Pró-Cultura de São Vicente	75
2.6 Outros componentes do Sistema Municipal de Cultura	76
2.7 Outros programas governamentais	77
2.7.1 Projeto Guri	77
2.7.2 Oficinas Culturais do Estado de São Paulo	78
2.7.3 Programa de Ação Cultural – ProAC	79
2.7.4 Rede de Pontos de Cultura	79
2.7.5 Vale-Cultura	80
3. Diagnóstico Cultural do Município de São Vicente	82
3.1 Artes Cênicas	83
3.1.1 Teatro	83
3.1.2 Dança	84
3.1.3 Artes Circenses	85
3.2 Música	87
3.3 Literatura	89
3.4 Artesanato	90
3.5 Artes Plásticas	92
3.5.1 Grafite	94
3.6 Artes Visuais	95
3.6.1 Audiovisual	96

3.6.2 Arte digital	97
3.7 Culturas Populares	98
3.7.1 Cultura Negra	99
3.8 Culturas Tradicionais	100
3.9 Patrimônio Histórico Cultural	101
4. Diretrizes, objetivos e estratégias de políticas culturais	103
4.1 Diretrizes	104
4.2 Objetivos gerais	105
4.3 Estratégias: metas, ações e prazos	106
4.4 Gestão, indicadores e recursos	129
5. Referências	131

1. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE

Este capítulo tem como objetivo elucidar em uma narrativa contextual os diferentes aspectos de São Vicente por meio da perspectiva cultural. Por meio de pesquisas, referências bibliográficas e diferentes planos da própria Prefeitura as dimensões histórica e sócio-econômica, desmembrada em outros itens.

1.1 ASPECTOS HISTÓRICOS

Neste item, são apresentados índices e estudos referentes às expressões culturais dos povos que influenciaram os hábitos culturais da Cidade nos dias de hoje. São eles os indígenas, os europeus (portugueses), os africanos, os caiçaras, os nordestinos, os japoneses e a cultura popular urbana da atualidade.

1.1.1 Primeiros registros da fundação da Cidade

Os primeiros registros de São Vicente datam de mapas europeus de 1502. Essas documentações são frutos do desenvolvimento das Grandes Navegações e a concorrência de novos territórios para exploração de recursos naturais entre as então principais potências econômicas e científicas do Velho Continente: Espanha e Portugal.

Em uma expedição a serviço do Reino de Portugal que desembarcou do Porto de Lisboa em maio de 1501, a frota comandada por Gonçalo Coelho, André Gonçalves com Américo Vespúcio a bordo, nomeou as curvas geográficas desta ilha paulistana de São Vicente em 22 de janeiro de 1502, em homenagem ao religioso mártir espanhol enterrado na catedral de Lisboa.

Era comum que os navegadores batizassem cada trecho geográfico com nome de um santo. Dois dias antes, São Sebastião e, no mesmo dia 22, Santo Amaro também seriam nomeações do território brasileiro a partir de apontamentos de Américo Vespúcio. Pelo seu diário de bordo, encontra-se datado na semana seguinte a passagem da expedição por Cananeia, onde permaneceu em terra

firme o Bacharel Mestre Cosme Fernandes Pessoa, que se intitulando Bacharel da Cananeia e lá estabeleceu um povoado.

Junto aos indígenas, o bacharel também colonizaria esta ilha em aliança com os tupiniquins, local estratégico portuário que se torna referência para a Coroa Portuguesa desde 1510. Não à toa, circularam registros durante a primeira década do século 16 batizando a ilha de porto ou povoado de 'San Vicentio', 'Sanbicente' e 'San Vicente'.

1.1.2 Revisão histórico-cultural da população indígena em São Vicente

No entanto, esta terra era conhecida como Ilha de Gohayó, que no tupi significaria "área cortada, desapegada". Outros registros também relacionam tal nome como "terra rasa, de descanso", sendo que ambos traduzem a geografia do município então habitado por tupiniquins - guaianases e também tupinambás. É notória a diversidade das expressões culturais das tribos indígenas de nosso país.

A própria medição do tempo é diferente em comparação com os europeus. Aos indígenas, a posição do Sol ao longo do dia, a movimentação das marés e os ciclos de cultivo da terra eram suficientes para delimitar o dia, o mês e o ano do calendário gregoriano, em que os europeus podiam controlar no relógio ou no contar das datas.

Além das diferenças linguísticas e de vestuário, os nativos diferenciavam e muito dos europeus. A maioria de suas expressões artísticas pertencem à dimensão religiosa, por meio de rituais de celebração ou luto às divindades guaranis encontradas nos elementos da natureza, como meio de manter vivo o sentido de pertencimento do povo à sua origem e de seu contato com a mãe terra. Isto podia ser percebido em seus trajes, pinturas corporais, danças e cantos.

Vale ressaltar que em 1509 se estabelece em São Vicente o lusitano João Ramalho, tendo sua motivação desconhecida pelos historiadores: seria um degredado, naufrago ou aventureiro. Nas décadas seguintes, ele junto de Antônio Rodrigues seriam bem-vindos pelos indígenas, casando-se respectivamente com a filha (Bartira) e a sobrinha do Cacique Tibiriçá, líder local dos tupiniquins.

A formação do povoado mesclaria as culturas e hábitos dos dois povos. Duas características são interessantes para entender este processo: a primeira é o papel feminino desempenhado nas tribos, muitas vezes de submissão aos maridos e de cuidados com a plantação, colheita e de educação aos filhos. Desse modo, desposá-la era um modo de adentrar no povo indígena e influenciá-lo por meio de seus herdeiros. Por isso, João Ramalho era famoso por se casar com várias nativas, mães de seus descendentes.

Outro fator é que certos povos ao guerrearem por territórios, costumavam escravizar seus adversários. A partir daí, o Bacharel Cosme Fernandes inseriria de vez em 1506 o tráfico de índios escravizados no litoral paulista a ponto de que o porto de São Vicente seria conhecido como "porto dos escravos". Muitos serviriam de mão-de-obra para as construções de caminhos e trajetos para exploração de recursos na Mata Atlântica.

1.1.3 Revisão histórico-cultural da população europeia em São Vicente

Em 1527, relata-se à Coroa Portuguesa que São Vicente já contava com cerca de uma dúzia de casas, sendo uma de pedra coberta de telhas e com torre ara defesa contra tribos rivais. A população nativa já criava além das hortaliças, as galinhas e porcos vindos da Espanha segundo documentos.

É neste cenário que chegaria a esquadra de Martim Afonso de Souza em 22 de janeiro de 1532, elevando a região para o título de vila após encontro com os índios e degredados e solicitando a construção de um pelourinho, uma capela, uma câmara de vereadores e um engenho de cana-de-açúcar - estes dois seriam os primeiros do gênero a serem erguidos no Brasil.

De vez, a cultura portuguesa ganhava contornos na ilha de São Vicente. Ao instalar a primeira Câmara das Américas, Martim Afonso implantou em terras virgens a antiga instituição portuguesa, "Ordenações do Reino", que com o decorrer do tempo seria um código local à população para normatizar o usufruto da terra.

Este modo de administração era um modo também do navegador português com a intervenção de João Ramalho e seu sogro Tibiriçá acalmar tribos adversárias. Na colônia, ele nomearia juízes do povo, escrivães, “meirinhos” e servidores públicos, e subindo, posteriormente, ao planalto. No retorno, e deixando em perfeitas condições o primeiro núcleo histórico fundado no Brasil, Martim Afonso, em 1533 regressou a Portugal, deixando como sua procuradora, Anna Pimentel, mulher de trajetória notável para implantação de melhorias na capitania.

É interessante pontuar também a nomeação como lugar-tenente do padre Gonçalo Monteiro, vigário da colônia. Assim, há a presença de um sacerdote como liderança local desde o início da colonização europeia. A Cruz de Malta que ostentava nas velas das esquadras portuguesas já era um indicativo desta influência, junto das fundações na Cidade da antiga Igreja Matriz (ainda em 1532) e do Colégio dos Meninos de Jesus de São Vicente (a segunda escola criada no País, em torno de 1550 e 1560). Ambos fatos mostram o quão os próprios hábitos culturais dos portugueses eram influenciados pelo Cristianismo. No decorrer dos anos, as cerimônias católicas iam compor gradualmente o calendário do povoado, aliando datas cristãs ao cotidiano da primeira vila brasileira.

Logo, as artes populares europeias ligadas à religião cristã também seriam difundidas em terras tupiniquins. Segundo historiadores, havia a presença de artistas junto de soldados, nobres e operários nas expedições de Martim Afonso. Assim, na *Cellula Mater* da Nacionalidade, diferentes expressões artísticas desembarcariam na então vila percebida, ainda pelos europeus, como uma população a ser civilizada.

A figura do jesuíta espanhol José de Anchieta seria determinante para a consolidação destas artes a partir de 1560. O santo padre viria ao Brasil a pedido de Padre Manoel da Nóbrega, primeiro provincial da região, conhecido pela seriedade a catequizar indígenas. Por Anchieta ter uma saúde frágil desde a adolescência, Manoel convocou o jesuíta para vir morar no Brasil, alegando que o clima daqui faria que ele se recuperasse em breve.

Com 19 anos, o futuro Apóstolo do Brasil desembarcaria em Salvador antes de vir residir em São Vicente, no mesmo ano, em 1553. Por aqui, seria um dos pioneiros no registro da língua oral tupiniquim, incitando a arte da literatura. Ao mesmo

tempo, admirador dos autos do humanista português Gil Vicente, escreveria uma dramaturgia para introduzir o cristianismo entre os povos nativos. Junto de Padre Manoel da Nóbrega, escreveria 'Diálogo, Conversão do Gentio' em 1557 e, na festa natalina de 1561, registrava-se o primeiro Auto de Anchieta.

Por toda a costa brasileira, onde havia agrupamento de índios e atuação de jesuítas, repetiam-se a representação do drama do nascimento de Jesus, escrito em português, espanhol e tupi, para ter um forte apelo de reunir o público. Nas apresentações, os índios também eram bastante participativos, a ponto de durante os autos entoarem cantos e danças, com seus instrumentos finos de percussão e de sopro, entre eles a flauta de ossos ou de taquara.

Por sua vez, os jesuítas falavam da delicadeza, da sensibilidade musical dos nativos que acompanhavam as representações, seguidas das comuns ladainhas católicas. Em dezembro de 1576, tornaria-se célebre o "Auto da Pregação Universal", de José de Anchieta na Cidade. Em geral, os autos tinham eixos temáticos comuns onde eram representadas cenas cotidianas da população indígena.

As tribos acreditavam em bons espíritos que inspiravam os homens, além de demônios que espreitavam na floresta para perturbar e conduzir ao mal principalmente os jovens. Um exemplo é uma prática ritual que acontecia quando alguém chegava à tribo e este consultava os espíritos sobre o mérito do visitante. É a partir desta e de outras cenas, que Anchieta inseria personagens da tradição cristã para o exercício da evangelização.

1.1.4 Revisão histórico-cultural da população africana em São Vicente

Ao longo de sua trajetória, a capitania de São Vicente também acolheria outras diferentes culturas, principalmente por ter o estratégico Porto das Naus, onde haveria o fluxo constante de escravos indígenas. Com a condenação do Papa Paulo 3º em 1537 em escravizar os nativos americanos, 13 anos depois um regimento circularia no Brasil proibindo tal prática e, em 1570, este mesmo impedimento vigoraria como lei.

Mesmo assim, era ainda comum por séculos as tentativas dos colonizadores em manterem os índios como cativeiros ou mão-de-obra a explorar os recursos naturais do Brasil. Com o tempo, os portugueses substituiriam a mão-de-obra indígena pelo tráfico de negros escravizados, capturados na África e trazidos à força para o continente americano em navios negreiros, em condições desumanas. Muitos morriam durante a viagem, vítimas de maus tratos, doenças e da fome.

Os poucos sobreviventes eram separados do seu grupo linguístico e cultural africano e misturados com outros de tribos diferentes para dificultar a comunicação. O primeiro registro deste tráfico no país é de 1538, por um arrendatário de pau-brasil da Bahia. No século 16, tal prática se intensificaria, principalmente, no litoral brasileiro. Caberia ao suor e sangue dos negros o desenvolvimento da colônia.

Nas décadas seguintes, a esta parcela da população nas senzalas caberia a criação de novas identidades culturais justamente para se fazer memória a tradição dos costumes africanos. A literatura pouco se guarda dos negros escravos, até mesmo pelos impedimentos que os europeus faziam aos escravos no acesso à educação formal.

Por sua vez, o saber popular herdado oralmente por gerações por meio das mães aos seus filhos eram melodias e ritmos que narravam as histórias de lideranças africanas, lutas e resistências à escravidão e tradições religiosas, como os orixás da Umbanda e Candomblé. Deste resgate histórico-cultural, os negros ao longo dos séculos durante o período de escravidão também acresceriam diferentes ritmos, instrumentos musicais e gastronomia no país.

1.1.5 Revisão histórico-cultural da população caiçara em São Vicente

Logo no começo da exploração econômica, pela questão do tipo de solo e de vegetação, São Vicente e região já apresentava sinais de que a agricultura não seria adequada. De acordo com registros do Litoral Sustentável, por meio do Instituto Pólis, nota-se informações de que a economia da Ilha de São Vicente

passou a depender cada vez mais do porto localizado em Santos e com isto, tornou-se necessária a criação de uma rede urbana mínima para a execução das funções portuárias e de ligar o litoral com o planalto paulista no decorrer do Brasil Colônia e Brasil Império.

Até meados do século 19, a população existente no território vicentino correspondia a 1.593 cidadãos. O intercâmbio dos portugueses, índios e negros com o passar das gerações influenciariam na criação de uma cultura própria, característica do litoral paulista, denominada de caiçara. Ela se encontra remanescente atualmente em grupos artísticos e folclóricos e, principalmente, em comunidades pesqueiras e isoladas espalhadas pelo litoral, geralmente estas localizadas em áreas de difícil acesso protegidas por Unidades de Conservação da Mata Atlântica.

No entanto, o termo se popularizou para os habitantes de São Vicente e região, como também seus próprios hábitos influenciaram e influenciam em nossas expressões artísticas. É a partir desta perspectiva que observamos essa trajetória histórica. Do tupi-guarani, caiçara é a junção das palavras 'caa' (galhos, mato) e 'içara' (armadilha, emboscada). A denominação já entende que se trata de uma cultura que assimila as tradições indígenas e lusitanas.

O universo e as ideias que permeiam o caiçara representam um forte elo entre o homem e seus recursos naturais, gerando um raro exemplo de comunidade harmônica com o seu ambiente, herança do saber indígena. O cultivo agrícola familiar e a pesca complementam esta ideologia, juntamente com o fortalecimento do artesanato tendo os elementos vegetais (por exemplo, a madeira) e minerais (como as conchas) as suas matérias-primas.

Da gastronomia, os peixes e a farinha de mandioca ainda alcançaram os hábitos alimentares da população litorânea. Os festejos são geralmente associados aos dias de santos católicos, devoção essa vinda dos portugueses. Daí, surgem as ladainhas, cortejos e a piedade popular como momentos de manifestação cultural, junto à dança, música e representações cênicas. Naturalmente que este pensar e agir híbrido faria com que muitos destes festejos se popularizassem gradativamente na Baixada Santista durante séculos, também influenciado pelos ritmos e costumes da população negra.

1.1.6 Revisão histórico-cultural da população nordestina em São Vicente

Com a libertação dos escravos e o início do Brasil República, São Vicente viveria um boom demográfico por meio de fluxos migratórios no final do século 19, com cerca de 4 mil habitantes. O aumento das atividades portuárias relacionadas à exportação de café no Estado de São Paulo impulsionaram uma forte expansão urbana na região, principalmente em Santos, seguida de São Vicente. A partir dos anos 40, surgiram as primeiras ocupações nos morros como alternativa habitacional para as classes de baixa renda, em locais próximos às áreas centrais e às linhas de bonde, para migrarem em seus postos de trabalho na cidade vizinha.

A implantação de um Parque Industrial em Cubatão reconfigurou a economia e a habitação regional, e garantiria um crescimento acelerado da população em São Vicente e, nos anos 60, foram se formando os bairros operários pelo município, que passou a ter a construção civil como um de seus importantes segmentos econômico. Essa expansão muito se deve pela vinda de famílias nordestinas que se achegaram à cidade e ao Estado de São Paulo como um todo em busca de oportunidades de trabalho.

A evolução urbana por meio do protagonismo do sertanejo - que vem do interior para o litoral - se torna marcante na cultura vicentina e estadual. Em relevância nacional, o êxodo rural nas décadas de 60 a 80 mobilizaram um contingente de 13 milhões de pessoas para os centros urbanos. Não à toa os filhos do Nordeste encontraria em nosso município e no litoral um reduto para a valorização e preservação de sua cultura.

Desde as influências do enriquecimento do vocabulário típico do Nordeste até a gastronomia com pratos mais temperados, boa parte da população desta região influenciaria na concepção cultural da Cidade. As artes contariam com a disseminação da literatura no fazer manual, de saber popular com novas lendas geográficas e do artesanato de rendas e bordados. A gastronomia por vezes também em sincronia com os pratos da cultura negra, o ritmo mais agitado das danças e músicas com inclusão de novos instrumentos (entre eles, a sanfona), e as manifestações associadas aos festejos populares católicos, como as criações e manutenções de festas e quadrilhas juninas no município.

1.1.7 Revisão histórico-cultural da população japonesa em São Vicente

Durante o século 20, a migração japonesa e europeia no Brasil também renderia novas influências nas expressões culturais e artísticas de São Vicente e região. Tendo como recorte a população japonesa, foi em 1908 que, pela primeira vez, 165 famílias nipônicas entraram no Porto de Santos em busca de novas oportunidades de emprego.

A economia japonesa não conseguia gerar empregos necessários para toda sua nação e o Brasil, por sua vez, acordou que precisava de mão-de-obra estrangeira para prosperar no ciclo das fazendas de café, prioritariamente em São Paulo. Nas duas primeiras décadas do século 20, estudos apontam que 15 mil japoneses vieram ao País. Até o início da Segunda Guerra Mundial, quando o Japão entrou em confrontos militares em seu território, foram 160 mil nipônicos que decidiram morar no Brasil.

Logo seus hábitos permaneceram e seguem por gerações de descendentes na Cidade, renovando-se em contato direto com as mudanças culturais do país oriental, principalmente na arte digital. Na literatura, há a influência oriental dos mangás (histórias em quadrinhos) e haikais (poemas sucintos). Nas artes plásticas, os origamis (dobraduras). Nas artes visuais, os animes (desenhos animados). Na música, os estabelecimentos passaram a contar com karaokês. E outras influências diretas foram aderidas pela população local e brasileira, como bonsais, ikebanas, cosplays e a gastronomia.

É salutar destacar que as tradições japonesas cultuadas em São Vicente são consequência também direta do Acordo de Irmandade entre autoridades vicentinas e do município de Naha, assinado em agosto de 1978. Ambas as cidades estão situadas no litoral, além das semelhanças do clima tropical, da quantidade populacional e do potencial econômico.

1.1.8 Revisão histórico-cultural da cultura popular e urbana em São Vicente

É no último século, com o aumento populacional em migrações de outros locais e o intercâmbio junto da povoação local já miscigenada dos povos quinhentistas que as culturas populares ganham formas. Na verdade, trata-se de uma identidade que abrange características e influências de todas as outras, sendo orgânica principalmente por se encontrarem no espaço urbano.

A população, principalmente encontrada nas comunidades periféricas, criam e recriam de modo permanente diferentes expressões artísticas, a ponto de que elas se mantêm de modo vivo em nossa Cidade enquanto também cultura urbana esta pluralidade de referências. Como característica, percebe-se três indicativos: uma necessidade de boa parte dos segmentos de afirmação desta diversidade de identidades, a transformação constante e o imediatismo e improviso acelerando esta mudança.

Se no início do século, os bairros costumavam celebrar mais o samba e se popularizou o Carnaval mantido até hoje em apresentações de bandas e blocos de foliões, mais recente os diferentes gêneros do funk passa a ocupar este espaço junto do movimento hip hop. A poesia e o improviso do rap, o grafite instantâneo e a dança de rua ganham mais e mais adeptos.

Com a popularização dos bens digitais, as artes visuais, digitais e o audiovisual também se fortalecem na cultura popular urbana. A dança e a literatura ganham tendências de se tornarem mais incisivas na sua contemporaneidade, reconfigurando espaços e estilos, como passos mais rápidos e narrativas textuais mais secas, diretas. São características do próprio viver da cidade que também refletem nas artes.

1.2 ASPECTOS GEOGRÁFICOS

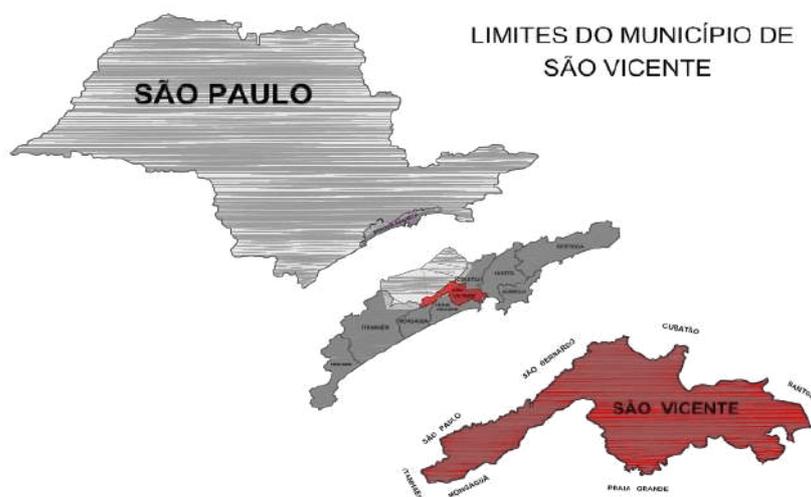
Neste item, compreende-se fatores que podem interferir nas diferentes expressões artísticas criadas e disseminadas no território vicentino ao longo dos séculos por meio de sua urbanização. Vale os destaques da localização, os limites e acessos da Cidade, a geologia, a geomorfologia, o clima, a hidrografia e a biodiversidade local.

1.2.1 Localização e acessos

De acordo com o IBGE, o município de São Vicente possui extensão territorial de 147,893 km² e se insere na Região Metropolitana da Baixada Santista, no Estado de São Paulo. A sede se encontra nas coordenadas: Latitude - 23°57'47" Sul e Longitude - 46°23'31" Oeste, situada a 70 km de distância de São Paulo, capital do Estado de São Paulo.

As cidades limítrofes são: na parte Norte e Nordeste, Santos, na parte Norte e Noroeste, Cubatão, São Bernardo do Campo e São Paulo, na parte Sul e Sudoeste, Praia Grande, Mongaguá e Itanhaém, sendo banhada pelo Oceano Atlântico no Sul e Sudeste.

Figura 01 – Localização e limites do município de São Vicente



Fonte: Secretaria de Obras e Meio Ambiente de São Vicente, apud PMSV, 2014a.

A ocupação da Região Metropolitana da Baixada Santista coincide com a origem do povoamento paulista e brasileiro, sendo o Município de São Vicente o maior expoente desse período, carregando os títulos de Cellula Mater da Nacionalidade, Cidade Monumento da História Pátria, Estância Balneária e Berço da Democracia nas Américas, por ser o mais antigo povoamento do Brasil.

Tal região ocupa a porção central do litoral do Estado de São Paulo, com o Oceano Atlântico ao sul e a Serra do Mar como limite noroeste, compreendendo planícies litorâneas, rios e estuários, ilhas, morros, e as escarpas da Serra do Mar, que são seus condicionantes naturais.

Esta posição estratégica em muito interfere nas vantagens político-econômicas deste trecho litorâneo e, consecutivamente, nas possibilidades de intercâmbio tanto regional, estadual (pela proximidade com eixo Rio-São Paulo) e, consecutivamente, nacional e internacional.

A Região Metropolitana da Baixada Santista é ligada à Região Metropolitana de São Paulo por rodovias do Sistema Anchieta-Imigrantes. A Rodovia dos Imigrantes atinge o município, cruzando a área da ilha urbana e seguindo em direção à Praia Grande, pela transposição do Canal dos Barreiros, através da Ponte do Mar Pequeno.

Em direção ao litoral Sul, partindo da Rodovia dos Imigrantes, tem-se a rodovia Padre Manoel da Nóbrega (antiga Pedro Taques) que corta toda a porção Continental do município, entre a Serra do Mar e a planície do Samaritá.

O município é cortado de leste a oeste, na ilha e na parte continental, pelas linhas da Ferrovia Paulista (FEPASA). Na direção oeste, as linhas ligam São Vicente a Mongaguá, Itanhaém e Peruíbe; Na direção leste liga-se com Santos e em direção ao norte, chega ao planalto paulistano, ao sul da Grande São Paulo, no município de Embu Guaçu.

Figura 02 – Acessos ao município de São Vicente



Fonte: PMSV, 2014b

1.2.2 Geologia e Geomorfologia

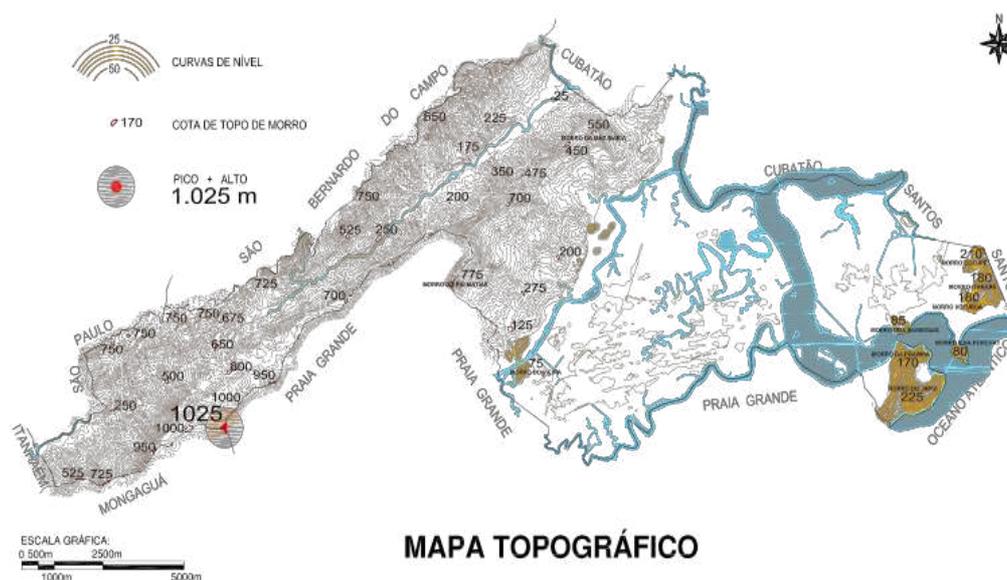
O território atual do Município integra complexa planície sedimentar, característica de toda a região, formada pela erosão natural da Serra do Mar e pelas planícies continentais de Praia Grande e de Bertioga.

Apresenta morros isolados na Ilha de São Vicente (sede dos municípios de São Vicente e Santos) e na Ilha de Santo Amaro (sede do Município de Guarujá), sendo delimitada pela linha da costa marítima em sua porção exterior e pelas cristas da escarpa da Serra do Mar, em sua porção interior, a qual possui aspecto de um grande anfiteatro estuarino, com vistas para uma baía, a ilha e o Oceano Atlântico.

Basicamente a Cidade se divide entre a parte insular, que contém a sede tradicional do município, e a continental. Dentro dessas bases, assim, destacam-se quatro relevos que caracterizam os terrenos presentes na Cidade: 1) as escarpas da Serra do Mar, 2) os morros e outeiros de pequena amplitude, 3) os depósitos aluviais de pé de monte (ou de piemonte), e 4) as planícies aluviais e litorâneas, restingas, manguezais e praias (PMSV, 2014a).

A Província Costeira apresenta uma grande amplitude de altimetria, variando desde poucos metros acima do nível do mar (planícies costeiras), até grandes alturas que, em São Vicente, atingem até 1.025 metros, num dos picos das escarpas da Serra do Mar, hoje usado como marco geográfico divisor entre as cidades de São Vicente, Mongaguá e Praia Grande.

Figura 03 – Mapa Topográfico



Fonte: Secretaria de Obras e Meio Ambiente de São Vicente, apud PMSV, 2014a.

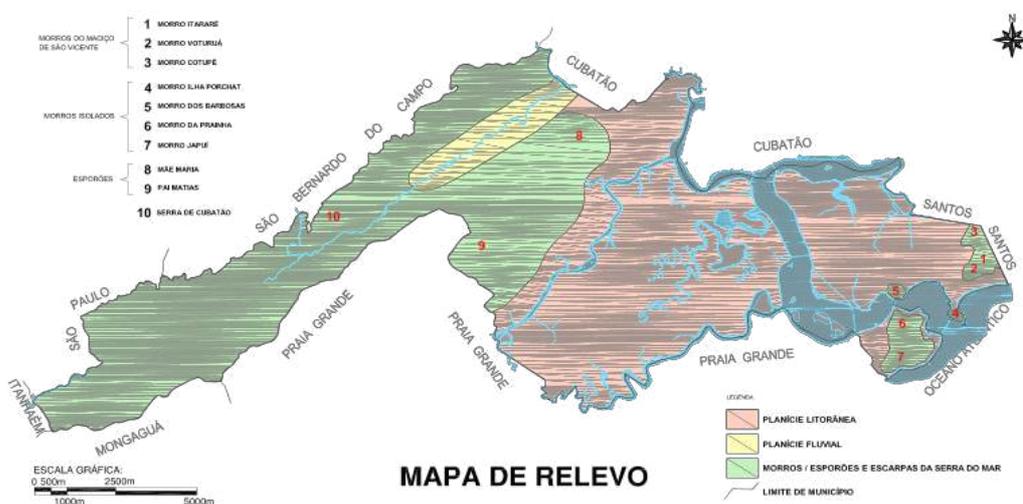
Desta diversidade topográfica, nas terras altas (Serra do Mar e morros isolados), há o domínio de rochas cristalinas pré-cambrianas de maciço atlântico, enquanto que nas planícies, em razão da erosão dessas rochas das escarpas, sua terra fica constituída de sedimentos recentes, como areia e argila.

As planícies aluviais, constituídas por materiais detríticos (areia e seixos), provenientes dos rios que descem pelas escarpas da Serra do Mar, ao longo dos períodos geológicos foram sendo depositados na baixada pela erosão da encosta serrana, entrando em contato com as planícies de restinga e praias, com sedimentação marinha envolvendo terrenos areno-argilosos inundados, com vegetação característica de mangue e áreas suscetíveis a inundações.

Emergem na planície sedimentar vicentina alguns morros constituídos por maciços rochosos que contribuíram diretamente à formação e estabilização geológica de São Vicente, quais sejam: na área Insular os morros Cotupé (210 metros), Itararé (180 metros), Voturuá (180 metros), Barbosas (85 metros) e Ilha Porchat (80 metros); e na Área Continental, os morros Japuí (225 metros), Prainha (170 metros) e Vieira (75 metros).

Estas diferentes composições geológicas influenciam nas subdivisões das comunidades e dos bairros da Cidade, principalmente entre a área insular, morros e área continental, contribuindo também para maior diversidade de expressões e manifestações culturais. No entanto, é necessário cada vez mais que o Poder Público e a sociedade civil compreendam melhor os potenciais de cada uma destas áreas para maior fomento das singularidades desta rede de economia criativa.

Figura 04 – Relevo de São Vicente



Fonte: Secretaria de Obras e Meio Ambiente de São Vicente, apud PMSV, 2014a.

1.2.3 Clima e influências

Uma das características da Região Metropolitana da Baixada Santista é a alta taxa de umidade relativa durante todo o ano, sempre superior a 80%. Essa taxa tão elevada resulta de intensa evaporação e das constantes inversões de massa de ar de origem polar associado ao relevo escarpado.

Em razão da localização geográfica de São Vicente, não há grandes variações climáticas entre as estações do ano, caracterizada por um clima tropical perene durante todo o ano, sem variações extremas de temperatura entre o verão (29°C) e o inverno (16°C). A primavera e o outono são estações de transição marcadas ora por intenso calor em razão de massas de ar quente, ora por algum frio em decorrência de massas de ar polares e frentes frias. Nessas estações de transição há constantes formações de neblinas no início da manhã e fim de tarde em razão da umidade do ar, constantes inversões climáticas e barramento das nuvens pela Serra do Mar (PMSV, 2014a).

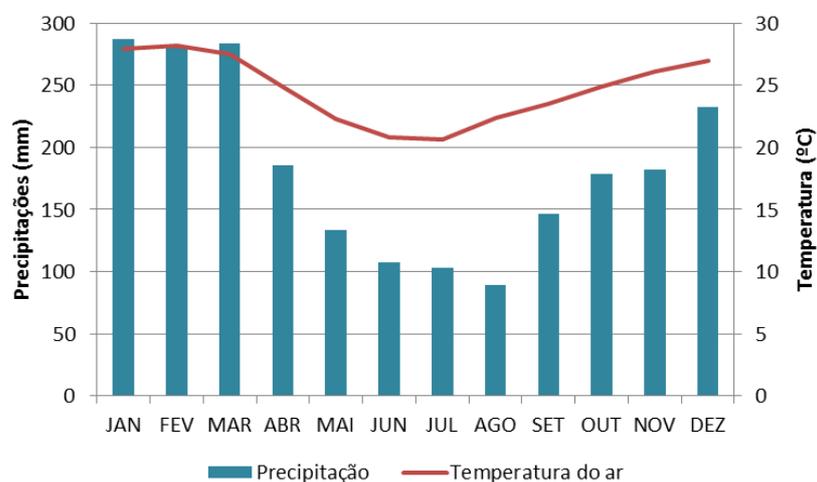
Por ser uma cidade litorânea situada em ilha cercada por um complexo fluvio-estuarino envolto por serras e escarpas cobertas de Mata Atlântica, São Vicente apresenta altos índices de umidade do ar durante todo o ano. Isso resulta em intensa evaporação e constantes inversões de massas de ar (PMSV, 2014a).

As chuvas são concentradas nos meses de primavera e verão e não são igualmente distribuídas pela região. Aqui também os fatores geográficos são responsáveis por variações nos índices pluviométricos, fazendo com que as chuvas aumentem da orla litorânea para o alto da Serra do Mar, como resultado das diferenças topográficas em relação à circulação atmosférica local.

Estas informações são importantes, ainda mais pelo município necessitar de maiores obras de infraestrutura para conter enchentes em bairros periféricos e até na área central, entendendo que tal clima sem estas ações preventivas influi no trânsito, e pode desestimular o acesso da população à formação artística e de plateia para eventos culturais locais de diferentes áreas (insular e continental).

A figura a seguir apresenta os dados médios mensais das precipitações e temperatura para o município, publicados pelo Centro de Pesquisas Meteorológicas e Climáticas Aplicadas à Agricultura (CEPAGRI, 2014).

Figura 09 – Dados climáticos do município de São Vicente



Fonte: Elaborado a partir de CEPAGRI, 2014.

1.2.4. Hidrografia e influências

Entendendo o direito do acesso à água e consecutivamente de abastecimento, saneamento e de esgotamento como direitos inerentes à dignidade humana, é interessante compreendermos como o Poder Público e a hidrografia regional interferem para o bem-estar da população.

É a partir deste acesso que qualquer cidadão terá condições satisfatórias de saúde e qualidade de vida, afetando também na potencialização de suas habilidades, de aprendizagem e, consecutivamente, de senso crítico tanto para o fazer artístico, quanto para formação de públicos.

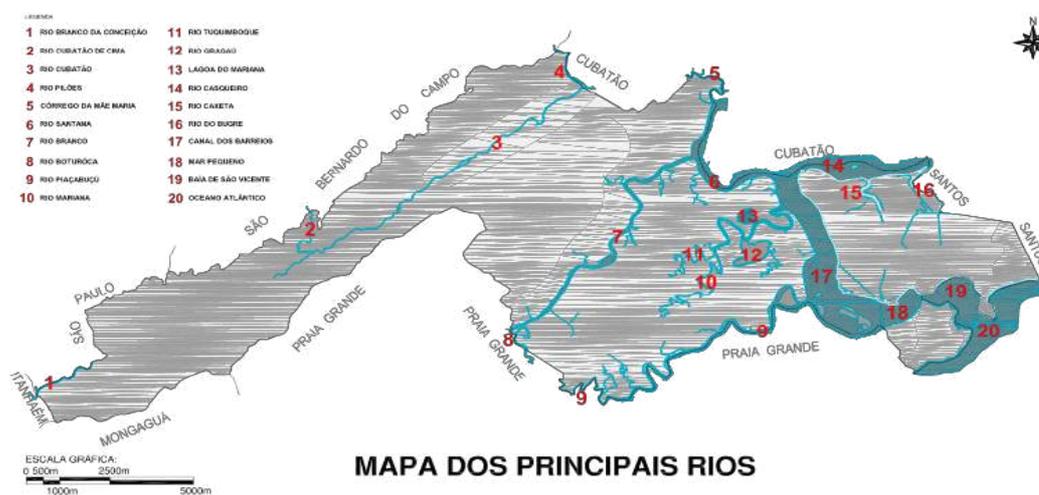
É tendo em vista este direito básico que percebemos que a rede hidrográfica da Baixada Santista está dividida em 21 sub-bacias e os principais cursos d'água são: rios Cubatão, Mogi e Quilombo ao centro; rios Itapanhaú, Itatinga e Guaratuba ao norte; e, rios Branco, Preto e Itanhaém, ao sul.

A rede hidrográfica da Baixada Santista é constituída por rios pouco extensos que nascem na Serra do Mar e na Planície Litorânea (ou Costeira) e deságuam no oceano em complexos estuarinos. A amplitude máxima pode chegar a 1.175 m,

da serra ao nível do mar. Os estuários são áreas especiais influenciadas simultaneamente pelos rios e águas costeiras.

O município de São Vicente, especificamente, tem suas águas macrodrenadas por meio de um intenso sistema meândrico fluvio-estuarino típico da Zona Costeira. Destaca-se no território vicentino, como principais contribuintes do Estuário de São Vicente, os rios Branco e Piaçabuçu, entre os quais se conforma a planície do Samaritá, que apresenta em seu meio o curso do rio Mariana, área dominada pela influência das marés (PMSV, 2014a). A figura a seguir apresenta a localização dos principais rios e cursos d'água no território de São Vicente.

Figura 06 – Principais rios do município de São Vicente



Fonte: Secretaria de Obras e Meio Ambiente de São Vicente, apud PMSV, 2014a.

Os rios de São Vicente são divididos em dois tipos: os que possuem suas nascentes no alto da Serra do Mar e os que têm suas nascentes no sopé da Serra. As nascentes situadas no alto da Serra do Mar ficam localizadas em vales e grotões escavados nas rochas pelas águas vindas do planalto, possuindo em seu alto e médio curso altíssimas declividades e quedas torrenciais, com alta ação erosiva do solo.

Ao alcançar o sopé da Serra do Mar, esses rios serranos sofrem drástica diminuição de velocidade, dando início à deposição dos materiais (areia, detritos, pedras, árvores etc.) oriundos da erosão das encostas. As frações mais grosseiras depositam-se nos sopés das encostas, e as mais finas são levadas

pelo curso d'água e marés para a planície, sendo paulatinamente depostos nos manguezais e estuários (PMSV, 2014a).

Outro aspecto marcante em termos de hidrografia e geologia presente no estuário de São Vicente consiste na formação da Lagoa da Mariana, que possui um perímetro de 13 Km, surgida da ação antrópica, através da mineração, cuja terra foi utilizada para a construção da primeira pista da Rodovia dos Imigrantes, hoje apresentando potencial turístico (PMSV, 2014a).

Avançando as águas pelo território de São Vicente em direção ao Oceano Atlântico, encontram o mar logo após a transposição do Canal do Barreiro, quando ingressam no Mar Pequeno e nas orlas das praias de São Vicente (Gonzaguinha), Milionários e Itararé. Aí seguem o nível do mar pela plataforma continental em ambiente raso (5 metros em média) composto por material arenoso, com pouca declividade e algumas irregularidades profundas.

A sensibilidade ambiental do complexo estuarino e das águas continentais e marinhas que afluem ao estuário não tem sido considerada nas ocupações e ações urbanas. As suas águas se mostram invariavelmente contaminadas e seus contornos alterados por aterros em razão da pressão urbana desordenada, ações que ignoram sua dinâmica natural e potenciais relações de transição com o meio ambiente urbano efetivamente ordenado, com relevantes impactos ambientais (PMSV, 2014a).

Ressalta-se nesse caso que a exuberância ainda presente no meio natural de São Vicente e a pressão urbana espraiada pelo seu território recomendam atuações planejadas. Na questão das praias, que correspondem ao incentivo da vocação turística do município, a necessidade de adequações de tratamento são importantes, ao notar conforme dados divulgados pela CETESB que entre 2012 e 2013, 50% das praias apresentaram Qualificação Anual Ruim (Praia da Divisa, Itararé e Ilha Porchat) e 50% receberam qualificação anual Péssima (Milionários, Gonzaguinha e Prainha).

Com o foco nos serviços públicos de garantia de acesso à água para a população vicentina, de acordo com a Secretaria de Saneamento e Energia do Governo Estadual em 2010, o sistema de abastecimento de água da parte insular de São Vicente tem sua fonte de produção integrada com os municípios de Cubatão e

Santos, que ainda supre uma parte da vazão consumida em Praia Grande e Guarujá.

A parte continental de São Vicente, esta tem, ainda, uma fonte de produção própria, o sistema Itu, além de receber água exportada do sistema Melvi que é parte integrante do sistema produtor da região Centro. Em áreas regulares do município, o Governo já estabelece o acesso total de água aos cidadãos.

Quanto ao esgotamento sanitário, o sistema da área insular tem integração com o sistema da vizinha Santos, cujos esgotos são conduzidos em comum à Estação de Pré-Condicionamento para posterior disposição oceânica via emissário submarino. Já a parte continental tem seus esgotos conduzidos para duas unidades de tratamento. Embora signifique o município tenha 100 do tratamento da rede de esgoto, a cobertura mínima do serviço em 2010 era de 80% para áreas regulares e estimando a cobertura completa em 2020.

A importância de ações de saneamento básico e de abastecimento de água é ainda mais relevante ao entender que a região tem aspectos hidrogeológicos subterrâneos específicos com seu aquífero cristalino e o sedimentar. Enquanto o primeiro é heterogêneo e descontínuo, e tem maior possibilidade de produtividade ao interceptar a água, o segundo é formado por camadas de areia fina.

Junto de um elevado desenvolvimento urbano, altera-se na qualidade da água e, portanto são necessários intervenções preventivas para evitar a contaminação da água, já que há uma mobilidade elevada dos poluentes dada pela maior permeabilidade destes leitos arenosos. Logo, mesmo em profusão, essas águas subterrâneas são ameaçadas por fontes diversas de poluição.

1.2.5 Biodiversidade

O município encontra-se inserido no bioma Mata Atlântica. A vegetação remanescente de São Vicente apresenta uma área de 10.452 ha que ocupa aproximadamente 70,4% da superfície do município (IF, 2009). As categorias de maior ocorrência são: Floresta Ombrófila Densa (8.725 ha) e Formação Arbórea/Arbustiva Herbácea de Terrenos Marinheiros Lodosos (1.727 ha).

Esse alto índice de vegetação remanescente deve-se a presença de Unidades de Conservação no território do município, principalmente da Serra do Mar. No município de São Vicente, foram identificadas duas Unidades de Conservação, a do Parque Estadual Serra do Mar, instituída em 1977, e a do Parque Estadual Xixová-Japuí, esta decretada em 2009. São elas necessárias para a manutenção da biodiversidade local.

A presença de áreas verdes é muito importante para qualidade do ar, melhoria do microclima, através da umidade do solo e do ar, redução na velocidade do vento, oferecimento de abrigo para a fauna, assegurando maior variedade de espécies e, como consequência, auxiliando no equilíbrio das cadeias alimentares, diminuindo pragas e agentes vetores de doenças.

Tendo por base todos os compartimentos geomorfologicamente individualizados (Serra do Mar, planície de piemonte, manguezais, planícies de restinga e as praias costeiras), cinco são os principais aspectos florístico-vegetacionais observados em São Vicente. O primeiro é a zona do litoral arenoso (zona da praia), dividida em maré alta e baixa, sendo a primeira barreira terrestre à energia das ondas e dos ventos, abrigando fauna composta por crustáceos, moluscos e peixes, também atraindo aves e outros animais (inclusive tartarugas).

Outra é a zona de dunas exteriores, contígua à zona da praia, onde é um ambiente sensível à ocupação urbana, que origina um processo de migração de dunas. A quase extinção dessa zona altera o perfil da malha urbana, já que ela resultaram nas diversas elevações que permeiam as ruas da cidade. Há também a zona de restinga, sequência da zona anterior, que é composta de solo arenoso instável, diminuindo a influência marinha conforme segue para o interior da cidade. A sua vegetação é de porte arbustivo-arbóreo que pode chegar até 18 metros nas áreas mais próximas da serra, é onde se localiza a maior ocupação urbana.

Existe também a zona de manguezal ou vegetação do litoral limoso. Nas zonas estuarinas, os manguezais estendem-se ao longo dos cursos d'água. O substrato lodoso típico é ocupado por comunidades vegetais, possuindo porte florestal homogêneo que atingem até 8 metros. Porém, as mesmas condições que favorecem a riqueza do ambiente também implicam a sua vulnerabilidade, visto que os mesmos padrões naturais que retêm sedimentos e nutrientes, também retêm lixo e poluentes que acabam depositando ao longo do estuário com prejuízos sobre todo o ambiente regional. Sua fauna é igualmente complexa e adaptada às variações de salinidade, sendo composta por larvas de caranguejos, camarões, peixes, crustáceos, moluscos, répteis, anfíbios, insetos, aves e mamíferos.

Por fim, há a Zona da Mata Atlântica, composta por solo rochoso, vegetação de floresta pluvial tropical atlântica e que condiciona as constantes chuvas. Sem apresentar estação seca ao longo do ano, características das vertentes da Serra do Mar, que barram a umidade litorânea e as massas de ar, com constante inversão entre essas, causando precipitações de chuva. A rede de drenagem fluvial encaixada na Serra do Mar é alimentada por essa pluviosidade bem distribuída durante o ano. Os morros Prainha, Voturuá, Itararé e Japuí também apresentam exemplares típicos da Floresta Atlântica em razão do tipo do solo e altitude.

1.3 ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS

Por sua vez, esta parte do capítulo vai se atentar a diferentes fatores que apresentam as demandas e prioridades de programas de políticas públicas

culturais. Índices e dados sobre demografia, população flutuante e projeções populacionais, economia, habitação, Índice de Desenvolvimento Humano, educação, saúde e os traços da violência dão embasamento a este diagnóstico.

1.3.1 Demografia

Conforme o Censo de 2010, a população total de São Vicente naquele ano era de 332.445 habitantes com densidade demográfica elevada, igual a 2.247,88 hab/km². A população se distribui entre a parte insular e continental, de modo predominante na área urbana (99,8%), sendo que de seus 101.697 domicílios particulares permanentes, somente 202 se encontram na área rural. O quadro abaixo apresenta os dados populacionais do município entre as décadas de 1970 e 2010.

Quadro XX – Evolução populacional de São Vicente

Ano	População Total (habitantes)	População Urbana (habitantes)	População Rural (habitantes)
1970	116.485	115.889	596
1980	193.008	192.864	144
1991	268.618	268.353	265
2000	303.551	303.413	138
2010	332.445	331.817	628
2014*	353.040	-	-

Nota: *Estimativa da População. Fonte: IBGE/SIDRA, 2014.

A população total de São Vicente estimada para o ano de 2015 pelo IBGE é de 355.542 habitantes, sendo crescente nestas últimas quatro décadas. O adensamento urbano da região como um todo contribui para o crescimento demográfico da Cidade, que atingiu picos desta taxa geométrica nos anos 90, conforme estudos da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade) no quadro a seguir. Tal índice se tornou até superior do que a média estadual.

Quadro 08 – Evolução da taxa geométrica de crescimento anual (em % a.a.)

Ano	1991	2000	2010	2014
Estado de São Paulo	2,12	1,82	1,09	0,87

São Vicente	3,05	1,40	0,92	0,77
-------------	------	------	------	------

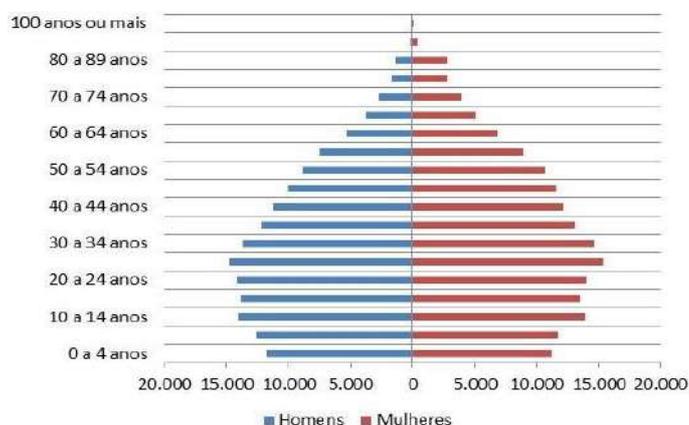
Fonte: SEADE, 2014.

Ainda tendo como base o Censo 2010, verifica-se que o maior grupo da pirâmide etária municipal é de adultos (20 a 59 anos) com 58,0%, seguido dos jovens (0 a 19 anos) com 30,9% e velhos (acima de 60 anos) com 11,1%. Nota-se também que está havendo um estreitamento da base da pirâmide, indicando tendência de aumento da população mais velha, e, consecutivamente de estabilização ou redução populacional a médio-longo prazo.

Estes dados revelam então a necessidade de dois movimentos no fluxo de oferta cultural da Cidade. O primeiro é de que se reforce o resgate às tradições e manifestações artísticas por meio da perspectiva histórica, para atender às demandas da própria população em manter viva a sua memória. Outra atenção que deve ser dada é a descentralização de investimentos públicos em diversas áreas da Cidade, ao entender que proporcionaria maior acesso da população - principalmente adulta e idosa - às ações culturais locais.

Analisando a pirâmide etária de São Vicente, verifica-se que o maior grupo é de adultos (20 a 59 anos) com 58,0%, seguido dos jovens (0 a 19 anos) com 30,9% e idosos com 11,1%. Nota-se também que está havendo um estreitamento da base da pirâmide, indicando tendência de aumento da população mais velha.

Figura 09 – Pirâmide etária de São Vicente - 2010



Fonte: Elaborado a partir de IBGE/SIDRA, 2014.

Quanto à distribuição por sexo, verifica-se que a população feminina (52%) é levemente maior que a masculina (48%). A faixa etária com maior número de habitantes é de 25 a 29 anos, para homens e mulheres. Este fato é importante a

ser ressaltado compreendendo a necessidade da igualdade de gênero, até mesmo, porque a Administração Municipal, por exemplo, ainda não tem esta equidade em seus cargos executivos e legislativos. Torna-se essencial então que as ações culturais, principalmente por meio do fomento à economia criativa, também sejam voltadas potencialmente ao público feminino.

O Censo de 2010 também apresenta dados referentes aos locais de origem da população residente em São Vicente. Dos 332.445 munícipes daquele ano, 267.016 mil (80,3%) nasceram na região, mas boa parte da população (54.175 pessoas ou 16%), principalmente adulta, nasceram na Região Nordeste. Logo, políticas de preservação da cultura nordestina e da diversidade cultural como um todo precisam ser contempladas na Cidade.

Junto ao plano, é importante ressaltar estudo da Fundação Seade que se debruçou sobre o Censo de 2000 a respeito da etnia e cor da população de cada região administrativa do Estado de São Paulo. Segundo os dados, a maior proporção de negros residia na Baixada Santista, com 34,8% de sua população. Consecutivamente, é indispensável que a Cidade destaque e potencialize as expressões artísticas da cultura de raízes negras.

1.3.2 População flutuante e projeção populacional

Tendo em vista o contexto regional em que se encontra a cidade, a Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS) é integrada por nove municípios, onde vivem 1.664.136 habitantes, de acordo com o Censo 2010. Segundo o instituto Geo Brasilis, a projeção é de que a população alcance 1.868.971 em 2015, além de 2.085.523 habitantes em 2020, e 1.953.073 em 2026.

Nesta perspectiva, São Vicente teria segundo este levantamento atualmente 365.482 munícipes (10 mil a mais do que a projeção do IBGE), sofreria um boom com 412.869 pessoas em 2020 e um déficit populacional com 379.730 cidadãos em 2026, a estabilizar em projeções futuras. Estas estimativas se devem ao fato de que São Vicente, junto de Santos e Praia Grande são os municípios mais verticalizados da região, sendo a disponibilidade de áreas de expansão urbana bastante restrita na porção insular dos dois primeiros.

No entanto, a Área Continental de São Vicente possui vazios urbanos com potencialidades residenciais, comerciais e industriais, fato que aliado à sua localização central na Baixada Santista e no próprio litoral paulista, fazem da cidade uma posição estratégica relevante no cenário regional e nacional.

Também é interessante pontuar a população flutuante que visita a Cidade em altas temporadas, nos meses de dezembro, janeiro, fevereiro e julho. Neste período, a estância balneária ganha um acréscimo neste período de até 10% da população: cerca de 35 a 40 mil turistas, segundo levantamentos da Concremat Engenharia.

Pesquisa recente realizada pela Secretaria Municipal de Esportes, Turismo e Lazer com 384 turistas confirma esta vocação vicentina. De acordo com este levantamento, trata-se de uma população em que a maioria é jovem (menor de 40 anos), prevalecendo o sexo masculino, de origem do interior do Estado de São Paulo ou da capital paulista.

A maioria se hospeda na casa de familiares e amigos, vindo ao município e retornando a ele por causa de vínculos familiares, de entes ou do próprio turismo por se tratar de uma cidade com paisagem de veraneio em decorrência das praias. O nível de instrução é médio ou superior e segue na cidade por cerca de até cinco dias. Com relação a atrativos turísticos, os que se destacaram foram os encontrados na orla da Cidade (praias, o Mirante, Teleférico e o Parque Ecológico Voturuá/Zoológico).

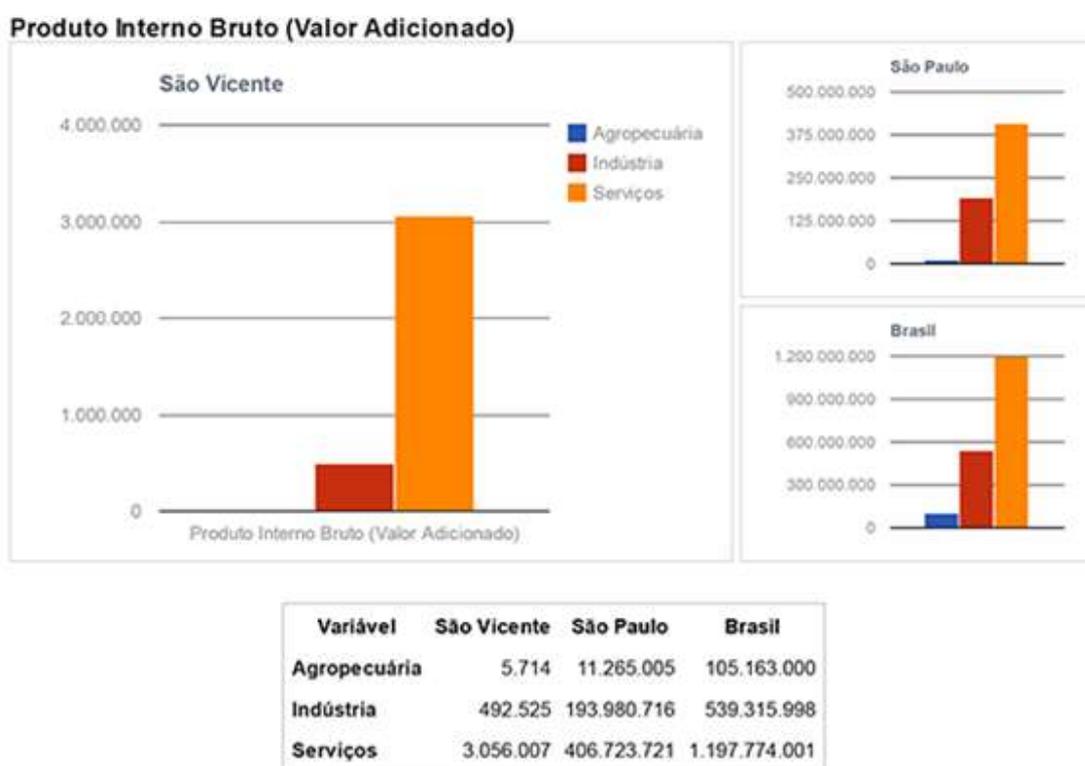
1.3.3 Economia

As atividades econômicas são um fator importante para compreendermos os hábitos culturais e, por conseguinte, a economia criativa. Como cidade de médio porte da Baixada Santista, São Vicente sofre influência direta dos pólos regionais de Santos e São Paulo, tendo sua economia e desenvolvimento diretamente atrelados ao crescimento desses municípios. As estruturas principais têm interação direta, como por exemplo, rodovias, redes de abastecimento de água, energia elétrica e outros.

O Produto Interno Bruto (PIB) de São Vicente é o 173º do Brasil, destacando o setor de prestação de serviços. De acordo com dados do IBGE relativos ao ano de 2011, o PIB vicentino é de R\$ 3,576 bilhões, correspondente a 0,26% do PIB estadual. No entanto, o PIB per capita é igual a R\$ 10.686,88, valor este abaixo do registrado para a Baixada Santista, a qual o município pertence e ao Estado de São Paulo, que apresentaram respectivamente R\$ 31.183,51 e R\$ 32.454,91. Diante deste índice, as políticas culturais precisam indispensavelmente voltarem às ações de gratuidade ou de preços populares para atrair os vicentinos.

O principal setor econômico é o de Serviços, participando com 84,9% do valor adicionado bruto, seguido da Indústria (14,9%) e da Agropecuária (0,2%), conforme gráfico a seguir também em relação com a média estadual e brasileira de empregos nestes setores.

Figura 10 – Dados sobre Produto Interno Bruto - 2010



De acordo com a Fundação Seade em 2014, as principais atividades econômicas no município são as de serviços e de comércio e nesse último sobressai-se o comércio varejista. Observa-se abaixo a seguinte distribuição dos empregos formais entre a população, com o correspondente rendimento médio.

Quadro 11 – Resumo dos vínculos empregatícios em São Vicente - 2012

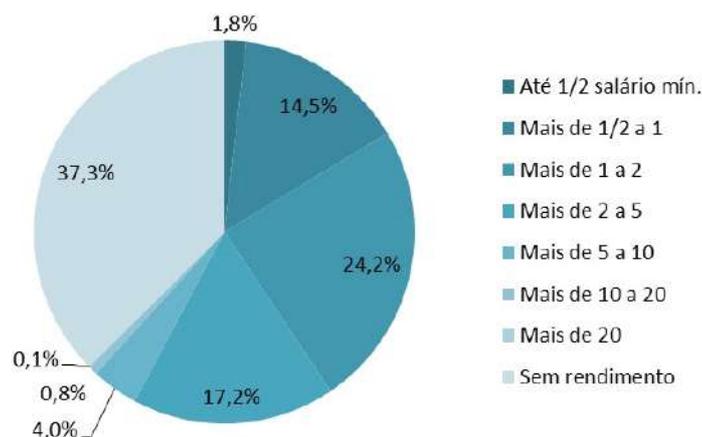
Setor	Empregos formais (habitantes)	Participação (%)	Rendimento médio (R\$ correntes)
Agricultura, pecuária, produção florestal e aquicultura	5	0,01	*
Indústria	2.681	6,64	1.850,57
Construção	2.237	5,54	1.404,60
Comércio atacadista e varejista e do comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	12.348	30,59	1.440,72
Serviços	23.098	57,22	1.785,34
Total	40.369	100	1.664,23

Nota: *Dado não informado – sigiloso. Fonte: Fundação SEADE, 2014.

Do total de empregos formais em 2012, o setor de serviços agremiava 57,22% dos vínculos empregatícios, com um rendimento médio de R\$ 1.785,34. O setor de comércio atacadista e varejista e do comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas aparece em segundo lugar em termos de participação, concentrando 30,59% dos empregos formais, com um ganho médio de R\$ 1.440,72.

Outro aspecto importante apontado pelo IBGE em 2010 é de que, em São Vicente, 68% da sua população tem alguma espécie de rendimento. Logo, é considerável no município a parcela sem rendimento, inclusive aquelas que recebiam somente em benefícios: em torno de 37,3%, como pode ser observado na figura a seguir.

Figura 12 – Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais segundo classes de rendimento nominal mensal



Fonte: Elaborado a partir de IBGE, 2010.

Diante desses dados do último Censo, o rendimento médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade no município era de R\$ 600,00, sendo o salário mínimo na época igual a R\$ 510,00. Por sua vez, o rendimento médio mensal per capita dos domicílios era de R\$ 945,00. Mais uma vez, enfatizando a necessidade de formação de público por meio de investimento em eventos gratuitos ou de preços populares entendendo o direito de acesso à cultura como garantia constitucional.

Aprofundando-se nesta análise, o IBGE também apresenta dados de rendimentos da população com classificação por bairros e núcleos da Cidade. Nesta perspectiva, nota-se que os três bairros com maior rendimento em São Vicente estão situados na orla (Boa Vista, Itararé e Gonzaguinha) e, entre os com menor renda, dois situam-se na Área Continental (Vila Nova Mariana e Jardim Irmã Dolores) e o terceiro na área insular (Vila Margarida). Destaca-se que, dentre os bairros com rendimento inferior a até R\$ 700,00, inserem-se todos os dez bairros da área continental, e quatro da área insular.

Figura 13 – Rendimentos financeiros em relação aos bairros de São Vicente

Bairros, População Estimada, Crescimento, Total de Domicílios e Remuneração									
Nº	Bairro	População 2000	População 2010	Crescimento(%)	Domicílios (2010)	Media de Pessoas por Moradia (2010)	população 10 anos ou + (2010)	Rendimento população 10 anos ou + (2010)	Notas
1	Beira Mar	7551	7904	4,7%	2.649	2,98	6.942	R\$ 751,25	
2	Boa Vista	7156	9250	28,5%	7.385	1,25	8.508	R\$ 1.825,69	
3	Catiapoá	17022	15388	-9,6%	4.991	3,08	13.419	R\$ 779,82	
3.1	(Núcleo) Senhora Catarina de Moraes		3257		912		3,57		1
4	Centro	8579	9913	15,5%	5.881	1,69	9.015	R\$ 1.263,46	
5	Cidade Náutica	33249	31772	-4,4%	9.800	3,24	27.395	R\$ 734,68	
5.1	(Núcleo)Pompeba		1712		403		4,25		1
5.2	(Núcleo)Eduardo dias Coelho		820		217		3,78		1
6	Esplanada dos Barreiros	9215	9883	7,2%	3.164	3,12	8.488	R\$ 629,90	
6.1	(Núcleo)Fepasa		624		180		3,47		1
7	Gonzaguinha	9982	12203	22,3%	9.320	1,31	11.144	R\$ 1.516,37	
8	Humaitá	17227	13586	-21,1%	4.047	3,36	11.590	R\$ 574,78	2
9	Itararé	6579	8640	31,3%	7.645	1,13	7.924	R\$ 1.792,23	
9.1	(Núcleo)Morro do Itararé		258		69		3,74		1
10	Japuí	5232	5891	12,6%	2.082	2,83	5.040	R\$ 646,24	
11	Jardim Guassu	3642	3974	9,1%	1.330	2,99	3.500	R\$ 780,33	
11.1	(Núcleo)Núcleo Miou		561		159		3,53		1
12	Jardim Independência	7661	3493	-54,4%	1.235	2,83	3.140	R\$ 1.179,67	3
13	Jardim Irmã Dolores	16751	23429	39,9%	7.032	3,33	19.076	R\$ 435,25	
13.1	(Núcleo)Jardim Rio Negro		5121		1.479		3,46		1
13.2	(Núcleo)Quarentenario Particular		4512		1.225		3,68		1
13.3	(Núcleo)Quarentenario Publico		8585		2.410		3,56		1
13.4	(Núcleo)Ponte Nova		4430		1.227		3,61		1
14	Jardim Rio Branco	12411	17695	42,6%	5.708	3,10	14.929	R\$ 456,71	
14.1	(Núcleo)Rio Branco		15083		4.385	3,44			1
15	Jóquei Clube	27912	27554	-1,3%	8.243	3,34	22.979	R\$ 520,84	
15.1	(Núcleo)Batuíra		534		125		4,27		1
15.2	(Núcleo)Bugre		2981		804		3,71		1
15.3	(Núcleo)Cachetas (Caixeta)		1872		499		3,75		1
15.4	(Núcleo) Charme		1230		317		3,88		1
15.5	(Núcleo)Sambalutaba		3938		1.043		3,78		1
16	Nova São Vicente	3996	4404	10,2%	1.269	3,47	3.659	R\$ 482,41	
16.1	(Núcleo)Nova São Vicente A		324		93		3,48		1
16.2	(Núcleo)Nova São Vicente B		1322		341		3,88		1
17	Parque Bitaru	15282	15879	3,9%	5.318	2,99	13.830	R\$ 740,29	
17.1	(Núcleo)Rio da Avó		5679		1.629		3,49		1
18	Parque Continental	12577	13035	3,6%	3.939	3,31	10.887	R\$ 568,02	
18.1	(Núcleo)Vila Feliz		1153		319		3,61		1
19	Parque das Bandeiras	11522	13040	13,2%	4.214	3,09	11.071	R\$ 621,77	
20	Parque São Vicente	10358	10684	3,1%	3.558	3,00	9.150	R\$ 806,13	
20.1	(Núcleo)Comeca		524		140		3,74		1
21	Samaritá	1472	4685	218,3%	1.706	2,75	3.799	R\$ 581,78	
22	Vila Ema	2772	4946	78,4%	1.559	3,17	4.076	R\$ 548,85	
22.1	(Núcleo)Vila Yolanda		900		238		3,78		1
23	Vila Margarida	27474	28618	4,2%	8.357	3,42	23.591	R\$ 459,90	4
23.1	(Núcleo)Canal do Meio		6293		1.693		3,72		1
23.2	(Núcleo)CDHU		5360		1.536		3,49		1
23.3	(Núcleo)Saquare		7073		1.922		3,68		1
24	Vila Melo	6296	5764	-8,4%	2.030	2,84	5.147	R\$ 974,63	
25	Vila Nossa Senhora de Fátima	9297	10938	17,7%	3.467	3,15	9.354	R\$ 698,23	
25.1	Dique do Fátima		811		213		3,81		1
26	Vila Nova Mariana		1727		513	3,37	1.373	R\$ 411,97	
27	Vila São Jorge	6990	7565	8,2%	2.643	2,86	6.726	R\$ 997,60	
28	Vila Valença	6990	5906	-15,5%	2.438	2,42	5.328	R\$ 1.477,09	
29	Vila Voturuá		3066	0,0%	998	3,07	2.683	R\$ 907,34	
30	Sem Denominação		985		294	3,35	859	R\$ 518,02	
Total		305235	331817	8,7%			284.622		

Fonte: IBGE - Censo demografico 2000 e 2010

NOTAS

- 1 A divisão dos bairros em núcleos foi adotada pelo IBGE a partir de 2010.
- 2 O núcleo Vila Nova Mariana pertence ao Bairro Humaitá até o advento da Lei Municipal nº 408, de 2 julho de 2003, que alçou a Vila a Bairro.
- 3 Queda assentuada em razão do desmembramento da Vila Voturuá
- 4 Inclui o núcleo México 70

Fonte: IBGE – Censos Demográficos 2000 e 2010

Por fim, segundo dados do IBGE (2009) referente às finanças públicas do município, as despesas orçamentárias empenhadas somaram o montante de R\$

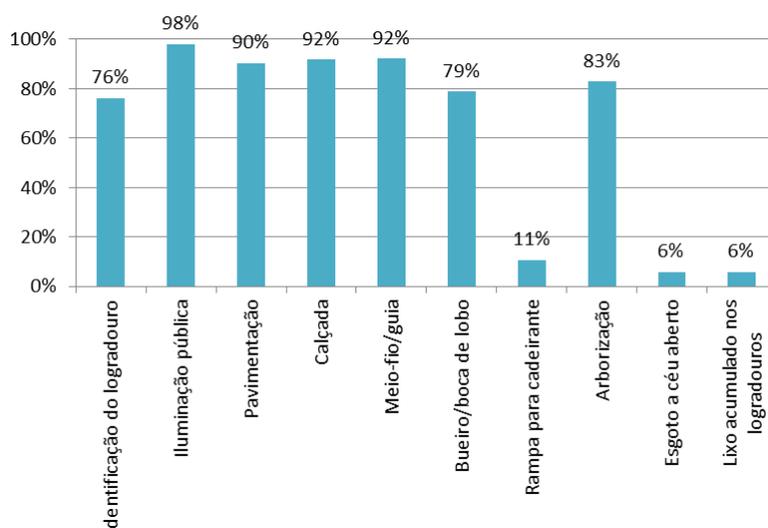
496.429.399,86 e as receitas orçamentárias realizadas somaram R\$ 497.820.684,87.

1.3.4 Habitação

Nos levantamentos do Censo Demográfico 2010, as características urbanísticas do entorno dos domicílios particulares permanentes foram avaliadas. A adequação da moradia é classificada de três tipos: adequada, sendo domicílios com rede geral de abastecimento de água, rede geral de esgoto ou pluvial ou fossa séptica e coleta de lixo direta ou indireta; semiadequada quando falta uma a duas características; inadequada quando não atende a nenhuma das condições.

O estudo incluiu somente os domicílios em áreas com ordenamento urbano regular, que em São Vicente correspondem a 83.315 domicílios, logo cerca de 80% do total. Desse universo, 96,84% foram classificados como moradia adequada, 3,14% como semiadequada e 0,02% como inadequada. Logo, a cidade em áreas regulares é bem atendida pelos serviços urbanos, como segue no próximo gráfico.

Figura 14 – Percentual de domicílios particulares permanentes urbanos, segundo as características do entorno dos domicílios – São Vicente – 2010.



Fonte: Elaborado a partir de IBGE, 2010.

Analisando estes dados, para São Vicente verifica-se incidência elevada de iluminação pública (98%), calçada (92%), meio fio/guia (92%), pavimentação

(90%) e arborização (83%). Quanto à presença de esgoto a céu aberto e lixo acumulado nos logradouros, identificou-se a existência dessa característica no entorno de 6% dos domicílios da cidade legal. Não há informação sobre a situação dos outros 20% de domicílios em áreas irregulares.

O Censo Demográfico 2010 identificou a presença de 27 aglomerados subnormais no município, onde residem 86.684 pessoas em 24.067 domicílios, correspondendo aos restantes 20% aproximadamente. Segundo o IBGE (2010), aglomerado subnormal é um conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos, casas etc.) carentes, em sua maioria de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa. Esses aglomerados, assim, dificultam o acesso e oferta de serviços públicos e, concluindo, aos direitos constitucionais da cultura, precisando de políticas públicas descentralizadas neste setor.

1.3.5 Índice de Desenvolvimento Humano

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDH-M em São Vicente vem aumentando nos últimos anos. Esse índice foi desenvolvido pela Fundação João Pinheiro do Governo de Minas Gerais, em convênio com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. O objetivo específico é medir o desenvolvimento humano dos municípios brasileiros adaptando a metodologia adotada pelo PNUD para o cálculo do IDH.

O IDH-M utiliza as três dimensões – renda, longevidade e educação – com pesos iguais, adotadas no cálculo do IDH, mas com algumas adaptações para adequar o índice às condições de análise do município. Esse indicador tem periodicidade decenal e situa-se entre 0 (zero) e 1 (um), os valores mais altos indicando níveis superiores de desenvolvimento humano. Em 2010 o IDH-M de São Vicente foi de 0,768, o que classifica o município como de desenvolvimento médio – em 1991, correspondia a 0,561, e, em 2000, a 0,689. No Estado de São Paulo, que possui 645 municípios, São Vicente ocupa o 121º lugar no ranking.

Estes números comprova que nos últimos anos, houve um crescimento de 36,9%, sendo que o acesso à educação foi o indicador que mais cresceu, preparando a cidade para evoluções futuras. A expectativa de vida do vicentino aumentou em mais de oito anos, passando da média de 68 para 76,3 anos neste período. A renda média da população de São Vicente se mantém na média do povo brasileiro, e seu aumento é vinculado à retomada do poder de compra do salário mínimo, que vem se ajustando a realidade econômica nacional, obtendo aumento de 33,71% ao longo de 91 a 2010 no valor nominal.

1.3.6 Educação

Segundo dados do Censo 2010, a taxa de alfabetização das pessoas de 10 anos ou mais de idade é de 96%, índice praticamente igual a taxa estadual (95,9%). Ao analisar a taxa de alfabetização por grupo etário, verifica-se que o menor índice é encontrado em crianças de 5 a 9 anos (71,4%), que estão a iniciar o Ensino Fundamental, e acima dos 60 anos, próximo da taxa de 90%.

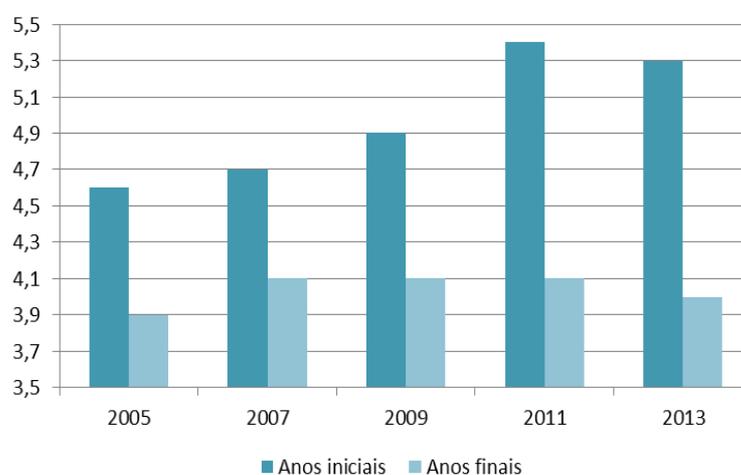
Ainda conforme dados mais recentes do IBGE (2014), ano-base 2012, São Vicente conta com 2.138 docentes no ensino fundamental, 958 docentes no ensino médio e 423 docentes no ensino pré-escolar. No ano de 2012 foram registrados 70.447 alunos matriculados, assim distribuídos: 47.536 no ensino fundamental, 14.577 no ensino médio e 8.334 no pré-escolar.

Esses dados são relevantes, ao entendermos que a infraestrutura educacional do município junto dos polos descentralizados de Centros de Convivência e Formação (CECOFs), que atuam como contraturno escolar, oferecem formação artística gratuita e continuada às crianças e adolescentes. Entretanto, ressalta-se que, em 2010, ainda 17,8% das crianças de 6 a 14 anos não estavam cursando o ensino fundamental. Neste mesmo ano, a taxa de conclusão no ensino fundamental entre jovens de 15 a 17 anos era de 68,3% e de 56,5%, de acordo com o Portal ODM.

Percebe-se também a necessidade de avanço continuado na qualidade de ensino, conforme gráfico a seguir, entendendo que de acordo com o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, em 2013, a nota média de 0 a 10 foi de 5,3

para os anos iniciais do ensino fundamental em escolas públicas e de 4,0 para os anos finais. Embora seja num percentual crescente em relação a 2005 (os índices eram de 4,6 e 3,9), e que as notas são um pouco acima da média nacional (respectivamente 4,9 e 4,0), São Vicente não consta entre os 235 municípios de São Paulo nos anos iniciais e ou entre as duas cidades que nos anos finais obtiveram nota igual ou superior a 6,0.

Figura 15 – Evolução do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica



Fonte: Portal ODM, 2014.

Segundo dados do Ministério da Educação de 2014, a defasagem escolar reduziu drasticamente ao longo dos anos, mas tal acompanhamento pedagógico precisa ser mais reforçado. Em 2014, entre alunos do ensino fundamental de São Vicente, 12,9% estão com idade superior à recomendada nos anos iniciais e 17,6% nos anos finais. A defasagem chega a 17% entre os que alcançam o ensino médio.

1.3.7 Saúde

O município encontra-se vinculado a regional de saúde da Baixada Santista e possui 228 estabelecimentos de saúde entre públicos, filantrópicos e privados conforme especificado no quadro a seguir.

Quadro 16 – Número de estabelecimentos por tipo de prestador segundo tipo de estabelecimento

Tipo de estabelecimento	Público	Filantrópico	Privado	Total
Central de Regulação de Serviços de Saúde	1	-	-	1
Centro de Atenção Psicossocial	5	-	-	5
Centro de Saúde/Unidade Básica de Saúde	27	-	-	27
Clinica Especializada/Ambulatório Especializado	9	1	19	29
Consultório Isolado	1	-	137	138
Farmácia Medic. Excepcional e Prog. Farmácia Popular	1	-	-	1
Hospital Dia	-	-	1	1
Hospital Geral	1	1	1	3
Policlínica	1	-	3	4
Posto de Saúde	3	-	-	3
Pronto Socorro Geral	3	-	-	3
Secretaria de Saúde	1	-	-	1
Unidade de Serviço de Apoio de Diagnose e Terapia	2	-	8	10
Unidade Móvel Pré Hospitalar - Urgência/Emergência	1	-	-	1
Unidade Móvel Terrestre	1	-	-	1
TOTAL	57	2	169	228

Fonte: CNES apud DATASUS, 2010.

Segundo dados do DATASUS (2010), no município existem 230 leitos de internação, sendo 177 do Sistema Único de Saúde (SUS). Os números ainda são aquém da média brasileira, de 2,4 leitos por mil habitantes e, menor ainda, comparado com a recomendação da Organização Mundial de Saúde de 3 a 5 leitos a cada mil habitantes.

Não se trata de um problema exclusivamente local, mas da Baixada Santista, onde a oferta de leitos hospitalares é, segundo a mesma pesquisa, de 2.423 leitos, correspondendo apenas a 1,46 leito a cada mil pessoas (a 10ª de 17 regiões do Estado de São Paulo em número de leitos). Entendendo que se trata de uma região em que a população quase dobra em tempos de veraneio, torna-se necessário ainda mais investimentos de modo regional nesta área.

Como já apontado anteriormente, a qualidade de vida e o bem-estar da pessoa é importante fator na questão do desenvolvimento humano e, afeta diretamente, nos hábitos culturais da população, como também nas perspectivas de desenvolvimento de habilidades físicas e até cognitivas para as produções artísticas. Ainda mais, ao entender que os fatores criativos são ainda mais essenciais ao mercado cultural em comparação com outros setores.

1.3.8 Violência

As constantes versões do Mapa da Violência se tornam referências para saber da gravidade deste mal fruto de diversos fatores individuais que podem ser incitados a partir das faltas de acesso aos direitos de dignidade humana dentro de seu contexto sócio-cultural.

Os índices de mortalidade da população brasileira caíram de 631 por 100 mil habitantes (1980), para 608 (2012), fato bem evidente na melhoria da esperança de vida da população. Esse é um dos indicadores cuja progressiva melhora possibilitou significativos avanços no IDH nacional. No entanto, se a taxa de mortalidade caiu 3,7% nesse período, a taxa por causas externas aumentou 32,8%.

Ainda no panorama brasileiro, quem puxa os aumentos dessas taxas são, fundamentalmente, os homicídios, que crescem 148,5%, em segundo lugar, os suicídios, que crescem 62,5%. Mas também os óbitos em acidentes de transporte aumentam 38,7%. Geralmente, a população jovem de 15 a 29 anos é quem mais sofre nestas estatísticas.

Os 52,2 milhões de jovens que o IBGE estima que existiam no Brasil em 2012 representavam 26,9% do total da população. Mas os 30.072 homicídios de jovens que o DATASUS registra para esse ano significam 53,4% do total de homicídios do País, indicando que a vitimização juvenil alcança proporções extremamente preocupantes.

Embora o número de mortes juvenis tenha crescido no Brasil nos últimos anos, a região Sudeste é a única que teve uma baixa no número de jovens assassinados. Entre 1998 e 2008, por exemplo, caiu em 56,3% o número de homicídios no Estado de São Paulo, o menos violento do País. Mas a Baixada Santista é a segunda com maior índice de mortes violentas em comparação com as outras regiões do Estado.

Estabelecendo este paralelo, em questão de homicídios por arma de fogo, dados federais revelam que, em 2012, São Vicente foi a 21ª cidade no ranking estadual com 41 assassinatos - na região, Guarujá em 14ª, Santos em 22ª, Praia Grande em 24ª e Cubatão em 29ª. Em comparação com homicídios por armas de fogo contra jovens, o município vicentino esteve no 21º no ranking estadual - Guarujá em 10º, Santos e Praia Grande em 22º.

Com índices ainda de 2012, mas tendo como parâmetro nacional, São Vicente também infelizmente ficou em 29º lugar em taxa de óbitos entre jovens por meio de acidentes de trânsito, e 7º no ranking estadual. Índice de 66 mortes a cada 100 mil habitantes. Na Baixada Santista, somente Cubatão esteve à frente em 28º na escala nacional e 6º em nível estadual.

Entendendo assim que é indispensável o estímulo dos jovens à economia criativa e resgate social por meio de programas públicos de formação artística para a prevenção da violência, como também podendo ser criadas outras ações públicas de maneira transversal para reduzir tais dados.

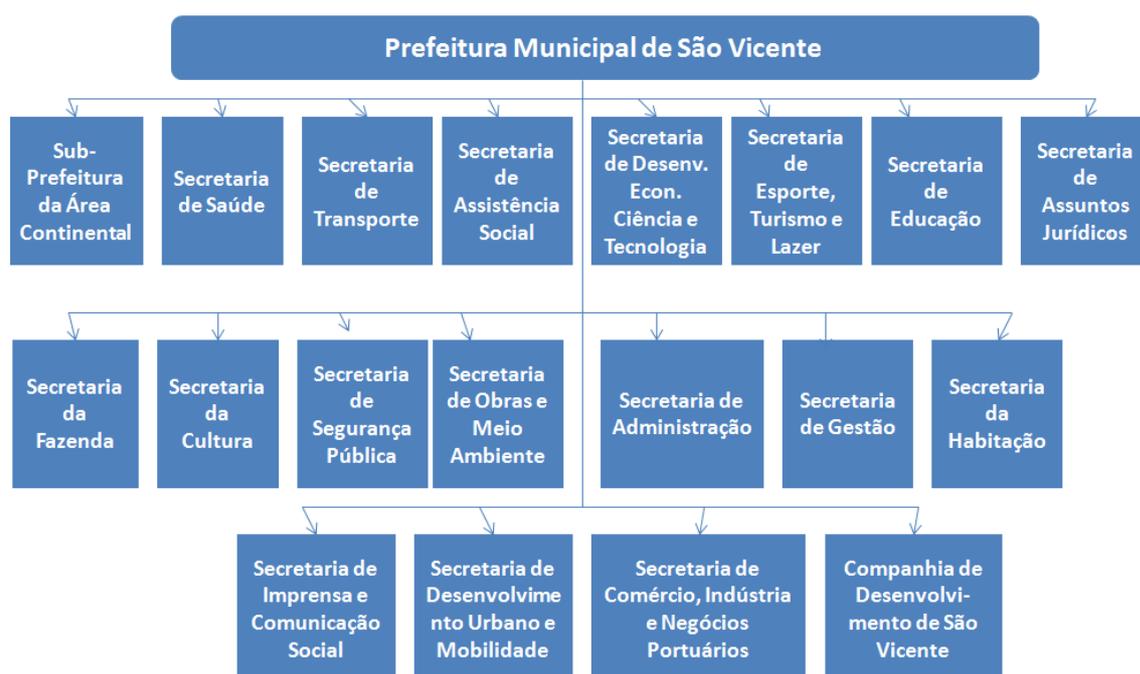
2. DIAGNÓSTICO INSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE

Neste capítulo é apresentada a legislação e histórico de atuação dos diferentes órgãos relacionados com o Poder Público voltados à efetivação das políticas públicas culturais na Cidade. Assim, há a visão global da Prefeitura e de suas secretarias, entre elas a Cultura, os conselhos municipais vinculados à mesma pasta e demais componentes do Sistema Municipal de Cultura, além de outros programas governamentais.

2.1 Aspectos da Administração Municipal

A Administração Municipal atualmente segue com a manutenção de uma sub-prefeitura voltada à área continental, 17 secretarias, entre elas, a da Cultura, e uma empresa de economia mista, a Companhia de Desenvolvimento de São Vicente (Codesavi). Cabe a responsabilidade da execução e direcionamento das políticas públicas culturais a pasta deste segmento, no entanto, também é válido ressaltar que o conselho municipal onde se delibera e fiscaliza estas políticas além de contar com membros da sociedade civil, contemplam representantes de outras pastas municipais, a ser visto noutra etapa deste documento.

Figura 17 – Organograma atual da Administração Municipal



Vale ressaltar que outras secretarias também contribuem para ações culturais no município em seus programas, e, por isso, a importância de um diálogo estratégico das diferentes pastas para qualificar ainda mais a eficácia de seus programas de políticas públicas. Dentre as pastas, pode-se destacar com maior quantidade de ações que envolvem a cultura: a de Educação, a de Imprensa e Comunicação Social e a de Esporte, Turismo e Lazer.

Esta necessidade de conversação também se deve às próprias limitações orçamentárias da Cultura, a ponto de encontrar novos modos de investimento na valorização das manifestações artísticas da Cidade, já que a receita da pasta é cerca de 1% dentro do planejamento de orçamento público municipal. O índice não diverge muito dos orçamentos de outros municípios da região, como Santos (1,3% em relação ao orçamento total) e Cubatão (1%).

Ainda em 2012, a Administração Municipal assinou um convênio junto do Governo Federal por meio do Ministério da Cultura para a efetivação do Sistema Municipal da Cultura, que corresponde ao principal articulador para promoção do desenvolvimento humano, social e econômico, com pleno exercício dos direitos culturais da população.

O sistema possui vários componentes, como uma secretaria municipal enquanto órgão público executor, um conselho municipal de políticas culturais, um fundo de incentivo ao setor e a realização permanente de conferências enquanto espaços democráticos de discussões e deliberações de políticas públicas para a área.

Embora o sistema ainda não esteja protegido por lei municipal, em tramitação entre o Poder Executivo e Legislativo, a maioria destes componentes já é existente na Cidade. Por exemplo, a Secretaria da Cultura é datada desde a década de 90. Por sua vez, o Fundo Pró-Cultura - equivalente ao fundo de incentivo à cultura - atualmente inativo foi definido por Lei Municipal 2275-A em 2009. Já em 2012, foi instituído pela Lei Municipal 2912-A e atualizada por Decreto Municipal 4154-A. Em 2013, ocorreu ainda a 1ª Conferência Municipal de Cultura.

Por meio deste sistema, afirma-se legalmente a cultura como um direito fundamental do ser humano, devendo o Poder Público Municipal por meio da Secretaria da Cultura de prover as condições indispensáveis ao seu pleno

exercício, no âmbito do Município de São Vicente. A cultura é um importante vetor de desenvolvimento humano, social e econômico, devendo ser tratada como uma área estratégica para o desenvolvimento sustentável e para a promoção da paz na Cidade.

Existem princípios que devem nortear perenemente o Sistema Municipal da Cultura: a diversidade das expressões culturais; a universalização do acesso aos bens e serviços culturais; o fomento à produção, difusão e circulação de conhecimento e bens culturais; a cooperação entre os entes federados, os agentes públicos e privados atuantes na área cultural; a integração e interação na execução das políticas, programas, projetos e ações desenvolvidas; a complementaridade nos papéis dos agentes culturais; a transversalidade das políticas culturais; a autonomia dos entes federados e das instituições da sociedade civil; a transparência e compartilhamento das informações; a democratização dos processos decisórios com participação e controle social; a descentralização articulada e pactuada da gestão, dos recursos e das ações; e a ampliação progressiva dos recursos nos orçamentos públicos para a cultura.

Torna-se responsabilidade do Poder Público Municipal, com a participação da sociedade, planejar e fomentar políticas públicas de cultura, assegurar a preservação e promover a valorização do patrimônio cultural material e imaterial do Município de e estabelecer condições para o desenvolvimento da economia da cultura, considerando em primeiro plano o interesse público e o respeito à diversidade cultural.

Cabendo, assim, à Secretaria planejar e implementar políticas públicas para: assegurar os meios para o desenvolvimento da cultura como direito de todos os cidadãos; universalizar o acesso aos bens e serviços culturais; promover a equidade social e territorial do desenvolvimento cultural; contribuir para a construção da cidadania cultural; reconhecer, proteger, valorizar e promover a diversidade das expressões culturais presentes no município; combater a discriminação e o preconceito de qualquer espécie e natureza; qualificar e garantir a transparência da gestão cultural; democratizar os processos decisórios, assegurando a participação e o controle social; estruturar e regulamentar a economia da cultura; consolidar a cultura como importante vetor do

desenvolvimento sustentável; intensificar as trocas, os intercâmbios e os diálogos interculturais; e contribuir para a promoção da cultura da paz.

2.2 Secretaria Municipal da Cultura

Como pasta estratégica para efetivação e continuidade das políticas públicas culturais, observa-se como as principais diretrizes da Secretaria Municipal da Cultura (Secult) a promoção dos direitos: à identidade e à diversidade cultural; à livre criação e expressão artística; e ao intercâmbio cultural em nível nacional e internacional. Também é competência do órgão de executar as políticas formuladas em conjunto com a sociedade civil deste Plano Municipal de Cultura ao longo dos próximos dez anos.

Deste modo, entende-se como prioridades da Secult o planejamento e fomento das atividades culturais com uma visão ampla e integrada na Cidade; valorização de todas as manifestações artísticas e culturais que expressam a diversidade étnica e social; preservar o patrimônio cultural municipal; pesquisar, registrar, classificar, organizar e expor ao público a documentação e os acervos artísticos, culturais e históricos; manter articulação com entes públicos e privados visando a cooperação em seu segmento; e promover o intercâmbio artístico.

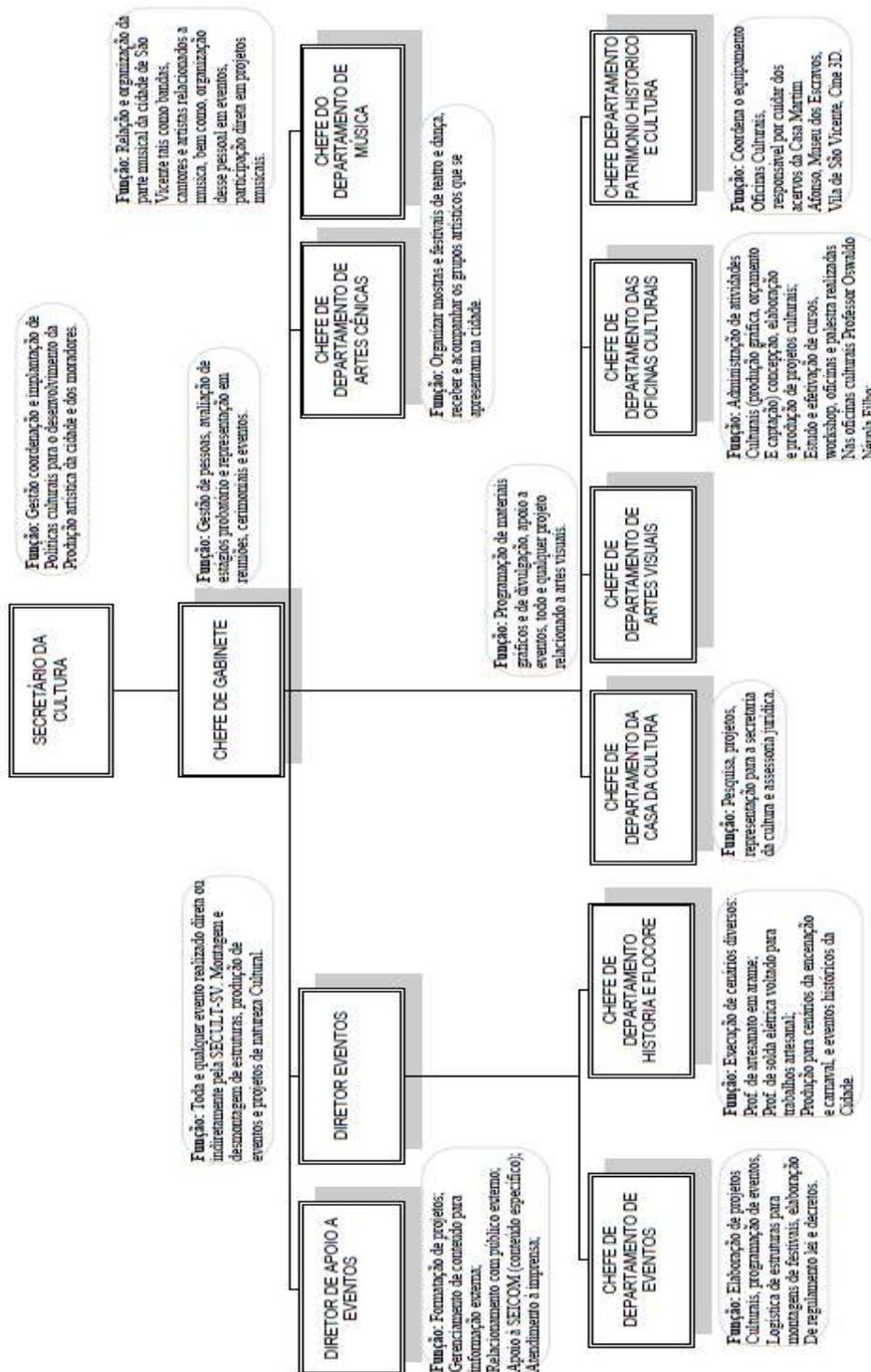
Ainda o seu papel exige o estímulo a descentralizar os equipamentos, as ações e os eventos culturais, democratizando o acesso aos bens culturais; estruturar e realizar cursos de formação e qualificação profissional nas áreas de criação, produção e gestão cultural; estruturar o calendário dos eventos culturais do Município; elaborar estudos das cadeias produtivas da cultura para implementar políticas específicas de fomento e incentivo; captar recursos para projetos e programas específicos junto a órgãos, entidades e programas internacionais, federais e estaduais; realizar e participar da Conferência Municipal de Cultura e contribuir com o Conselho Municipal de Política Cultural.

A Secult também entre suas competências básicas, seguindo o norteamento do Ministério da Cultura, de fortalecer o Sistema Municipal da Cultura, de colaborar para o desenvolvimento de indicadores e parâmetros culturais que fomentem a descentralização dos bens e serviços culturais, colaborando com a rede dos Sistemas Nacional e Estadual de Cultura. Esta cooperação é tanto para

atualização dos indicadores, sistemas de gestão, implementação de programas formativos e outros estratégicos para o setor, e a coordenação e convocação das conferências de cultura na Cidade.

Na atual gestão, a secretaria mantém um organograma de diretorias e chefias de departamentos específicos para a prática de suas ações, como segue no quadro abaixo.

Figura 18 – Organograma atual de comissionados da Secretaria Municipal da Cultura



A Secult também mantém atualmente um quadro de funcionários concursados e da Codesavi que contribuem para a prática das ações e programas do setor na Cidade, trabalhando especificamente em locais administrados pela secretaria, visto no quadro a seguir.

Figura 19 – Organograma atual de servidores da Secretaria Municipal da Cultura



Mesmo assim, é interessante ressaltar a redução do orçamento anual da Cultura nestes últimos anos tanto em valor líquido, quanto proporcional nos últimos anos. Em 2010, a pasta previa receber R\$ 7.251.425,51 (1,34%) do total de receita da Prefeitura de R\$ 539.000.000,00. Em 2011, foram R\$ 8.439.000,00 (1,42%) investidos na pasta em orçamento total da Administração de R\$ 593.000.000,00. Continuando esta leitura respectivamente: no ano seguinte, R\$ 10.575.000,00 (1,62%) de R\$ 653.000.000,00; em 2013, R\$ 13.300.000,00 (1,85%) do total de R\$ 718.000.000,00.

No novo plano plurianual, referente às previsões de orçamento entre 2014 e 2017, previu-se a redução nas verbas para a Secretaria da Cultura. Assim, conforme Lei de Orçamento Anual em 2014, foram R\$ 8.194.000,00 (1,09%) investidos na pasta na receita global de R\$ 746.720.000,00; e, em 2015, o valor é de R\$ 7.987.300,00 (1,02%) do montante de R\$ 779.589.000,00.

2.2.1 Programas da Secretaria Municipal da Cultura

Este subitem apresenta o panorama das ações realizadas na gestão atual da Secult, como as Oficinas Culturais Professor Oswaldo Névola Filho, o projeto Encontros, Viva Leitura Viva – Baús de Leitura, Vias Vivas, residência artística no Parque Cultural Vila de São Vicente e a Galeria Virtual SecultSV.

2.2.1.1 Oficinas Culturais Professor Oswaldo Névola Filho

As Oficinas Culturais Oswaldo Névola Filho é um programa cultural que pertence ao município de São Vicente criado no ano 2000. Trata-se de um centro de formação e informação com difusão de técnicas por meio de cursos livres gratuitos nas áreas de artes cênicas, plásticas, visuais, música e outros segmentos, como a capoeira e a língua japonesa.

Desde 2014, o programa conta com convênio da Administração e a Associação dos Artistas para a manutenção das turmas e de outras atividades realizadas no equipamento. O polo vicentino do programa estadual Projeto Guri também administra aulas de iniciação musical a crianças e adolescentes no local.

Ao todo, mais de 900 alunos de diversas idades frequentam as turmas tendo a devida capacitação para desenvolver seu potencial artístico e sua futura profissionalização. A sede das oficinas consta com total acessibilidade para população com deficiência, além de salas climatizadas e um auditório, onde acontecem apresentações teatrais, dança, saraus, exposições, palestras, workshops, sessões de cinema, intercâmbios com grupos estrangeiros, festivais, ensaios de grupos artísticos da Cidade, etc. Todas as atividades são gratuitas para a população, promovendo também a formação de público.

2.2.1.2 Programa Encontros

As Oficinas Culturais também realizam periodicamente encontros abertos à população com fazedores de arte e demais profissionais da área cultural para tratarem sobre suas trajetórias na carreira, a fim de promover o intercâmbio artístico e partilha de experiências. Trata-se do projeto Encontros, em parceria da Secult com a Associação dos Artistas.

Neste ano, já foram convidados ao bate-papo Encontros: o cronista e escritor Marcus Vinícius Batista (11 de março), o produtor de cultura cigana Roberto Petrovich (25 de março), os cineastas Cassio Santos e Eduardo Bezerra (8 de abril), encontro sobre intercâmbio São Vicente-Europa (15 de junho), sobre Beantatuz – Festival de Arte Urbana de Tolosa/Espanha (22 de abril), Academia Vicentina de Letras (29 de abril), a educadora Viviane de Almeida (13 de maio), o grafiteiro Vinil Colante (27 de maio), o músico e publicitário Cedric Marinho (17 de junho), o advogado e ativista pela causa negra, Renato Azevedo (24 de junho), o grafiteiro Daniel Amat (6 de julho) e a bonequeira e diretora teatral Márcia Alves (19 de agosto).

2.2.1.3 Programa Viva Leitura Viva – Baús de Leitura

A iniciativa Baús de Leitura é uma das ações do Programa Viva Leitura Viva da Secretaria da Cultura de São Vicente com objetivo de incentivo à literatura da comunidade. O projeto tem como principal meta a criação de novos espaços e ambientes para formação de leitores na Cidade.

Pioneira, esta ação iniciada desde 2013 está em consonância com a promoção de publicações em feiras literárias, projetos de circulação de livros (as ações do Livro Livre), o acesso de obras deste segmento em estações de metrô e ônibus, como até entre livrarias e táxis da Baixada Santista.

A medida também vai ao encontro da demanda da sociedade em se envolver de modo comunitário. Seja em escolas, centros religiosos e associações de bairro, está cada vez mais comum a busca de alternativas para a partilha e vivência de experiências em grupo. A efetivação de baús torna os ambientes em locais mais agradáveis e fraternos, ambientando-os como salas alternativas de leitura e fazendo-os propensos a este tipo de trocas.

Entre os demais objetivos deste programa permanente, constam: Criar espaços e ambientes alternativos de leitura, aproximando a literatura do cotidiano da comunidade local; Entender a oferta de livros para doação e devolução como um modelo positivo de acesso da população ao direito à cultura; Garantir a itinerância e circulação de bens culturais doados à Administração Municipal para melhor uso dos municípios; Garantir a todos os locais interessados a disponibilidade e

diversidade de obras literárias. Atualmente, há uma dezena de baús em espaços comunitários da Cidade, tanto na área insular, quanto na área continental.

2.2.1.4 Programa Vias Vivas

Iniciado em setembro de 2014, o Vias Vivas é um programa municipal que valoriza os artistas de São Vicente e região, além das demais artes relacionadas à cultura Hip Hop (rap, grafite e dança de rua) para a ocupação dos espaços públicos da Cidade. Trata-se de um programa de ações e intervenções artísticas contínuas, entendendo que as artes urbanas, especificamente o grafite é uma técnica aplicada em outras áreas que tem, geralmente como principal função em suas obras, o de impactar, mobilizar a conscientização e o pensamento crítico dos espectadores.

Em 2014, a primeira ação foi a realização junto de 80 grafiteiros, rappers e DJs de São Vicente, Santos, Praia Grande, Itanhaém, Mongaguá, São Paulo (incluindo o ABC) e Taboão da Serra em grafiteagem dos postes das ruas do Centro e do Catiapoã. O objetivo assim de transformação das vias públicas e de inibição de fixação ilegal de publicidades nestes bens. O evento contou com a parceria da Unibr - São Vicente e da Associação dos Artistas.

Em janeiro de 2015, foi a vez do programa realizar a exposição Vias Vivas – Lixo que Vira Arte de móveis grafitados e revitalizados após serem descartados nas vias públicas da Cidade, a fim de conscientizar a população sobre o correto uso do descarte de bens. Com apoio da Associação dos Artistas, o programa contou com a colaboração de voluntários artistas plásticos de São Vicente e região.

Os móveis foram expostos ao longo do primeiro semestre na Praça Tom Jobim, na Unibr e também no Centro Cultural Patrícia Galvão em Santos. No semestre seguinte, estão para ser doados às unidades de ensino e repartições públicas da Administração Municipal.

Em março, em parceria da Codesavi, o programa também revitalizou com um grupo de grafiteiros voluntários de São Vicente e Santos o entorno da academia ao ar livre inaugurada na Linha Amarela, bem na esquina da Rua XV de Novembro. Por meio destas atividades, o grafite vicentino ganhou projeção

internacional, a ponto de permitir o intercâmbio de dois artistas para o Festival Beantatuz de Arte Urbana em Tolosa, na Espanha, em junho deste ano com apoio da Unibr.

2.2.1.5 Residência Artística no Parque Cultural Vila de São Vicente

Com apoio da Associação dos Artistas, o projeto municipal de residência artística concede a grupos teatrais independentes da Cidade espaço para ensaios e contribuição financeira como contrapartida do serviço de mostrar cenas da época da fundação da Vila de São Vicente, recepcionando os visitantes de sexta-feira a domingo, das 10 às 20 horas, além dos feriados.

A produção das cenas, textos e figurinos são de responsabilidade da Prefeitura de São Vicente. Entre 2014 e 2015, participaram deste projeto diferentes companhias cênicas, como Os Indesejáveis do Telhado, Héterus de Teatro, Tartuffo's Cênicos e Cia Dons de Teatro Musical, além dos próprios alunos das Oficinas Culturais Professor Oswaldo Névola Filho.

2.2.1.6 Galeria Virtual

Criada em 2014, a Galeria Virtual SecultSV é um programa da secretaria com finalidade de ser um espaço digital para divulgação do artista vicentino e a da sua produção artística, com objetivo de propiciar e estimular negócios na área da Cultura. Assim, o órgão propõe a democratização da expressão das artes visuais e plásticas junto à população.

Ao criar, gerenciar e divulgar esse espaço nos canais oficiais do Poder Público, o projeto possibilita que a produção cultural local conquiste novos públicos e mercados. Ele tem atualização mensal e está disponível para as mais variadas formas de manifestação artística (pinturas, gravuras, fotografias, esculturas, entre outras). Vale ressaltar que a produção virtual se torna permanente e a negociação de compra e venda de produtos é diretamente com os artistas expositores por meio dos contatos por eles disponibilizados em tal mostra.

2.2.2 Equipamentos públicos da Secretaria Municipal da Cultura

A seguir serão elucidados os edifícios públicos administrados atualmente pela secretaria, os seus objetivos e as suas recentes atividades na atual gestão (2013-2015), como a sede das Oficinas Culturais, o Parque Cultural Vila de São Vicente, a Casa da Cultura Afro-Brasileira, a Casa Martim Afonso e, em reforma por esta administração, o Cine 3D.

2.2.2.1 Sede das Oficinas Culturais Professor Oswaldo Névola Filho

A nova sede das Oficinas Culturais foi aberta em abril de 2014 com apoio atualmente da Associação dos Artistas por meio de convênio com a Associação dos Artistas. Em menos de um ano, o recente equipamento já se tornou referência para instituições, sendo considerado pela direção do Projeto Guri como o polo mais adequado para suas atividades dentre os seus 370 pontos em São Paulo. A escola musical norueguesa JM Norway também aprovou o zelo do local. As Oficinas Culturais funcionam na Rua Tenente Durval do Amaral, 72, Catipoã, de segunda a sábado, das 9 às 18 horas.

2.2.2.2 Parque Cultural Vila de São Vicente

O Parque Cultural Vila de São Vicente é um espaço inaugurado no dia 19 de julho de 2001 bem no Centro da Cidade. O objetivo é de reproduzir imagens históricas, usos e costumes da primeira vila do Brasil (São Vicente, fundada em 22 de janeiro de 1532), por meio de instrumentos, como a Casa da Encenação de São Vicente, Pelourinho, entre outras atividades programadas no local.

O projeto arquitetônico foi inspirado nas construções do século XVI. As telhas do local vieram das antigas fazendas demolidas da Cidade de Araxá, em Minas Gerais, moldadas nas coxas dos escravos. O piso é feito de concreto estampado com desenho inspirado nas cidades históricas de Minas Gerais.

Desde 2013, o parque tende a ser revitalizado voltando às suas metas de origem, e, já no ano seguinte foi iniciado o programa de residência artística de companhias teatrais que recriam fatos do Brasil Colônia ao recepcionarem

visitantes no ambiente. O parque está aberto a população de terça-feira a domingo, das 10 às 22 horas, na Praça João Pessoa, s/nº, no Centro da Cidade.

2.2.2.3 Casa da Cultura Afro-Brasileira - Memorial ao Escravizado

O primeiro Museu do Escravo do litoral paulista foi reinaugurado em janeiro de 2015 com o novo conceito de Casa da Cultura Afro-Brasileira - Memorial ao Escravizado. Assim, o patrimônio histórico municipal gerido pela Secretaria da Cultura abriga atividades relacionadas à promoção da igualdade racial junto a entidades artísticas, movimentos sociais e religiões de matrizes africanas.

A Casa da Cultura Afro-Brasileira mantém entre suas instalações o acervo permanente de seu idealizador, o falecido artesão Geraldo Albertini. Lá, obras dele e de seus discípulos Irineu Beck e Ademir dos Santos recontam a história dos povos escravizados no Brasil, desde o início da colonização até a Lei Áurea.

A nova morada contempla pesquisas, eventos e atividades relacionadas à educação, direitos humanos e artes a partir de parcerias entre Poder Público e movimentos sociais. Criada em 13 de maio de 1976, a casa é localizada no Parque Ecológico Voturuá e remete à arquitetura dos lares mineiros do Brasil Colônia, com paredes forjadas à taipa e imagens em relevo da história do negro no País, todas pelas mãos de Albertini. A Casa da Cultura Afro-Brasileira recebe visitas gratuitas podem ser feitas de terça-feira a domingo, das 10 às 17 horas.

2.2.2.4 Casa Martim Afonso

Instalada numa edificação do final do século XIX e que foi parcialmente demolida em 1997, a Casa Martim Afonso é uma homenagem ao fundador da Cidade. Atualmente, ela já tombada em nível municipal como patrimônio histórico abriga três espaços: o Centro de Documentação e Memória de São Vicente (Cedom-SV), a Casa do Barão de Piracicaba e o Sítio Arqueológico Bacharel.

O sítio arqueológico tem como atração a parede histórica do início do século 16, além de peças arqueológicas coletadas na sua escavação, como banners explicativos das pesquisas sobre sambaquis e da ocupação indígena. Nesta área,

foram evidenciados 25 metros de parede do século XVI, sendo encontrado vestígios de sambaqui com idade de dois a três mil anos, bem como cerâmica tupi de aproximadamente 800 anos. Muitos vestígios de ocupação europeia do século 16 ao 20, também foram evidenciados, dando um total de mais de 800 peças.

A Casa do Barão de Piracicaba é a edificação remanescente da morada de veraneio erguida por Rafael Tobias de Aguiar Barros, 2º Barão de Piracicaba, em 1895. Adquirida pela Prefeitura nos anos 90, a casa foi transformada em espaço cultural, sendo inaugurada no ano 2000, durante as comemorações dos 500 anos do Descobrimento do Brasil. O espaço atualmente é utilizado para abrigar o Cedom-SV e exposições temporárias e lançamentos de livros. A Casa Martim Afonso está aberta a população de terça-feira a domingo, das 10 às 17 horas, na Praça 22 de Janeiro, 469.

2.2.2.5 Cine 3D

Inaugurado no aniversário de São Vicente (22 de janeiro) de 2000, o Cine 3D é considerado o primeiro cinema e anfiteatro tridimensional da América Latina. O espaço é localizada numa das praças mais frequentadas da Cidade, a Praça 22 de Janeiro, no Gonzaguinha. O lugar conta com um parque de 8.170 m² de áreas verdes, monumentos e equipamentos de lazer como playground atraindo centenas de vicentinos.

O Cine 3D tem foyer e ambiente para exposições, sala com capacidade para 75 pessoas e abrigou também o Espaço Cultural Francisco Rienzi, onde havia acervo de livros, discos de vinil e CDs. As laterais desse auditório mostram uma sequência de fotos, semelhante a fotogramas, com cenas da Encenação da Chegada de Martim Afonso de Sousa à São Vicente, valorizando o aspecto histórico da Cidade.

No entanto, com o decorrer dos anos, o equipamento passou a ser inviabilizado para atividades culturais. A classe artística pouco usou por problemas na infraestrutura ainda em 2008. Para a atual gestão, o espaço foi entregue com forte infiltração, problemas no telhado, sistema de ar-condicionado sem funcionamento, poltronas em mau estado e extintores de incêndio vencidos desde 2005. Todo o

acervo do espaço Francisco Rienzi teve que ser transferido para a sede da Secretaria da Cultura por causa das precárias condições de conservação.

Desde 2013, o espaço foi interditado para reforma em que se encontra atualmente e tem previsão de entrega para meados de 2016. A atual gestão planeja em sua administração para o local a promoção em parcerias com entidades públicas e privadas uma programação de filmes de arte ou fora do circuito comercial e oficinas de audiovisual voltadas para a profissionalização do público jovem.

2.2.3 Equipamentos públicos culturais em construção

Embora não sejam atualmente espaços próprios concluídos, sequer já tenham sido administrados pela Secretaria Municipal da Cultura, ressalta-se a importância de citar outras construções com finalidade cultural que possam vir a ser ao longo da próxima década gerenciados pela pasta.

2.2.3.1 Teatro Municipal

Em 2009, foi anunciado o início das obras de um futuro do Teatro Municipal de São Vicente, localizado em área de 1.634,27 m², ao lado do então Centro de Convenções do Parque Bitaru, próximo da Rodovia dos Imigrantes. A obra contava inicialmente com verba do Departamento de Apoio e Desenvolvimento às Estâncias.

Na época, o projeto previa a construção de um palco com 292,37 m² e área de apoio com dois camarins com sanitários e depósitos de materiais. Ainda no andar térreo, um foyer com café e bomboniere faria parte do cenário, que contará com jardins internos, setor administrativo, bilheteria, ambos com acessibilidade. O piso superior contaria com três camarins com sanitários, copa, sala de tradução simultânea e sala para operadores de som e luz. Estima-se que o teatro terá estacionamento para 121 vagas para automóveis e 12 para motos. Nos últimos anos, a construção segue parada sem previsão de entrega da obra.

2.2.3.2 CEU das Artes - Centro de Artes e Esportes Unificados

Trata-se de um projeto que segue padrão nacional que foi planejado em 2013. São dois edifícios multiuso, dispostos em uma praça de esportes e lazer. Essa é a proposta do CEU das Artes, um programa do Ministério da Cultura, em parceria com a Prefeitura, que será construído em área de 3 mil m², no Bairro Humaitá, Área Continental da Cidade.

O equipamento reunirá instalações para o Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, biblioteca, telecentro, cineteatro/auditório com 60 lugares, salas multiuso, quadra poliesportiva coberta, pista de skate, área para ginástica, playground e pista para caminhada. Em convênio com o ministério, o espaço segue em obras atualmente e tem previsão de entrega para final de 2016, de acordo com monitoramento da Secretaria de Obras.

Figura 20 – Planta do CEU das Artes conforme Ministério da Cultura



2.2.3 Eventos realizados pela Secretaria Municipal da Cultura

Este subitem mostra o calendário de atividades produzido pela Secult nos últimos três anos. Além da tradicional Encenação da Fundação da Vila de São Vicente, incluída no calendário oficial da Cidade pela legislação, também há os festivais Naha Matsuri, Festa de Iemanjá, Dança São Vicente, de Quadrilhas Juninas e o FITI – Festival Internacional de Teatro Infantil da Cidade.

2.2.3.1 Encenação da Fundação da Vila de São Vicente

Considerada o Maior Espetáculo em Areia de Praia do Mundo, A Encenação da Fundação da Vila de São Vicente foi criada em 1982. No início era feita em um pequeno cercado na praia do Gonzaguinha, por voluntários da comunidade que se reuniam de dia para comemorar o aniversário da Cidade. O grande salto ocorreu em 1998, quando foi criada uma grande arena onde os atores da Cidade e celebridades da TV, contavam a história da chegada de Martim Afonso, pela primeira vez à noite. Deste momento em diante a Encenação ganhou repercussão nacional.

Ao todo, cerca de mil atores da comunidade se propõem a ensaiar durante um período de três meses para recontar este marco histórico da chegada de Martim Afonso, e consecutivamente a construção da Casa de Câmara e a consolidação das primeiras eleições na América, além do Pelourinho. Parte da comunidade também participa como voluntária por meio de oficinas para coreografias, cantos e confecções de figurinos e cenários.

Grandes atores da TV e do teatro já fizeram parte deste evento, como Francisco Cuoco, Humberto Martins, Marcos Pasquim, Jonas Melo, Alexandre Borges, Ney Latorraca, Júlia Lemmertz, Luigi Baricelli, Isadora Ribeiro, Werner Schünemann, Cecil Thiré, Bete Mendes, Antônio Abujamra, Bianca Rinaldi, Taumaturgo Ferreira, Luciano Szafir, Flávia Monteiro, Nuno Leal Maia, Malvino Salvador, Mauro Mendonça, Luciana Vendramini, Ary Fontoura, Leonardo Brício, Mônica Carvalho, entre outros. E diretores como Tanah Corrêa, Abílio Tavares, Charles Möeller, Antonio Roberto Marchese, Amauri Alves, Luiz Mário Vicente, e Roberto Perez.

Na edição mais recente, de 2015, a Encenação produzida pela Secretaria da Cultura com apoio da Associação dos Artistas teve como temática a mitologia dos povos indígenas, contando com cerca de mil atores da comunidade. O ator Ricardo Tozzi protagonizou navegador português Martim Afonso. Os atores Rafael Zulu e Hélio Cícero fazem parte do elenco, interpretando o Cacique Tibiriçá e o pajé dos guaranis, respectivamente. A peça conta com a presença das atrizes Helena Ignez, Djin Sganzerla, e do jornalista Tony Lammers. Além disso, haverá a participação de 10 artistas estrangeiros, de sete países diferentes: Argentina, México, Nigéria, Portugal, Japão, Holanda e Suíça.

Ao todo, a Encenação arrecadou quase quatro toneladas de leite em pó integral, doados ao Fundo Social de Solidariedade de São Vicente para atender as creches municipais e outras entidades cadastradas. A Encenação também rendeu a criação de uma exposição de figurinos do espetáculo, apresentada em janeiro no Brisamar Shopping; a reabertura da Casa da Encenação no Parque Cultural Vila de São Vicente no segundo semestre; a realização do documentário 'Encenação.Doc', em cartaz no Cine Roxy em março, e em abril, nas Oficinas Culturais. Todas estas atividades foram gratuitas.

2.2.3.2 Naha Matsuri – Festival de Cultura e Gastronomia Japonesa

Cidade irmã de Naha, capital da Província de Okinawa no Japão, São Vicente veste-se a cada dois anos de vermelho e branco para homenagear e intensificar os laços de consideração e estima entre os dois municípios. Com isso, o festival oferece à comunidade vicentina e aos demais frequentadores a rara oportunidade de convívio com aspectos do folclore, cultura, gastronomia, esportes e a maneira de ser no cotidiano dos japoneses.

Tendo em vista a falta de parcerias para a sua realização em 2015, detalha-se a seguir a edição de 2013, quando houve programação de temas folclóricos com apresentações de taiko (tambores), odori (ritual milenar) e shamisen (instrumentos de cordas), além de shows de música típica, mostra de música pop japonesa e trilhas de filmes e seriados. Tudo isso em meio a concursos de cosplay, sessões de cinema anime e demonstrações de artes marciais (judô, karatê, kabudo, aikido, iajutsu, kenjutsu, bujinkan etc).

A programação ainda consta com oficinas e workshops de shodo, origami, paper toy, mangá, haikai, ikebana, bonsai. Todas as atrações e atividades têm acesso gratuito do público. O evento também contou com espaço gastronômico, com oferta de , sashimi, yakisoba, tempurá e gyoza, entre outros pratos orientais. Por ter ocorrido durante uma quinzena, estima-se que mais de 30 mil pessoas participaram do último Naha Matsuri.

2.2.3.3 Festa de Iemanjá

Cultuada principalmente pelo candomblé e umbanda, o nome de Iemanjá vem de “Yèyé omo ejá”, do idioma yorubá, e significa “mãe cujos filhos são como peixes”. Por isso, é considerada mãe de todos os orixás e de Rainha do Mar, padroeira dos navegantes e das famílias. De acordo com a tradição religiosa, seria ela quem ampara a cabeça dos bebês no momento do nascimento. Embora a festa seja no dia 1º de fevereiro, o seu dia de guarda é no dia seguinte.

Em São Vicente, a valorização do orixá como representação das religiões de matrizes africanas ganha apoio da Prefeitura por meio da Secretaria da Cultura. Assim, há dez anos a festividade religiosa consta no calendário municipal, sendo organizada em conjunto com associações e lideranças religiosas de Angola, Candomblé e Keto.

O evento que reúne anualmente centenas de devotos de Iemanjá da Cidade e da Baixada Santista, é o momento de ofertar alegrias à Rainha do Mar, tendo tradicionalmente em suas celebrações a lavagem da tradicional lavagem das escadas da Matriz em louvor à prosperidade, bem querer e bênçãos dos fiéis, além de rodas de cânticos e da celebração presidida pelas lideranças religiosas, finalizando com a oferta de pertences ao orixá.

2.2.3.4 Festival de Quadrilhas Juninas

Em sua terceira edição, o Festival de Quadrilhas Juninas de São Vicente tem como missão também a de perpetuar essa tradição popular no município. Para tanto, vem resgatando o conceito junino tanto às escolas e creches do município, sendo que alguns coletivos culturais já adotaram instituições de ensino para

repassar esta tradição tão típica da Cidade às novas gerações. O evento foi realizado nestes três anos em diferentes espaços: Praia do Itararé, Unibr, no Centro, e Ginásio Poliesportivo Dondinho, no Catiapoã. As três primeiras quadrilhas ganham prêmio em dinheiro, variando de R\$ 1 a R\$ 3 mil.

Um dos principais redutos de quadrilhas juninas no Estado de São Paulo é São Vicente. Ao todo, 10 quadrilhas participaram dos festivais municipais nos últimos três anos, estimando uma parcela de 500 brincantes na Cidade. Com alta qualidade artística, a maioria dos grupos também alcançaram as primeiras colocações nos últimos anos nos campeonatos de quadrilhas juninas em Queimados (RJ), Seropédica (RJ), Queluz (SP) e Brasília (DF).

Estas são apenas algumas das conquistas firmadas pelo empenho dos brincantes que conduzem um forte movimento de pesquisa e manutenção das raízes dos festejos populares em São Vicente. Existem coletivos na Cidade com mais de 30 anos de tradição, mantendo viva a cultura popular, passada de geração em geração, mesmo entre aqueles que não têm relação familiar com o Nordeste.

2.2.3.5 Dança São Vicente

Abrir espaço para o segmento incentivando aqueles que fazem dança e arte. Este é o grande objetivo do Festival Dança São Vicente, realizado pela Secretaria da Cultura desde 2013. Neste e no ano de 2014, foram mais de 500 bailarinos e dançarinos de várias cidades participaram em cada edição em diversas categorias.

Mais do que um evento competitivo, o Festival possibilita a oportunidade de aproximar o público das principais produções das companhias de dança de São Vicente e região em modalidades, como axé, jazz, danças urbanas, balé, contemporâneo, dança do ventre, danças populares, em cadeira de rodas e estilo livre.

Além das mais de 100 coreografias apresentadas em cada edição do evento, também há o incentivo aos ritmos de salão por meio de animados, workshops ministrados por profissionais, que ensinam do samba à dança do ventre, do rock às danças circulares, atraindo públicos variados de todas as idades.

Além disso, shows com ritmos correlatos aos dos workshops pontuam a programação, proporcionando aos participantes uma grande aula prática. Todas as atividades (incluindo as inscrições dos grupos competitivos do Festival) são oferecidas gratuitamente pela secretaria.

2.2.3.6 FITI – Festival Internacional de Teatro Infantil

O FITI - Festival Internacional de Teatro Infantil de São Vicente é desenvolvido desde 2014 entre os meses de janeiro e fevereiro com os seguintes objetivos: instigar a vocação turística da Cidade; oferecer ao público infantil obras de qualidade com linguagens diversas; proporcionar o intercâmbio entre produtores locais com os grupos estrangeiros; e, assim, criar diálogos e conexões capazes de proporcionar a circulação de bons espetáculos da região por outros países em futuras oportunidades.

Nas duas edições, a entrada para os espetáculos foi franca, sendo que também se pedia um quilo de alimento não-perecível. Nestes dois anos, ocorreram espetáculos de companhias cênicas do México, Peru, Equador e Portugal, além de grupos da Região, representando o Brasil. Neste ano, ainda aconteceram gratuitamente oficinas de 'Poética da Sombra' (do argentino Alejandro Skylar), confecção de catrinas (da mexicana Gabriela Rosas) e de introdução ao teatro de formas animadas (do lusitano Marcelo Lafontana). E ainda, debates com a diretora do Museu da Marioneta de Lisboa, Maria José Machado Santos, e com a diretora do Centro Internacional de Títeres em Tolosa (Topic/Espanha), Idoya Ortegui Martínez.

2.3 Outras secretarias e órgãos municipais

É válido salientar que outras secretarias e órgãos municipais também contribuem por meio de programas e ações para o acesso à cultura da população local. Destacamos aqui os trabalhos permanentes desenvolvidos pela Secretaria da Educação, da Imprensa e de Comunicação, e de Esportes, Turismo e Lazer, além de parcerias do Fundo Social de Solidariedade e das ações da Sumira - Superintendência de Políticas para Mulheres e Promoção da Igualdade Racial.

2.3.1 Secretaria da Educação

De acordo com dados de 2014, mais de 58 mil alunos são atendidos pela Secretaria Municipal da Educação em mais de 160 equipamentos, entre creches, Educação Infantil, Ensino Fundamental, participantes de Centro de Convivência e Formação (Cecof) e Educação para Jovens e Adultos.

No ambiente escolar, ressalta-se uma variedade de trabalhos desenvolvidos nas próprias unidades públicas de ensino referente às artes dentro de sua grade curricular, geralmente atividades voltadas à iniciação musical e cênicas, como dança e teatro. Sob a administração da pasta, a Cidade conta com uma biblioteca e gibiteca municipal, relacionando os hábitos da leitura com a grade de ensino.

Por sua vez, o Cecof é um projeto estratégico iniciado pelo Fundo Social de Solidariedade e atualmente assumido pela pasta da Educação. Nos últimos, foram cerca de 20 unidades instaladas em diversos bairros da Cidade, atendendo cerca de 3,5 mil estudantes de 6 a 17 anos, preferencialmente em situação de vulnerabilidade social durante seu contraturno escolar.

Nestas unidades, mantém-se atividades ligadas à música, dança, arte urbana (grafite), teatro e esportes, além de seus participantes receberem reforço escolar sempre que necessário, assim como o atendimento psicológico. Fruto deste envolvimento com a comunidade e atento às demandas culturais, os Cecofs este ano desenvolveram festividades julinas no Parque Cultural Vila de São Vicente, como também por meio do Fazendo Música com Arte na Primavera sessões abertas de música popular e erudita no Boulevard Anna Pimentel e no Instituto Histórico e Geográfico de São Vicente.

2.3.2 Superintendência de Políticas para Mulheres e Promoção da Igualdade Racial

No contexto de um município situado numa região com grande parcela da população negra aliada aos incentivos governamentais de criações de espaços de discussão sobre a igualdade racial, São Vicente conta com uma administração pública formada pela Sumira - Superintendência de Políticas para Mulheres e Promoção da Igualdade Racial. Sendo este órgão importante também para

realizar ações sobre igualdade de gênero na Cidade, entendendo o próprio perfil do município já citado anteriormente neste plano.

O município também possui o Conselho dos Direitos da Mulher de São Vicente e o Conselho Municipal de Políticas de Promoção da Igualdade Racial de São Vicente, como espaço democrático e transparente para efetivação de políticas públicas para estes dois segmentos. Entre suas atividades, a Sumira realiza diversas discussões de políticas públicas e atividades de conscientização à população sobre seus direitos em rodas de conversas, seminários e conferências.

Por exemplo, em 2015, além de estar à frente dos casamentos comunitários, programou a Semana da Mulher junto das secretarias municipais com o seminário 'Cultura da Paz, Enfrentando a Violência contra as Mulheres' e edições do Mutirão de Saúde da Mulher. Quanto à promoção à igualdade racial, principalmente com a reabertura em 2015 da Casa da Cultura Afro-Brasileira - Memorial ao Escravizado, a Sumira realizou em parceria com a Secretaria da Cultura programação audiovisual para escolas, rodas de conversa mensalmente com lideranças comunitárias, de religiões de matrizes africanas e acadêmicos do segmento.

Também em ação conjunta com a Secretaria da Cultura, a Sumira já realizou homenagens ao protagonismo feminino no Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra, tributos em placas e busto a antigos militantes, como os vicentinos Diogo Ferraz, Pai Ivan e o líder quilombola Zumbi dos Palmares, além das Oficinas Culturais sediarem reuniões de planejamento da programação do Dia da Consciência Negra este ano.

Em junho deste ano, a Sumira também implantou o Comitê Municipal Pró-Equidade Gênero e Raça em São Vicente, que tem como objetivo a criação de um censo aos órgãos da prefeitura e, em seguida, incentivar concepções na gestão de pessoas e na cultura organizacional para promover a igualdade racial, e entre mulheres e homens, no mercado de trabalho.

2.3.3 Secretaria de Imprensa e Comunicação

A Secretaria de Imprensa e Comunicação é uma grande parceira da Secult para repercutir os trabalhos artísticos desenvolvidos na Cidade junto dos canais oficiais, como o site e redes sociais da Prefeitura (YouTube e Facebook). A equipe também conta com cerimonial e assessoria de imprensa disponível para as atividades da secretaria, além de equipes de reportagem da TV Primeira para repercussão direta das artes para a comunidade.

2.3.4 Secretaria de Esportes, Turismo e Lazer e Fundo Social de Solidariedade

O lazer e o turismo também são impulsionados por um calendário permanente de atividades, principalmente, na Arena de Eventos da Praia do Itararé, com organizações e apoio da Secretaria de Esportes, Turismo e Lazer e do Fundo Social de Solidariedade. As variedades gastronômicas e, por vezes, espaços para divulgação do artesanato local constam em festas da banana, do chocolate e do morango na Cidade. Parte das vendas de pratos derivados destes alimentos é destinada às associações caritativas de São Vicente.

2.4 Conselhos municipais vinculados à Secretaria da Cultura

Esta parte do plano municipal de cultura aponta para as legislações e breves relatórios referentes aos dois conselhos vinculados à Secult: o de Políticas Culturais (CMPC) e o de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico, Cultural e Turístico de São Vicente.

2.4.1 Conselho Municipal de Políticas Culturais

O Conselho Municipal de Políticas Culturais (CMPC) criado em 2012 é um órgão colegiado composto pelo Poder Público e pela Sociedade Civil, de caráter permanente, consultivo, deliberativo, fiscalizador e normativo, e tem o objetivo de assessorar a Prefeitura Municipal de São Vicente no controle de execução da política cultural do município, inclusive quanto aos respectivos aspectos

econômicos financeiros. Trata-se de um órgão de administração indireta do município e sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito público, patrimônio próprio e duração por prazo indeterminado.

A sua missão é de proporcionar efetivas condições para o exercício da cidadania cultural a todos os vicentinos, estabelecer novos mecanismos de gestão pública das políticas culturais e criar instâncias de participação de todos os segmentos sociais atuantes no meio cultural. Entre as suas finalidades, logo, abrangem: a deliberação das diretrizes gerais de políticas culturais, a execução da Conferência Municipal de Cultura e colaboração nos componentes do Sistema Municipal de Cultura, acompanhamento da proposta orçamentária do município, indicando modificações para promoção e fomento ao segmento, fiscalização dos investimentos previstos em leis orçamentárias e de cumprimentos dos programas na área. Também são seus objetivos fomentar a captação de recursos, fiscalizar e aprovar diretrizes do Fundo Procultura, elaboração de projetos de leis de incentivo e promoção do intercâmbio cultural.

Segundo a legislação vigente, compete a ele, portanto, representar a sociedade civil junto ao Poder público em assuntos referentes à cultura, formular e propor ações e projetos para atividades culturais e difusão do acesso ao direito aos cidadãos e dar continuidade aos projetos de interesse do município independentemente das mudanças de governo e gestão. Lista-se ainda estimular a democratização e a descentralização das atividades de produção e difusão culturais no município, visando garantir a cidadania cultural como direito de acesso e fruição dos bens culturais, de produção cultural e de preservação e guarda do patrimônio material e imaterial, bem como da memória histórica, social, política e artística. Pode-se também realizar estudos e pesquisas voltadas às demandas do cenário cultural, planejar aplicações de recursos na área, preservar e salvaguardar os registros ligados a todos os bens do patrimônio cultural material e imaterial do município, além de desenvolver a economia criativa no município.

Com objetivo de colocar a cultura como eixo estratégico no desenvolvimento municipal, o CMPC tem como mesa diretora os papéis de presidente, vice-presidente, 1º e 2º secretário, com seus papéis definidos de acordo com regimento interno. Compõem atualmente as representações do conselho: 13

membros do Poder Público (3 de Cultura, 1 da pasta da Educação, 1 de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia, 1 de Obras e Meio Ambiente, 1 do Governo, 1 da Administração, 1 do Comércio, Indústria e Assuntos Portuários, 1 da Saúde, 1 da Codesavi, 1 do Poder Legislativo) e 13 membros de setores cultural (teatro, artes plásticas, música, culturas populares, dança, culturas tradicionais, cultura negra, artesanato, literatura, artes visuais, artes circenses, audiovisual e Pontos de Cultura).

Em sua primeira gestão, ocorreram entraves internos a ponto de desmobilizar tanto os membros da sociedade civil, quanto do Poder Público. A rearticulação do CMPC é um processo que se inicia nas eleições recentes de dezembro de 2014 e fevereiro de 2015, sendo que até setembro deste ano, o conselho revisou o seu regimento interno, promove reuniões setoriais com mais de 150 artistas nos espaços públicos da Cidade e elegeu uma comissão para a elaboração deste presente plano municipal de cultura.

2.4.2 Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquetônico, Cultural e Turístico de São Vicente

Vinculado à Secult, o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquetônico, Cultural e Turístico de São Vicente - Condephasv foi instituído pela Lei 1634/05, tendo suas alterações na Lei 2259/09, 2165/09 e 2823/12. Trata-se de um órgão autônomo e deliberativo em questões referentes à preservação e tombamento de bens culturais e naturais. Cabe a ele a definição da política municipal de defesa e proteção do patrimônio cultural e natural compreendendo o histórico, artístico, arquetônico, arqueológico, arquivístico, antropológico, genético e turístico da Cidade.

Entre suas ações, acrescenta-se: deliberar sobre o tombamento de bens móveis e imóveis de valor reconhecido para São Vicente; definir a área do entorno do bem tombado a ser controlado por sistemas de ordenações especiais adequadas; promover a estratégia de fiscalização da preservação e do uso dos bens tombados; adotar as medidas necessárias para que se produzam os efeitos do tombamento (como comunicá-lo ao Cartório de Registro e órgãos estaduais e

federais, além de promover inventário, conservação e revitalização destes patrimônios); pleitear benefícios para os proprietários de bens tombados, como também deliberar propostas de revisão dos tombamentos; opinar sobre planos, projetos e propostas de qualquer espécie, referentes à preservação de bens culturais e naturais, além de planos e propostas de construção, conservação, reparação, restauração e demolição, bem como os pedidos de licença para funcionamento de atividades comerciais prestadoras de serviços em imóveis situados em local definido como área de preservação em razão de bens culturais e naturais.

Com intuito de pesquisar, proteger e valorizar o patrimônio cultural e nacional do município, o Condephasv é dirigido por um presidente e um vice-presidente com suas atribuições definidas segundo regimento interno e composto por representantes: do Poder Legislativo, das secretarias de Governo, Turismo, Cultura, Relações Governamentais, Obras e Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, Urbanismo e Serviços Públicos (atualmente Desenvolvimento e Mobilidade Urbana), Educação, Assuntos Jurídicos, além de representantes do Instituto Histórico e Geográfico de São Vicente, Associação dos Engenheiros e Arquitetos de São Vicente, de cada Faculdade com sede na Cidade, da Academia Vicentina de Letras, Artes e Ofícios, do Museu Joias da Natureza, do Sindicato dos Arquitetos no Estado de São Paulo, do Bloco Carnavalesco Ba-bahianas Sem Taboleiro, da ETEC de São Vicente e de uma associação cultural. Também se previa a participação de um representante da secretaria de Projetos Especiais noutra gestão.

De acordo com registros da Prefeitura, doze bens foram tombados pelo Condephasv que, desde a última gestão, empenha-se na criação e implantação de um projeto de turismo cultural pelo eixo central da Cidade, tendo como objetivo que turistas e munícipes conheçam e visitem por meio de atividades artísticas a história da Cidade. As reuniões seguem periodicamente, conforme regimento, e já contam com apoio das secretarias em reuniões para efetivação futura deste planejamento.

2.4.2.1 Patrimônios municipais tombados

Como um sistema de patrimônios históricos e culturais da Cidade, segue a lista e as razões para salvaguardar cada um dos doze equipamentos tombados pelo Condephasv desde a sua criação nos últimos dez anos.

Porto das Naus - É considerado o primeiro trapiche alfandegário do Brasil. Tombado pelos governos federal e estadual, o local abriga ruínas que remetem ao século 16. As ruínas que hoje existem no Porto das Naus são do antigo engenho de cana-de-açúcar de Jerônimo Leitão, construído em 1580 sobre os alicerces e paredões do mais velho trapiche alfandegário do Brasil, criado em 1532 (ano da fundação de São Vicente) e que precedeu todas as alfândegas do País. O engenho foi destruído, juntamente com a Capela de Nossa Senhora das Naus, pelos corsários holandeses comandados pelo famoso pirata Joris van Spilberg, no ano de 1615, restando apenas as ruínas que atualmente permanecem no local.

Ponte Pênsil - Cartão-postal número um de São Vicente. Foi a primeira do gênero construída no Brasil, tombada como patrimônio histórico pelo governo estadual, a ponte foi projetada pelo médico sanitarista Saturnino de Brito em 21 de maio de 1914, pois era utilizada para facilitar o transporte do esgoto.

Marco Padrão - Localizado na Praia do Gonzaguinha. Inaugurado em 1933, é o marco de comemoração dos 400 anos da Fundação de São Vicente. Encontra-se dentro de uma ilha no mar conhecida como Pedra do Mato.

Biquinha de Anchieta - Existente desde 1553, o local foi uma das principais fontes de água da população de São Vicente durante séculos. Seus belos azulejos azuis trabalhados a mão são relíquias históricas. Lá, o famoso padre jesuíta José de Anchieta bebia água e catequizava índios. Até hoje os moradores utilizam a água para consumo.

Monumento do 4º Centenário do Descobrimento do Brasil - Localizado na Praça 22 de Janeiro, foi projetado por Bendito Calixto, inaugurado em 22 de abril de 1900. O objetivo era construir um patrimônio que perpetuasse a gratidão aos fundadores da Capitania de São Vicente.

Casa Martim Afonso - Situado na mesma praça, era uma fortaleza toda de pedra, onde Martim Afonso, fundador da Cidade, teria residido por um ano (1532/1533) deixando-a para os próximos capitães-mores. Atualmente, há uma segunda construção no local, que preserva parte da original. No lugar, que fica à Praça 22 de Janeiro, 469, foi criado o Centro de Documentação e Memória de São Vicente.

Matriz de São Vicente Mártir - Construído por Martim Afonso de Sousa, em 1532, próximo à praia onde aconteceu a fundação oficial da Vila de São Vicente. A construção foi destruída por um maremoto, que varreu a cidade em 1542. A segunda sede foi erguida pelo povo em local mais distante do mar, mas foi destruída por piratas que atacaram São Vicente para saquear o comércio e as casas. Em 1757, a atual igreja foi construída sobre as ruínas da anterior, onde permanece até hoje, que ainda passa por restauração. Seu nome é uma homenagem a São Vicente Mártir, santo espanhol que deu nome à Cidade e hoje é seu padroeiro.

Fachada da Prefeitura Municipal de São Vicente - Prédio foi construído em 1885, por Julião Leocádio Neiva de Lima, vereador e presidente da Câmara e tenente-coronel da Guarda Nacional. Edificado em estilo jônico, da Grécia antiga, foi adquirido por João Francisco Bendsorp em 1919 e transformado em sede do Governo Municipal em 1920, restaurado e preservado pelo prefeito Antônio Fernando dos Reis em 1982.

Casa do Barão - Lá desde 1973 abriga o Instituto Histórico e Geográfico de São Vicente, além da Biblioteca Municipal. No local há peças antigas, entre fotos, objetos e quadros. A construção de 6.500 m² ocupa mais da metade de um quarteirão com face também para as ruas Visconde do Rio Branco e João Ramalho. Até o final do século 19 era parte da antiga chácara do vicentino José Lopes dos Santos, o Coronel Lopes, que dá nome a uma praça na Cidade.

Escola Estadual Martim Afonso - Situada na Rua José Bonifácio, foi fundada em 1939 e funcionava como escola particular, uma extensão do Colégio São Paulo. A transferência de suas instalações para o Estado deu-se em 1948 devido ao aumento do número de alunos e à vontade de o governo estadual ampliar o número de escolas.

Antigo Colégio Grupão - Erguido no século 19, fica na Praça Coronel Lopes. O histórico edifício abrigou a Escola do Povo, que ficou popularmente conhecida como Grupão e denominada, a partir de 1979, Escola Estadual Zina de Castro Bicudo. Inaugurada em 1893 por um grupo de cidadãos vicentinos, a maioria pertencente à Loja Maçônica Fraternidade de Santos, a Escola do Povo passou a ser administrada pelo Estado em 1913. O prédio pertencente ao Estado foi restaurado no início dos anos 2000 para se tornar sede da Diretoria de Ensino da Região de São Vicente. Em 2008, passou a abrigar Escola Técnica Estadual (Etec).

Casa da Cultura Afro-Brasileira - Antigo Museu dos Escravos, edifício arquitetado pelo artesão Geraldo Albertini para contar com seu acervo a fim de promover a conscientização da população sobre a igualdade racial. O prédio é feito de taipa a mão, seguindo os costumeiros edifícios coloniais mineiros. Foi inaugurado em 1976.

2.5 Fundo Pró-Cultura de São Vicente

Embora inativa a comissão atualmente e, consecutivamente os seus recursos, foi instituído em Lei 2275-A/09 o Fundo Pró-Cultura do Município, componente que deve ser inserido no Sistema Municipal de Cultura como mecanismo de financiamento para implementar políticas públicas e desenvolver práticas culturais na Cidade. Segundo o Orçamento Municipal, é previsto que anualmente o Fundo tenha um repasse de R\$ 40 mil como dotação orçamentária.

De acordo com a legislação, o fundo é administrado por um conselho diretor presidido pelo titular da Secretaria da Cultura e com os seguintes membros: dois servidores indicados pela Secult, um pela Fazenda, um representante da Associação Comercial, Industrial e Empresarial de São Vicente e dois representantes do Poder Legislativo. Os conselheiros serão nomeados pelo prefeito com mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos. Os serviços prestados pelos membros não serão remunerados.

Entre as suas atribuições, há o de gerenciar o Fundo: implementar e promover o cumprimento das finalidades do Fundo; promover a execução orçamentária dos créditos orçamentários destinados ao Fundo; administrar e fiscalizar a

arrecadação de receita e o seu recolhimento à Tesouraria Municipal; deliberar quanto à aplicação de recursos; opinar, quanto ao mérito, na aceitação de doações de bens, móveis e imóveis, assim como das doações, legados, subvenções e contribuições de qualquer natureza.

As receitas do Fundo Pró-Cultura serão auferidas da arrecadação dos preços públicos por meio de: vendas de ingressos cobrados na realização de eventos promovidos pela Secretaria da Cultura e pelo uso de próprios municipais por ela administrados, assim como de renda auferida com o aluguel de equipamento de som do município e outras prestações de serviços; doações, legados, subvenções, auxílios e contribuições de qualquer natureza; créditos orçamentários previstos em lei; saldos de exercícios anteriores, e receitas auferidas pela aplicação no mercado de capitais.

Todos os recursos destinados ao Fundo serão contabilizados como receita orçamentária municipal e a ele alocados através de créditos orçamentários, consignados na Lei Orçamentária ou em crédito adicional. Por sua vez, só poderão receber investimentos do fundo as iniciativas mediante apresentação de projetos, obedecendo a um cronograma aprovado pelo Conselho Diretor.

2.6 Outros componentes do Sistema Municipal de Cultura

Ainda no Sistema Municipal de Cultura, deve-se relevar a 1ª Conferência Municipal do segmento, realizada em 2013. Na época, era um evento preparatório para a Conferência Nacional, contando com mais de 300 munícipes na ETEC Dra^a Ruth Cardoso, tendo como tema justamente “Uma Política de Estado Para a Cultura: Desafios do Sistema Nacional de Cultura”.

Como um primeiro espaço democrático de discussões de políticas públicas, o evento não contou com a realização de pré-conferências e, embora bem organizado e com apoio da população, observa-se que apesar de firmar o bom diálogo do Poder Público com a sociedade civil, muitos dos 23 apontamentos deliberados não foram executados ao longo do biênio.

Justifica-se esta situação até mesmo pelas propostas levantadas e aprovadas pelos presentes, que ou não contavam com as limitações orçamentárias da pasta

(por exemplo, a completa digitalização e catalogação do acervo histórico da Cidade para acesso à população) ou até mesmo fugiam da responsabilidade da Prefeitura (como a criação de uma companhia teatral para visitar hospitais e centros de saúde). Mesmo assim, ressalta-se a importância deste momento para consolidação de um importante mecanismo político que virá a ser mais produtivo a cada próxima edição.

Torna-se estratégico e indispensável que a Administração Municipal complemente o Sistema Municipal de Cultura com outros componentes ao longo desta década, em diálogo permanente com os Sistemas Estadual e Nacional deste segmento, como um sistema de rede integrada de bibliotecas públicas e privadas da Cidade e, principalmente, o Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais.

Será este o dispositivo que ao longo dos anos poderá promover pesquisas e levantamentos sobre os hábitos culturais da Cidade, como também registros da atuação dos fazedores de arte e outras manifestações culturais presentes em nosso território. Por meio dos indicadores culturais, será possível aferir o andamento das estratégias e metas desse plano municipal decenal.

2.7 Outros programas governamentais

Este espaço tem como objetivo descrever brevemente outros programas governamentais que também influenciam no fazer cultura de São Vicente, sejam ações desenvolvidas pelo Governo Estadual enquanto Secretaria de Estado da Cultura (Projeto Guri, Oficinas Culturais do Estado e Programa de Ação Cultural – ProAC), sejam ações do Governo Federal através do Ministério da Cultura (Rede de Pontos de Cultura e Vale-Cultura).

2.7.1 Projeto Guri

O Projeto Guri é desenvolvido pela Associação Amigos do Projeto Guri, fundada em 1997, com o intuito de apoiar na captação de recursos e realização de eventos desta iniciativa. Trata-se de um programa de educação musical criado em 1995 pela Secretaria de Cultura do Estado, que oferece cursos de canto coral, luteria,

instrumentos de cordas dedilhadas, cordas friccionadas, sopro, teclados, percussão e iniciação musical, a crianças e adolescentes entre 6 e 18 anos.

De 2008 até hoje, a associação é responsável pela gestão do programa em cerca de 370 polos de ensino no interior e litoral do estado de São Paulo – incluindo os polos da Fundação CASA –, onde quase 35 mil alunos fazem aulas, por ano. Em São Vicente, o polo municipal se concentra nas Oficinas Culturais Professor Oswaldo Névola Filho, propiciando a educação de centenas de alunos em diferentes instrumentos: cavaco, clarinete, contrabaixo, flauta transversal, saxofone, trombone, trompete, viola, violão, violino, violoncelo e a nova modalidade, tuba.

O polo enquanto instalação, oferta de cursos e parceria com o Poder Público é uma referência estadual, concentrando várias reuniões de gestores da associação e, junto à Prefeitura, apresentando o resultado das aulas no auditório das Oficinas Culturais e em outros municípios, como Santos e São Paulo.

2.7.2 Oficinas Culturais do Estado de São Paulo

As Oficinas Culturais é uma rede da Secretaria da Cultura do Estado que tem como objetivo a formação e a vivência da população no campo das artes. Assim, realiza atividades gratuitas de formação e difusão em artes plásticas, audiovisual, circo, performance, HQ, dança, fotografia, literatura, música, teatro e gestão cultural, em programações trimestrais atendendo cerca de 400 municípios.

Também se englobam à rede de Oficinas Culturais o Programa de Qualificação em Artes, composto pelo Projeto Ademar Guerra e Projeto de Qualificação em dança, que tem com ação principal a orientação artística a grupos, companhias ou coletivos no interior, litoral e região metropolitana de São Paulo, exceto capital.

Na Região, o programa administra a Oficina Cultural Pagu, que reúne atividades formativas em Santos. No entanto, a cada trimestre, também propõe a realização de oficinas, workshops ou palestras nas demais cidades da Baixada Santista. Neste caso, as atividades são realizadas geralmente nas Oficinas Culturais Professor Oswaldo Névola Filho.

2.7.3 Programa de Ação Cultural - ProAC

O Programa de Ação Cultural - ProAC é realizado pela Secretaria de Estado da Cultura, instituído por lei desde 2006, e tem como objetivo apoiar e patrocinar a renovação, o intercâmbio e a divulgação na produção artística e cultural do Estado de São Paulo.

O programa permite este aporte financeiro via editais públicos por meio de patrocínios de contribuintes habilitados do ICMS a projetos previamente aprovados pelo Governo Estadual. Embora haja uma variedade de concursos para diversos setores - são 40 ao todo hoje em dia -, poucas iniciativas de São Vicente participam e são contempladas pelo programa, o que vale um olhar mais atento da Prefeitura a contribuir em atividades de discussão ou ações formativas para que os fazedores de arte local se habilitem na produção desses projetos culturais.

É importante ressaltar que, ao mesmo tempo, a Administração Municipal mantém infraestrutura de apoio para apresentações e oficinas gratuitas de vários grupos artísticos (teatro, música e dança) de fora da Região contemplados pelo projeto, que realizam estas atividades como contrapartidas de seus projetos. Portanto, tal programa estadual contribui para o intercâmbio e manutenção de agenda de apresentações culturais na Cidade.

2.7.4 Rede de Pontos de Cultura

O Ponto de Cultura é a entidade cultural ou coletivo cultural certificado pelo Ministério da Cultura, que recebe verba via edital para realização de atividades para o segmento. É fundamental que o Estado promova uma agenda de diálogos e de participação. Neste sentido os Pontos de Cultura são uma base social capilarizada e com poder de penetração nas comunidades e territórios, em especial nos segmentos sociais mais vulneráveis. Trata-se de uma política cultural que, ao ganhar escala e articulação com programas sociais do governo e de outros ministérios, pode partir da Cultura para fazer a disputa simbólica e econômica na base da sociedade.

Na Baixada Santista, apenas São Vicente e Santos tiveram pontos de cultura contemplados pelo ministério via edital nos últimos anos. São as iniciativas: Associação de Amigos da Corporação Musical de São Vicente (aulas, workshops e eventos de música e dança); Centro Cultural do Surf Vicentino, Associação Vida Esperança (Pontos de capacitação cultural); Centro de Aprendizagem Metódica e Profissional de São Vicente (projeto audiovisual - 13 filmes); Vitae Domini (Circuito de festas juninas); Adesaf (Audiovisual, 18 filmes); Casa Crescer e Brilhar (12 oficinas de artes circenses e teatro); Jovens no Exercício do Programa de Orientação Municipal (balé e capoeira); Associação dos Deficientes Físicos de São Vicente (Oficinas culturais); Associação Cultural Carnavalesca Tia Bola (Oficinas de música e dança); Quadrilha Junina Tia Valdelice (oficinas de empreendedorismo social e manutenção da cultura junina). A Cidade também recebeu em 2013 a Mostra Pontos de Cultura.

Atualmente, sendo muitos desses pontos já tendo seus projetos desenvolvidos e finalizados, é indispensável que a Prefeitura contribua na rearticulação e manutenção destas iniciativas propondo parcerias e outras fontes de captação de recursos, seja via editais de Poder Público em diferentes instâncias ou com participação de iniciativa privada.

2.7.5 Vale-Cultura

O Vale-Cultura é um programa federal criado desde 2013 para beneficiar os trabalhadores. Com ele, o trabalhador pode comprar ingressos de teatro, cinema, museus, espetáculos, shows, circo, CDs, DVDs, livros, revistas, jornais, além de mensalidades de cursos artísticos. Como é o caso do vale-refeição e vale-transporte, o benefício é concedido pelo empregador aos seus trabalhadores com vínculo empregatício formal com empregador por meio de um cartão magnético pré-pago, válido em todo território nacional, no valor de R\$ 50,00 mensais.

Para os trabalhadores que quiserem adquirir produtos ou serviços culturais que custam mais de R\$ 50,00, uma boa notícia: o crédito é cumulativo, ou seja, não expira nem tem prazo de validade. Assim, é possível fazer uma poupança para viabilizar a compra desejada. Sobre o valor concedido pelo empregador a título de Vale-Cultura aos seus empregados não incidem encargos trabalhistas. Além

disso, as empresas tributadas com base no lucro real poderão abater valores desembolsados em até 1% do Imposto de Renda devido.

A Baixada Santista tem 398 mil trabalhadores registrados e, portanto, com potencial de adesão ao programa, recebendo o benefício mensal de R\$ 50,00. Ao todo, o fomento ao mercado cultural na região é de R\$ 238,8 milhões por ano. O valor corresponde a mais do que o dobro do orçamento total das prefeituras da região para o setor cultural (R\$ 92 milhões), além de ser um investimento democrático e em potencial dado diretamente pela população como consumidora dos bens culturais para as produções e entidades artísticas. Na região, 376 empresas – desde cinemas até bancas de jornais – já são cadastradas para comercializar bens. No entanto, apenas 3,473 dos 398 mil trabalhadores registrados na região são beneficiados. Em São Vicente, de acordo com dados do Governo Federal em agosto deste ano, apenas 656 trabalhadores têm o benefício, sendo 47 empresas cadastradas para comercializar os produtos.

3. DIAGNÓSTICO CULTURAL DO

MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE

Este diagnóstico tem como objetivo apresentar brevemente o panorama atual de cada segmento artístico de São Vicente, por meio das entidades e ações tradicionais já existentes na Cidade, sejam elas realizadas pelo Poder Público, sejam de iniciativa popular.

É importante destacar que se apresentam ao decorrer deste diagnóstico, falas e apontamentos comuns de artistas participantes das reuniões setoriais promovidas de julho a setembro pelo Conselho Municipal de Políticas Culturais junto à Secult nos equipamentos públicos ao longo de 2015: o Parque Cultural Vila de São Vicente e a sede das Oficinas Culturais Professor Oswaldo Névola Filho.

Em grande parte, os participantes reconhecem a transparência e a vontade de diálogo permanente estabelecida pela pasta com os artistas e, naturalmente, mostram com mais facilidades as demandas necessárias para cada setor. Ao longo destes encontros, o panorama identificado revela que é preciso maior investimento de recursos por parte da Administração Municipal para o fomento específico em cada uma das áreas.

Entrou em pauta a formação permanente já estabelecida e centralizada pelo programa das Oficinas Culturais, junto de atividades realizadas pelos programas da Secretaria de Estado da Cultura: o polo vicentino do Projeto Guri e cursos da Oficina Cultural Pagu. A formação artística e profissional precisa ser uma ação permanente, seja de iniciação, seja de especialização.

As centenas de participantes abordaram também a necessidade da descentralização destas atividades formativas, por meio de outros espaços municipais e maior participação do Poder Público para que se realizem este calendário de eventos fora do eixo central, abrangendo ainda mais a valorização das expressões culturais locais, como a formação de público no acesso às manifestações artísticas.

Estas duas prioridades fazem parte do senso comum dessas reuniões setoriais e vão ao encontro da vontade política da atual Administração, que precisa ainda mais alcançar e cumprir com tais demandas ao longo da execução deste plano.

3.1 Artes Cênicas

3.1.1 Teatro

Teatro é um termo de origem grega que designa simultaneamente o conjunto de peças dramáticas para apresentação em público e o edifício onde são apresentadas essas peças. É uma forma de arte na qual um ou vários atores apresentam uma determinada história que desperta na plateia sentimentos variados. Dá-se o nome de dramaturgia à arte de escrever peças de teatro, sendo o dramaturgo a pessoa responsável pela composição dos textos. Existem muitos gêneros de teatro, dentre os quais destacam-se: auto, comédia, drama, fantoche, ópera, musical, revista, tragédia, tragicomédia.

Na Baixada Santista, o teatro tem grande relevância desde os meados do século 20, com a criação de um movimento impulsionado pela ativista cultural Patrícia Galvão a fomentar coletivos teatrais locais. Com os séculos, São Vicente também se desenvolveu neste segmento que, desde os anos 80, tem como grande ápice o encontro de grupos cênicos e demais artistas amadores da comunidade na realização da Encenação da Fundação da Vila de São Vicente.

Atualmente, o município conta com grupos profissionais premiados na região e no exterior em trajetória de mais de 20 anos, mas apresenta um panorama atual em que a maioria dos grupos são formados por diretores, elenco e técnicos jovens e estudantes, cada um pesquisando um gênero diferenciado, como o infantil, o musical e a revisão de dramaturgos clássicos. A linguagem enquanto experimental é uma tônica da maioria das companhias.

A partir das produções locais, por vezes em releituras de autores consagrados, nota-se que falta um estímulo a novos dramaturgos ou de criações de textos coletivos. Também carece na cidade - e na região - a especialização de equipe técnica, que pode contribuir com o trabalho dos coletivos. Espaços para produção são múltiplos, geralmente os grupos utilizam o auditório do Parque Cultural Vila de São Vicente, salas das Oficinas Culturais, escolas e espaços alternativos.

No entanto, a falta de um fundo de investimento público e da legislação municipal que discipline a cobrança de ingressos nos auditórios públicos trava na possibilidade de retorno financeiro dessas companhias para uma pesquisa continuada de suas produções artísticas, o que leva os grupos a captarem recursos em apresentações em locais privados, projetos de teatro-escola ou teatros fora da cidade. Esta situação também interfere na devida profissionalização das companhias e para parte dos elencos priorizarem outros ramos. O investimento público se dá aos grupos na participação deles na Encenação e no programa de residência artística no Parque Cultural Vila de São Vicente.

Os grupos iniciam nos últimos anos a criação de um movimento teatral para diálogo permanente entre os artistas, e paralelamente reivindicar demandas e mais espaços para a Cidade, tendo em vista que as obras do Teatro Municipal estão inacabadas. Desenvolvido pelo movimento Amigos do Teatro, o 4º Festival de Artes Cênicas de São Vicente é o conagraçamento da maioria destas companhias. Ainda há na Cidade a tradicional Encenação da Paixão de Cristo pela comunidade no Humaitá e festival estudantil da rede municipal.

Por sua vez, o Poder Público incentiva a formação inicial destes artistas pelas Oficinas Culturais e o intercâmbio com coletivos cênicos do Estado e do exterior ao apoiar com infraestrutura sessões gratuitas de grupos teatrais ao longo do ano e com a realização do FITI - Festival Internacional de Teatro Infantil.

Entre os principais desafios para a Administração Municipal ao longo da década é de regulamentar a bilheteria de seus espaços, proporcionar a descentralização de locais de apresentação por meio de parceria com escolas e entidades que já constem com palcos, maior incentivo para a agenda permanente de apresentações e de incentivo a maior qualificação destas produções, como, por exemplo, programas formativos de especialização também nas áreas de dramaturgia e equipe técnica.

3.1.2 Dança

Dança é a arte de movimentar expressivamente o corpo seguindo movimentos ritmados, em geral ao som de música. O povo primitivo iniciou a arte de dançar e a praticava em diferentes ocasiões: no período de colheitas, nos rituais aos deuses, na época das caçadas, nos casamentos, em momentos de alegria ou tristeza, ou ainda, em homenagem à mãe natureza. O significado da dança vai além da expressão artística, podendo ser vista como um meio para adquirir conhecimentos, como opção de lazer, fonte de prazer, desenvolvimento da criatividade e importante forma de comunicação.

A Baixada Santista como um todo tem potencial em dança, sendo que muitos municípios como Santos e Cubatão mantém corpos estáveis e escolas de bailado. Não se difere da realidade de São Vicente, que mantém o premiado Balé de São Vicente, escola apoiada pela Prefeitura que nos últimos três anos, ganhou diversos prêmios no interior paulista em competições significativas em Joinville e Estados Unidos. Outros dançarinos e grupos independentes também se classificaram recentemente em festivais nos Estados Unidos, Rússia e Argentina.

As Oficinas Culturais Professor Oswaldo Névola Filho, os Centros de Convivência e Formação da Cidade e escolas privadas de balé e dança contribuem de modo perene para a formação de novos dançarinos, especialmente os mais jovens. Estima-se que mais de vinte grupos permanente deste segmento estão espalhados no município, sendo boa parte dos participantes na área continental e regiões periféricas. Vários são os gêneros contemplados por estes coletivos, desde dança do ventre, jazz, dança esportiva em cadeiras de rodas e, principalmente, dança de rua.

Com espaços para aulas, ensaios e produções, além de programas de capacitação consolidados nas últimas décadas em São Vicente, a qualidade estética dos coreógrafos e das companhias é referência na região e no interior paulista durante eventos. A aproximação de centros de capacitação com profissionais da área - geralmente os educadores são diretores ou coreógrafos destes grupos -, intensifica a identificação dos jovens participantes com os seus próprios coletivos, o que garante um trabalho continuado entre eles.

Embora seja um dos segmentos que mais despontam e levam o nome de São Vicente para o reconhecimento nacional, o Poder Público ainda não fomenta junto às iniciativas privadas todo o ciclo de economia criativa. Isso significa que por mais popular que seja a dança e até se crie uma agenda informal de apresentações de cada grupo em suas comunidades e bairros, o segmento necessita de maior apoio de espaços e eventos artísticos que permitam retorno financeiro.

Claro que é importante ressaltar que a Secult contribui à medida do possível em cessão de equipamentos e transporte a esses grupos dentro e fora da Cidade e promove anualmente o Dança São Vicente com 500 participantes, mas ainda é difícil para estes coletivos a autossustentação financeira de todos os seus componentes, tendo em vista que a maioria das apresentações promovidas por festivais são gratuitas.

Logo, percebe-se que além da manutenção de atividades formativas para o próximo decênio, é fundamental que: se permita via legislação as cobranças de bilheterias nos espaços públicos culturais na Cidade; crie um programa de fomento para as produções cênicas para ampliação do segmento; realize uma agenda permanente de apresentações locais e de intercâmbio para os grupos; e instigue a profissionalização de todos os envolvidos nos coletivos de dança, por meio de parcerias que ofereçam diferentes capacitações, como o empreendedorismo social.

3.1.3 Artes Circenses

As artes circenses são uma arte milenar, iniciada durante o Império Romano, como a popularização das artes cênicas tradicionais. Em sua origem, famílias desenvolviam habilidades de contorcionismo, malabarismo e circulavam pela Europa. Com o tempo, o exótico e apresentações com animais também formavam a programação destas sessões. No Brasil, o circo chegou no início do século 19, com a chegada da família real, onde companhias europeias se agruparam e manifestavam sentimentos através de interpretações teatrais. No

final do século 20, com as novas influências das grandes cidades, o circo foi perdendo espaço nos hábitos culturais da população.

Em São Vicente não é diferente, sendo poucos os artistas e atividades formativas voltadas para este segmento. Por serem estas, ações isoladas em algumas escolas ou centros comunitários, muitas vezes as artes circenses são vistas pela sociedade como um contraturno escolar, de cidadania e entretenimento, sem desenvolvimento completo de seu valor simbólico, estético e econômico. Aos raros artistas profissionais, o ofício exige que eles necessitem de buscar outras atividades em municípios da região e estado. Ainda não se encontram na cidade destaque para esta área enquanto lugares para realização desse gênero de espetáculo.

Essa certa invisibilidade refletiu nas reuniões setoriais, no próprio Conselho Municipal de Políticas Públicas e, assim, nesse diagnóstico, que carece de entender se há demandas, possibilidades e potencialidades para o surgimento efervescente deste segmento na Cidade. Durante a execução desse plano, é primordial propor que se haja indicadores voltados à esta área para, enfim, estabelecer metas e ações permanentes para difusão das artes circenses em São Vicente, seja enquanto descentralização de formações de profissionais e plateia, além de possibilidades de novos espaços.

3.2 Música

Música é a combinação de ritmo, harmonia e melodia, de maneira agradável ao ouvido. No sentido amplo é a organização temporal de sons e silêncios (pausas). No sentido restrito, é a arte de coordenar e transmitir efeitos sonoros, harmoniosos e esteticamente válidos, podendo ser transmitida através da voz ou de instrumentos musicais. Enquanto expressão inerente à qualquer cultura, a música é um dos grandes pilares das artes e provavelmente que é a que se faz mais presente, porque está e deve estar associada a todos os outros segmentos artísticos, como o teatro, a dança e as culturas populares, tradicionais e urbana.

Por meio do polo vicentino do Projeto Guri, dezenas de crianças e adolescentes têm capacitação especializada de instrumentos musicais. Por sua vez, unidades de ensino público e privada da Cidade também despertam a sensibilização musical em suas grades curriculares.

Nos últimos anos, a Secult através do programa Ouvir e Brincar de sensibilização musical às crianças atendidas em creches e escolas municipais também colaborava no avanço deste segmento. As Oficinas Culturais da Cidade também oferecem curso de canto e preparação vocal de modo permanente. Em ações independentes, outras instituições como associações e igrejas incentivam a formação de músicos e corais.

De fato, há muitos músicos e cantores em São Vicente e, estrategicamente, é o segmento com maior capacidade de expansão e visibilidade de mercado, tendo em vista a sua sincronia natural com outras artes, atuação em diferentes eventos e festivais, além de também poderem integrar programações de diferentes espaços. Neste caso, pode-se ter como exemplo os shows em estabelecimentos comerciais e em congressos ou seminários de instituições e empresas.

Já que se trata de uma arte bastante difundida na Cidade, é difícil ter clareza de suas reais dimensões, tendo em vista também uma falta de articulação do próprio segmento, e de organizações que visem reunir e agregar músicos, bandas e cantores. Mesmo sem estes indicadores, é perceptível a demanda pública complementar às apresentações musicais para os artistas locais, já que a maioria das casas de espetáculo e comércios da Cidade costumam privilegiar bandas e músicos de outras cidades e regiões, até pela necessidade lucrativa destes próprios estabelecimentos para atrair o público.

Sem espaços públicos para shows e com limitações financeiras para contratações e cachês destes artistas para compor a programação de festivais municipais, torna-se importante para o Poder Público elaborar ações e parcerias para o estímulo das músicas instrumental, autoral e experimental, de novos compositores e da sustentabilidade financeira para o alcance maior de acesso e profissionalização destas classes.

3.3 Literatura

Literatura é a arte de criar e compor textos, e existem diversos tipos de produções literárias, como poesia, prosa, literatura de ficção, literatura de romance, literatura médica, literatura técnica, literatura portuguesa, literatura popular, literatura de cordel e etc. A literatura também pode ser um conjunto de textos escritos, sejam eles de um país, de uma personalidade e de uma época distinta.

A partir desta variedade de conceitos sobre este segmento, é importante destacar a atuação desde 2006 da Academia Vicentina de Letras, Artes e Ofícios, como entidade sem fins lucrativos que se destina principalmente à difusão literária através de concursos escolares de redações e poesias. Os saraus realizados esporadicamente na Cidade e as edições bienais do Mapa Cultural Paulista também servem de modo singular para o conagraçamento de artistas e demais interessados nesta área.

Claro que a Administração Municipal também participa deste panorama contemporâneo por meio do Programa Viva Leitura Viva, com o cadastro de livros doados à Secult, sendo estes destinados em baús para uma dezena de escolas e associações culturais e assistenciais de São Vicente. O incentivo à leitura ainda se dá com a confecção de poemas para distribuição ao público em eventos culturais nos últimos anos e, de tempos em tempos, com palestras sobre a temática nas Oficinas Culturais, como a discussão de se fazer crônicas e a importância da leitura no hábito da população.

O Poder Público também mantém uma biblioteca e gibiteca municipal, no entanto, aos cuidados da Secretaria de Educação, voltada geralmente muito mais para os alunos atendidos em sua rede do que para a população em geral. Faltam nestes espaços uma programação intensa de atividades para atrair a participação da comunidade. Ao mesmo tempo, a Cidade não tem uma livraria e locais de compra e venda de publicações, com exceção das bancas de jornal.

Portanto, trata-se de um segmento que ainda não tem o devido destaque para atender às necessidades dos artistas locais, como a possibilidade de: financiamento público de suas criações via editais, eventos de discussão na

área literária; maior número de saraus e eventos que incentivem o encontro de artistas na área insular e continental; valorização do artista local por meio de festivais e encontros com estudantes, universitários e comunidades; incentivo para novas formas criativas com objetivo de proporcionar maior circulação e comercialização de livros de autores vicentinos.

3.4 Artesanato

O artesanato é uma técnica manual utilizada para produzir objetos feitos a partir de matéria-prima natural. Na sua origem, os artesanatos são fabricados por famílias, dentro de sua própria casa ou em uma pequena oficina. Tal técnica é praticada desde o período antigo, quando poliam pedras para fabricar armas e objetos de caça e pesca, cerâmica para guardar alimentos e tecelagem para fabricar redes, roupas e colchas. Atualmente, o artesanato se desenvolveu junto da confecção de produtos em cima de outras matérias-primas, como bens industriais.

De fato, este segmento é pioneiro na Cidade, quando entendemos que as comunidades tradicionais quinhentistas já mantinham a tradição de confecção artesanal. O desenvolvimento do mercado deste segmento como se percebe hoje iniciou nos anos 70, tendo em vista que São Vicente é uma cidade geograficamente bem definida como polo turístico e, ao mesmo tempo, tem uma pluralidade de identidades e influências que anseiam a preservação de suas culturas.

Nesta época, havia uma gama de mais de uma centena de artesãos da Cidade que nos finais de semana e feriados se ajuntavam na Praça 22 de Janeiro, próximo à Biquinha, na orla vicentina. Esta por sua vez mantinham suas barracas e estandes gastronômicos propiciando encontro de vicentinos e turistas para o espaço. Ao decorrer dos anos 90, embora já fosse legislado tal espaço, a feira artesanal teve dificuldades e limitações para a sua manutenção.

Em meados dos anos 2000, a Secult atendeu a demanda deste segmento e reabriu gradativamente a feira na praça da orla, ainda estimulando maior qualidade técnica das produções dos artesãos locais por meio de avaliações

permanentes de suas técnicas em parceria com a Sutaco - Superintendência do Trabalho Artesanal nas Comunidades. Ainda neste período, o artesanato cresceu e passou a ocupar também a Praça Coronel Lopes, no centro, nos finais de semana e feriados.

No início da atual década, com a redução do fluxo de pessoas na feira gastronômica da Biquinha influenciada por diversos fatores urbanísticos, como segurança e iluminação, a feira artesanal passou a se concentrar mais na Praça Coronel Lopes, embora alguns poucos ainda utilizem o espaço na orla. No entanto, falta ainda permitir por lei a realização da feira nesta praça do centro. A reforma iniciada este ano para a Praça 22 de Janeiro e a Biquinha poderá levar artesãos a retornar a ocupação deste antigo espaço.

Nos dias de hoje, a representação municipal da Sutaco estima o registro de 600 profissionais desta área, sendo que cerca de 70 artesãos costumam ir periodicamente às feiras da Cidade para comercialização de seus produtos. Trata-se de um segmento formado por, sua maioria, adultos acima dos 30 anos e idosos, que desenvolvem diferentes técnicas, sendo boa parte produtos de crochês, patchwork e recicláveis.

A Administração Pública prevê a manutenção das feiras artesanais e disciplina a utilização de estandes e barracas para tais artistas, como também periodicamente apresenta oficinas gratuitas específicas para o setor e, consecutivamente, exposições dos resultados destas ações nas Oficinas Culturais. Vale ressaltar que a representação municipal da Sutaco enquanto processo de avaliação e registro dos profissionais é vista como bom exemplo de acordo com gestores da região. Além disso, o Fundo Social de Solidariedade se propõe a realizar feiras de outros espaços e eventos públicos ao longo do ano.

Por sua vez, as demandas solicitadas pelos artesãos e vistas como desafios ao longo desta década são: um espaço fixo com maior infraestrutura para a realização da feira; a possibilidade de descentralização na comercialização de produtos deste segmento; maior quantidade de atividades formativas, sendo de preferência em técnicas já utilizadas pela maioria dos profissionais e de

empreendedorismo social; criação da futura Casa do Artesão como espaço próprio de exposição, ateliê e cursos.

3.5 Artes Plásticas

Artes plásticas é a designação dada ao conjunto constituído pela arquitetura, a escultura, as artes gráficas e o artesanato artístico. As artes plásticas são caracterizadas, tal como as restantes artes, tanto global como individualmente, pelo efeito recíproco da forma e do conteúdo. Na evolução dos estilos artísticos se verificam características especiais de desenvolvimento histórico. Cada época, como a românica, a gótica, a barroca ou renascentista, tem estilos característicos regionais (nacionais) e individuais, com evolução própria e ligados a individualidades artísticas isoladas, cuja investigação é do foro da história da arte.

Vale destacar como um dos principais nomes na região deste segmento o de Benedicto Calixto, pintor que viveu no final do século 19 e início do 20, nascido em Itanhaém e que residiu em nosso município. Por aqui, fez importantes telas que registram a história original da Cidade e, no decorrer de sua trajetória, retratou marinhas, paisagens rurais e urbanas que se espalharam em vários museus e instituições do Estado de São Paulo e exterior. A importância de seu trabalho rendeu a comenda de São Silvestre, outorgada pelo papa Pio 11 (1924).

No entanto, pelas artes plásticas muitas vezes serem frutos de criações individuais, careceu ao longo do século de um movimento dos fazedores deste próprio segmento, situação vivida ainda hoje em São Vicente. Ressalta-se a presença de esculturas distribuídas principalmente na área insular no século 20 enquanto monumentos e bustos comemorativos às tradições locais. A Cidade se avizinha com dois municípios, Santos e Praia Grande, que, por sua vez, destacam-se no panorama contemporâneo nesta área com galerias de médio e grande porte em espaços públicos, o que contribui que muitos dos artistas vicentinos se façam presentes nestes ambientes.

Estima-se que dezenas de profissionais proponham com seus trabalhos a criação de uma economia criativa voltada ao setor nos dias de hoje, no entanto, por décadas, poucos são os espaços públicos e privados que abrangem exposições de tal segmento: feira artesanal, clubes, shoppings, o Instituto Histórico e Geográfico de São Vicente e espaços municipais (Oficinas Culturais, Casa Martim Afonso, Casa da Cultura Afro-Brasileira e Câmara), sendo a maioria concentrada na área central da Cidade. Logo, a importância do próprio papel de curadoria e de equipe técnica que colabore para a comunicação desses trabalhos com a comunidade é ainda escasso.

Existe uma atenção da atual gestão pública em criar exposições em seus equipamentos, mas ainda não há uma agenda permanente e descentralizada que alcance todas as potencialidades de artes plásticas. Por sua vez, a Galeria Virtual da Secult-SV contribui para a descentralização das produções deste segmento, como um projeto de alcance maior em médio prazo, tanto de sensibilização dos artistas em participarem da iniciativa, como da população em acompanhá-la.

Ainda é modesto o desenvolvimento das artes plásticas, sendo louváveis ações independentes (a Academia Vicentina de Letras, Artes e Ofícios, Instituto Histórico e Geográfico de São Vicente, entre outros) para organizar eventuais exposições e cursos, mas o município carece e necessita atender ao longo da execução deste plano: de um programa de maior fomento de ateliês e centros culturais para produção de obras; mais parcerias público-privadas para exposições locais como também estaduais e nacionais, entendendo que o próprio artista vicentino precisa de intercâmbio das produções fora de sua Cidade; cursos para formação inicial, história da arte e específico sobre novas técnicas.

3.5.1 Grafite

A arte do grafite é uma forma de manifestação artística em espaços públicos. Existem relatos e vestígios dessa arte desde o Império Romano. Seu aparecimento na Idade Contemporânea se deu na década de 1970, nos Estados Unidos, principalmente vinculado ao hip hop. Alguns jovens começaram a deixar suas marcas nas paredes da cidade e, algum tempo depois, essas marcas evoluíram com técnicas e desenhos.

Como polo regional, São Vicente tem largo destaque nesta área na Baixada Santista com o desenvolvimento do programa Vias Vivas. A atual gestão reuniu dezenas de artistas para revitalizarem postes, vias públicas e móveis descartados irregularmente na Cidade, entendendo o princípio desta arte como meio de conscientização cidadã para a população. A relevância destas iniciativas rendeu a possibilidade de intercâmbio internacional de alguns artistas em festival artístico na Espanha. As Oficinas Culturais da Cidade também oferecem capacitação para interessados neste segmento.

Cada vez mais, os grafiteiros promovem mostras e encontros em coletivos para colorir fachadas de escolas, universidade, estabelecimentos comerciais e muros de áreas desocupadas. É importante ressaltar que a partir desta arte, quando instalada na via pública, permite maior acesso de pessoas e potencializa o valor econômico da área a ponto de que o Poder Público consecutivamente se faça mais presente com seus serviços, como manutenção de iluminação pública, segurança, repavimentação, etc.

Apesar de tamanho avanço nos últimos anos, a Administração Municipal precisa continuar atenta às demandas desta classe, entendendo a importância da continuidade e intensificação de ações do programa Vias Vivas, da formação de novos grafiteiros e de fomento e estímulo para que eles junto da iniciativa privada possam ampliar a rede de economia criativa deste segmento.

3.6 Artes Visuais

Artes visuais é a designação dada ao conjunto de artes que representam o mundo real ou imaginário e que tem a visão como principal forma de avaliação e apreensão. Uma arte visual está relacionada com a beleza estética e com a criatividade do ser humano, capaz de criar manifestações ou obras agradáveis aos olhos. O conceito de arte visual é muito amplo, podendo se referir à fotografia e gravuras, mas também em convergência com outras áreas como o teatro, dança, pinturas, colagens, cinema, escultura, arquitetura, moda, paisagismo, decoração.

A Cidade de valor histórico e repleta de belezas naturais e de formação urbana heterogênea rende bons cenários para o desenvolvimento deste segmento. Com a popularização desde o fim do século 20 das câmeras digitais e de projetos colaborativos de artes gráficas, existe um potencial ainda não despertado para os profissionais do setor. Entretanto, eventuais são as atividades públicas de formação nesta área, como workshops, além de também terem poucos espaços para divulgação em formato de mostras e exposições, como é o mesmo caso vivenciado pelas artes plásticas.

Pela Administração Municipal, somente os espaços administrados pela Secult na orla e centro (Oficinas Culturais Professor Oswaldo Névola Filho, Casa Martim Afonso, Parque Cultural Vila de São Vicente) e a Galeria Virtual da Secult-SV permitem exposições do setor, como também a oficina de Histórias em Quadrinhos - mas mais voltada para crianças e jovens. De iniciativas independentes, destaca-se a atuação do Foto Clube de São Vicente - O Frame desde 2011 que, em parceria com a Prefeitura e outras entidades, desenvolve cursos de iniciação e de especialização, expedições fotográficas e workshops abertos à comunidade.

O mercado, logo, é um ambiente que contempla poucos fotógrafos e desenhistas da Cidade, sendo muitas vezes mais voltado para o registro do que para o fazer artístico. Notando as possibilidades da criação de uma rede de possibilidades e intercâmbio deste segmento, ainda mais na era digital vivenciada pela sociedade, torna-se necessário maior atenção às demandas das artes visuais no decorrer da próxima década: desde parcerias para mais

atividades formativas para profissionais e amadores; incentivar a descentralização de espaços de divulgação de suas produções na Cidade, sejam eventos pontuais, exposições temporárias ou até permanentes; propiciar o intercâmbio e as discussões sobre linguagens artísticas e empreendedorismo social para este segmento; estimular a criação de novos públicos para estes trabalhos.

3.6.1 Audiovisual

O fazer audiovisual é todo meio de comunicação expresso com a utilização conjunta de componentes visuais (signos, imagens, desenhos, gráficos etc.) e sonoros (voz, música, ruído, efeitos onomatopeicos etc.), ou seja, tudo que pode ser ao mesmo tempo visto e ouvido, como a animação, o cinema e o vídeo. O advento das novas tecnologias e o crescimento econômico de São Vicente e região propiciam a partir dos anos 2000 o número de salas de exibição de cinema e o surgimento de uma geração de novos interessados para se profissionalizarem neste setor.

Destaca-se nesse período a criação do equipamento público Cine 3D como espaço inicialmente de exibição de filmes, contando também com foyer para exposições artísticas e Espaço Cultural Francisco Rienzi, onde havia acervo de milhares de obras catalogadas, como livros, discos de vinil e CDs. Outras atividades cênicas e eventos ocuparam o local, que atualmente está em reforma. Nos dias de hoje, o auditório das Oficinas Culturais permite a exibição de obras audiovisuais e oferece cursos gratuitos de animação em stop motion. Por sua vez, a iniciativa privada possibilitou o estabelecimento de seis salas de projeção de longas comerciais no centro da Cidade.

Com universidades e cursos profissionalizantes e de iniciação espalhados nas cidades vizinhas de São Vicente, dezenas de jovens se especializaram no segmento e até foram contemplados em festivais regionais, estaduais e nacionais (como o de Gramado) nos últimos anos. No entanto, a boa parte deles acaba por gerar projetos e produções noutros municípios da região e capital, entendendo a dificuldade no estabelecimento de produtoras e de

captação de recursos com empresas para este setor ainda são incipientes na Cidade. Com exceção da TV Primeira, emissora pública comunitária, as outras três empresas privadas do setor instaladas no município que podem empregar esta mão-de-obra local estão em diferentes circunstâncias. Duas afilhadas fecharam às portas em 2015 e a outra está investindo para ser transferida para o centro de Santos.

Logo, embora o apelo cinematográfico e o interesse da população cresça cada vez mais, é nítido que se necessita ainda: cursos formativos e profissionalizantes para a área na Cidade; consecutivamente de equipamentos e articulações governamentais para realização de produções de vídeos (de comerciais a curtas-metragens) no território municipal; além de fomento de festivais, mostras e cineclubes para filmes experimentais e locais, seja na área insular, seja na área continental. É preciso ao longo destes dez anos avanços em todos os aspectos para a efetivação de uma rede audiovisual em São Vicente.

3.6.2 Arte digital

A arte digital ou arte de computador foi criada no final do século 20 e é aquela que se produz no ambiente gráfico computacional. Tem por objetivo criar obras de arte multimídia por intermédio de software e hardware, em um espaço virtual. O design e jogos é um dos maiores expoentes deste mercado em expansão.

Pioneira, a Administração Municipal através da Secult mantém cursos gratuitos de operação de impressora 3D, design de games e de sites, no entanto, este fazer criativo ainda não tem uma demanda de profissionais, embora o mercado cada vez mais necessite desta mão-de-obra.

Na atual gestão, a Secult também se empenha para realização de concursos neste segmento, como o do design 3D, mas é preciso ao longo desta década repensar e acompanhar o crescimento das artes multimídias como um todo para a construção de um diagnóstico de indicadores e, consecutivamente, de ações que fomentem o crescimento do setor na Cidade.

3.7 Culturas Populares

As culturas populares são todas as artes voltadas às pesquisas e preservação das culturas realizadas nas comunidades urbanas, como a capoeira, o carnaval e as quadrilhas juninas. Destaca-se aqui a influência dos nordestinos para a preservação de mais de uma dezena de quadrilhas juninas na Cidade nos últimos quarenta anos.

Trata-se de uma tradição que se renova a cada geração, sendo a maioria dos brincantes adolescentes, jovens e adultos. A maior parte destes grupos se encontram nas comunidades periféricas da Cidade mobilizando mais de 500 brincantes, o que comprova que é uma manifestação de forte apelo social. O estímulo da Administração Municipal por meio do Festival de Quadrilhas Juninas é importante para o reconhecimento da sociedade a esses coletivos, entendendo que, diariamente nas últimas edições do festival, mais de três mil pessoas assistiam às apresentações.

Com alta qualidade artística, a maioria dos grupos também alcançaram as primeiras colocações nos últimos anos nos campeonatos de quadrilhas juninas em Queimados (RJ), Seropédica (RJ), Queluz (SP) e Brasília (DF). No entanto, isso exige um preparo amplo criativo e financeiro para a confecção destas produções - músicas, coreografias, cenários e figurinos. Faltam ainda reafirmar esta cultura durante o ano com apresentações destas quadrilhas em diferentes espaços em São Vicente.

Entre os desafios do Poder Público nos próximos 10 anos, é importante: incentivar parcerias para estas sessões; valorizar ao ano as apresentações de quadrilhas junto aos demais eventos e festivais municipais; estimular encontros destes brincantes como um fórum permanente de discussões e de intercâmbio com grupos fora da região; propiciar atividades voltadas às tradições nordestinas de modo descentralizado; além de um programa de fomento para a autossustentação destes grupos e da criação de novos coletivos, como capacitações de empreendedorismo social, confecções de figurinos e cenários, ou captação de recursos com a iniciativa privada.

3.7.1 Cultura Negra

A cultura negra vem a se referir a todas as artes que tratam sobre a população afro-brasileira. De acordo com estatísticas do Governo Federal, ainda hoje, apenas um em cada dez negros são graduados no Ensino Superior brasileiro. A diferença educacional faz com que os salários dos negros correspondem a 60% dos valores da população em geral. Entre cada cinco desempregados há mais de um ano, três são negros. Entre três vítimas de assassinato, dois são negros. Se a expectativa de vida nacional é de 73 anos, os homens negros têm média de 71 anos.

É salutar lembrar as figuras de Geraldo Albertini, Diogo Ferraz e Pai Ivan como importantes ativistas para a promoção e resgate histórico da cultura negra por meio da criação do Museu dos Escravos (atualmente reinaugurado como Casa da Cultura Afro-Brasileira) e da difusão das gastronomia com a antiga Associação Casa de Angola e das religiões de matrizes africanas em geral, que se congregam na tradicional Festa de Iemanjá. A atuação do Poder Público enquanto Superintendência de Políticas para Mulheres e Promoção da Igualdade Racial junto ao Conselho de Políticas Públicas para Igualdade Racial também são importantes entidades para o setor.

Com o crescimento urbano do século 20 na Cidade e o constante intercâmbio de culturas e hábitos entre as comunidades, a cultura negra se reinventa em diferentes aspectos, como a Capoeira, o Carnaval e o Movimento Hip Hop. Na capoeira, muitas são as associações instaladas em diversos bairros que promovem rodas e cursos deste segmento em São Vicente. As próprias Oficinas Culturais da Cidade também ofertam curso para esta arte. Mas não há ainda tanta valorização e espaço para divulgação da roda de capoeira de modo tão intenso quanto aos outros segmentos.

Por sua vez, o Carnaval segue resistente em São Vicente com as organizações e apresentações de cerca de 30 blocos e bandas em diferentes bairros da Cidade, tendo como grande destaque o desfile do Bloco das Ba-Bahianas Sem Taboleiro, que atrai mais de 10 mil foliões em cada edição na Praia do Gonzaguinha nos últimos 80 anos. A Secult contribui com apoio a esses coletivos, frisando a importância desta tradição. Mas esta festividade enquanto

desfile de escolas e agremiações em vias principais não ocorre nos últimos anos por determinação judicial no Ministério Público Federal, precisando de rever esta demanda e diagnosticar suas potencialidades a fim de revisar legalmente a possibilidade de retorno do desfile em outra área e a sustentabilidade deste evento na Cidade.

Já o Movimento Hip Hop cresce em todos os seus segmentos, como a discotecagem, rap, grafite e dança de rua, e ocupa progressivamente novos espaços públicos e bairros da Cidade de modo descentralizado. Há apoio da Prefeitura através da Secult em oficinas e eventos gratuitos de dança de rua e grafite, mas também se mostra importante nesta futura década a constante ampliação do acesso às artes para a população.

3.8 Culturas Tradicionais

As culturas tradicionais são todas as artes voltadas às pesquisas e preservação das culturas realizadas por comunidades indígenas, caiçaras e quilombolas. Em São Vicente, preserva-se a aldeia Paranapuã de índios guaranis dentro do Parque Xixová-Japuí, onde se estabelece a cada geração a manutenção de seus hábitos culturais. Por vezes, a aldeia participa de eventos municipais para demonstração de suas expressões culturais em estandes da Encenação da Fundação da Vila de São Vicente, mas ainda não se há uma relação permanente de atividades de valorização de sua cultura junto às escolas e comunidade. Ações de afirmação das tradições indígenas são um desafio a ser trabalhado pelo Poder Público nos próximos anos.

Ao mesmo tempo, atualmente, as artes caiçaras se encontram pouco difundidas na Cidade. Em outras situações, foram realizados encontros regionais de cultura caiçara, uma virada cultural caiçara, quatro saraus do gênero com grupos paulistanos e atuações junto a grupos de estudo específicos de universidades e projetos educacionais resultando num encontro de cultura caiçara entre São Vicente e Paraty (RJ).

Os poucos pesquisadores e artistas vicentinos que promovem iniciativas de difusão do gênero por saraus, músicas e confecções artesanais de livros

circulam mais em outros municípios da região do que em São Vicente, oferecendo palestras, apresentações e organizando semanas culturais com outras administrações. Por vezes, até por ser um tema pouco discutido publicamente na Cidade, há a dificuldade de compreensão no conceito do ser caiçara com a sociedade e demais artistas. Ao mesmo tempo, também há resquícios da vida caiçara pela comunidade de pescadores na Rua Japão.

Este diagnóstico não permite um aprofundamento maior de indicadores destas duas tradições culturais justamente por não haver um permanente diálogo de preservação e fomento entre Administração Municipal, esses coletivos e também com outras entidades que possam se interessar nessa difusão como espaços de discussão e exposição de conteúdos sobre as artes. Iniciativas anuais nesta década de divulgação destas tradições atreladas com ações educativas e formativas podem ser um meio para a criação desses índices e, com tal levantamento, de firmar mais parcerias e atividades na valorização de ambas as culturas.

3.9 Patrimônio Histórico Cultural

Diante de um município com extensa multiplicidade de influências culturais e de tamanho conteúdo histórico remanescente, é necessária uma atenção maior aos patrimônios da Cidade. Compreende-se como patrimônio todo o conjunto de bens, materiais ou imateriais, que, pelo seu valor próprio, devem ser considerados de interesse relevante para a permanência e a identidade da cultura de um povo.

A Cidade já conta desde 2005 com um Centro de Documentação e Memória, localizado junto a um sítio arqueológico desde 2007, e a revitalizada Casa Martim Afonso para exposições de patrimônios desde 2000. Na última década, logo percebemos a importância dada pelo Poder Público para esta dimensão, além de uma série de patrimônios tombados pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico, Cultural e Turístico de São Vicente, todos já citados no diagnóstico institucional deste plano.

Há desde 1969, a fundação do Instituto Histórico e Geográfico de São Vicente, que também detém boa parte da documentação desta Cidade, que necessita receber maior aporte público para a sua organização digital e consulta ao público. A mesma situação também é necessária para o Centro de Documentação e Memória, quando se entende que ainda há uma grande gama de material para consolidação de um programa ainda mais eficiente de defesa do patrimônio e da identidade municipal.

É essencial que o Poder Público também invista gradativamente em ações transversais no decorrer deste plano: no intercâmbio com os diferentes centros de pesquisa acadêmica de São Vicente e estado de São Paulo; na difusão da memória em veículos de comunicação (como publicações impressas e virtuais, possibilidades de programas radiofônicos e de TVs) e eventos educativos (como produção de exposições, palestras em associações e escolas ou cursos livres sobre a história da Cidade); estudo e implantação de uma rota turística que interligue os patrimônios tombados junto às intervenções educativas e/ou artísticas para a população local e turistas.

4. DIRETRIZES, OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS DE POLÍTICAS CULTURAIS

Em conformidade com o Sistema Nacional de Cultura, este plano está voltado ao estabelecimento de diretrizes, objetivos, metas e ações para gerar condições de atualização, desenvolvimento e preservação das artes e das expressões culturais.

O Plano reafirma uma concepção ampliada de cultura, entendida como fenômeno social e humano de múltiplos sentidos. Ela deve ser considerada em toda a sua extensão antropológica, social, produtiva, econômica, simbólica e estética. O Plano ressalta o papel indutor e fomentador do Estado, afirmando sua missão de valorizar, reconhecer, promover e preservar a diversidade cultural existente no município.

A seguir, são estabelecidas sete diretrizes designadas a guiar de modo perene a Administração Municipal no aperfeiçoamento de políticas públicas para o setor em São Vicente para o próximo decênio. Estas diretrizes são consolidadas a partir dos princípios que abrangem todo o Sistema Nacional de Cultura, onde o sistema municipal está inserido.

Destas linhas norteadoras, consecutivamente são enumerados doze objetivos gerais que exigem a sua realização para completar o êxito no desenvolvimento deste plano. O destaque para estes objetivos é que serão eles que referendam toda a atuação ao longo desta década de todos os componentes do Sistema Municipal de Cultura.

Assim, a cada objetivo, elencamos metas com possibilidade de quantificar seus resultados, sendo boa parte em consonância com as estratégias propostas pelos planos nacional e estadual de cultura. Para cada meta, estipulamos a possibilidade delas serem atingidas em curto (até 3 anos), médio (até 6 anos) e longo prazo (até 10 anos), como modo também de servir de monitoramento e revisão de seus indicadores e potencialidades.

Consecutivamente, estas metas desembocam em ações a serem praticadas pelos órgãos da gestão pública. Entendendo que os resultados e impactos que este plano anseia já se encontram nas metas, é interessante acrescentar a possibilidade de um sistema de indicadores para o acompanhamento de suas realizações de modo transparente junto da sociedade civil.

Por fim, cabe propor a possibilidade de revisão e atualização dessas estratégias e deste Plano Municipal de Cultura para eventuais modificações em consonância entre o Poder Público e a sociedade civil em seus diversos mecanismos de participação social após a primeira metade de vigência do plano.

4.1 DIRETRIZES

Correspondem às diretrizes deste Plano Municipal de Cultura para a sua vigência entre os anos de 2015 e 2025 no âmbito territorial de São Vicente por meio de todos os componentes existentes do Sistema Municipal de Cultura:

- 1) Compreender a cultura em sua tridimensionalidade simbólica, econômica e cidadã.
- 2) Gerir eficazmente todos os componentes do Sistema Municipal de Cultura.
- 3) Garantir os direitos à identidade e diversidade cultural, à livre criação, expressão e intercâmbio artístico.
- 4) Valorizar a diversidade cultural e suas múltiplas expressões.
- 5) Valorizar a transversalidade e descentralização das ações e programas públicos culturais.
- 6) Consolidar a cultura como setor de desenvolvimento socioeconômico e autossustentável.
- 7) Compreender a potencialidade da cultura para a promoção da paz.

4.2 OBJETIVOS GERAIS

Os objetivos gerais descritos neste plano compreendem em estratégias e ações transversais, em que direta ou indiretamente contribuem para o alcance das metas estabelecidas neste mesmo documento. Correspondem aos objetivos gerais deste Plano Municipal de Cultura para a sua vigência entre os anos de 2015 e 2025 no âmbito territorial de São Vicente por meio de todos os componentes existentes do Sistema Municipal de Cultura:

- 1) Assegurar a qualidade e a transparência na articulação institucional de todos os componentes do Sistema Municipal de Cultura;
- 2) Democratizar e garantir a participação social na implantação e gestão de políticas públicas culturais;
- 3) Priorizar a transversalidade das políticas públicas culturais da Cidade, em consonância intersetorial no Poder Público municipal e em níveis estadual e federal.
- 4) Fortalecer a cultura como um setor estratégico para o desenvolvimento socioeconômico e economia criativa.
- 5) Descentralizar os programas e ações públicas culturais do município.
- 6) Difundir e ampliar o potencial autossustentável das expressões, linguagens e manifestações artísticas municipais, principalmente das culturas tradicionais, populares e urbana.
- 7) Estimular a ampliação do fomento, da formação, da difusão e do intercâmbio das expressões culturais no município.
- 8) Difundir e salvaguardar o patrimônio histórico e cultural do município na sua diversidade de memórias e identidades.
- 9) Combater todas as formas de desigualdade, discriminação e intolerância religiosa, racial e de gênero.
- 10) Fomentar permanentemente ações de qualificação nas áreas artística, técnica e de gestão cultural para a sociedade.

11) Implementar e atualizar um sistema de indicadores culturais no município integrado em nível estadual e federal para permanente avaliação das políticas públicas do setor.

12) Ampliar gradativamente o financiamento público em cultura e criar novas fontes de receita junto a outros fundos e órgãos públicos e iniciativa privada.

4.3 ESTRATÉGIAS: METAS, AÇÕES E PRAZOS

Neste item, correspondem as estratégias (metas, ações e periodicidade de implantação) deste Plano Municipal de Cultura para a sua vigência entre os anos de 2015 e 2025 no âmbito territorial de São Vicente por meio de todos os componentes existentes do Sistema Municipal de Cultura.

Elas são baseadas em metas do Sistema Nacional de Cultura adaptadas para as condições locais. Ao mesmo tempo, as ações são estipuladas em conformidade com os planos nacional e estadual de cultura, adaptadas e incorporadas com as demandas municipais a partir das reuniões setoriais realizadas em nossa Cidade:

META 1: Sistema Municipal de Cultura institucionalizado e implementado com todos os seus componentes em atividade (secretaria, conselho, conferência, fundo e sistema de indicadores culturais) e em rede com demais órgãos públicos e iniciativa privada

Relação com meta nacional: Sistema Nacional de Cultura institucionalizado e implementado, com 100% das Unidades da Federação (UFs) e 60% dos municípios com sistemas de cultura institucionalizados e implementados.

Relação direta com os objetivos: de 1 a 12.

Alcance: Curto prazo (até 3 anos).

Ações diretas e indiretas permanentes:

- Incluir no organograma da secretaria departamentos, grupos de trabalho ou novas atribuições às representações já existentes de: relações institucionais (intersectoriais e com sociedade civil); diversidade cultural e cidadania (culturas tradicionais, populares, urbana e diversidade sexual); economia criativa; artes plásticas e artesanato; e literatura;
- Incluir no organograma da Secult, no mínimo, 60% dos cargos de chefia e de livre provimento que sejam moradores de São Vicente;
- Promover uma maior articulação das políticas públicas de cultura com as de outras áreas, como educação, meio ambiente, desenvolvimento social, planejamento urbano e econômico, turismo, indústria e comércio;
- Fortalecer órgãos gestores, conselhos vinculados à Secult, conferências, fóruns e espaços de interlocução setorial, estimulando a execução deste plano e criando gestão participativa dos orçamentos para a cultura;
- Possibilitar atualização e ampliação da participação social em conferências e conselhos vinculados à Secretaria Municipal da Cultura;
- Ativar o Fundo Pró-Cultura, suas receitas e a comissão gestora deste fundo;

- Apoiar iniciativas em torno da constituição de agendas, frentes e comissões de vereadores dedicadas a temas culturais (elevação de dotação orçamentária, fortalecimento institucional e controle social, entre outros);
- Articular comissões e conferências de acompanhamento e avaliação da execução de políticas públicas de cultura;
- Realizar a Conferência Municipal de Cultura pelo menos a cada 2 (dois) anos, envolvendo a sociedade civil, os gestores públicos e privados, as organizações e instituições culturais e os agentes artísticos e culturais;
- Fortalecer a atuação do Conselho Nacional de Política Cultural, bem como dos conselhos estaduais e municipais, como instâncias de consulta, monitoramento e debate sobre as políticas públicas de cultura.
- Promover acordos de cooperação técnica para atualização e alinhamento das legislações federais, estaduais e municipais, aprimorando os marcos jurídicos locais;
- Propor programas de cooperação técnica com municípios da Região Metropolitana da Baixada Santista para elaboração de novas ações e de planejamento de políticas culturais, organizando consórcios e redes;
- Articular os sistemas de comunicação municipal, principalmente, internet, rádio e televisão, ampliando o espaço dos veículos públicos e comunitários, com os processos e as instâncias de consulta, participação e diálogo para a formulação e o acompanhamento das políticas culturais;
- Estabelecer continuamente espaços na mídia municipal e regional para o debate como a discriminação, a intolerância e o preconceito se estabelecem nos pensamentos e atitudes dos cidadãos, e a exposição de formas que combatam as atitudes sociais indesejadas.

META 2: Sistema municipal de informações e indicadores culturais atualizado e aberto à população em rede com sistemas similares em nível estadual e nacional

Relação com meta nacional: 100% das Unidades da Federação (UFs) e 60% dos municípios com dados atualizados no Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC).

Relação direta com os objetivos 1, 2, 4, 6, 11.

Alcance: Médio prazo (até 6 anos).

Ações diretas e indiretas permanentes:

- Implantar o Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais como instrumento de acompanhamento, avaliação e aprimoramento da gestão e das políticas públicas, alinhando com sistemas estadual e nacional;
- Acompanhar padrões federais de cadastramento de fazedores de artes e produtores independentes, mapeamento e síntese de demais informações culturais;
- Aprimorar transversalmente mecanismos de comunicação e de colaboração entre órgãos públicos, organizações sociais e institutos privados, de modo a sistematizar informações, referências e experiências acumuladas em todas as áreas e segmentos;
- Realizar um programa contínuo de digitalização de acervos sonoros e de microfilmagem de partituras;
- Disponibilizar informações sobre as leis e regulamentos que regem a atividade cultural no País e a gestão pública das políticas culturais, dando transparência a dados e indicadores sobre gestão e investimentos públicos.

META 3: Maioria dos povos e comunidades tradicionais e grupos de culturas populares contemplados por ações municipais de promoção da diversidade cultural

Relação com meta nacional: 50% dos povos e comunidades tradicionais e grupos de culturas populares que estiverem cadastrados no Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC) atendidos por ações de promoção da diversidade cultural.

Relação direta com objetivos: 3, 4, 5, 6, 7, 9.

Alcance: Médio prazo (até 6 anos).

Ações diretas e indiretas permanentes:

- Apoiar instituições de ensino e pesquisa para realizações de diagnósticos, levantamentos e publicações relacionadas às diferentes manifestações e expressões culturais, preferencialmente, voltadas às culturas tradicionais, populares e urbana;
- Promover e fortalecer, principalmente junto à Sumira, as políticas, programas e ações voltados relações étnicas, de gênero e diversidade sexual com fomento e gestão transversais e compartilhados;
- Criar programas de difusão da memória oral e transmissão dos saberes e fazeres das culturas populares e tradicionais, por meio de bolsas de auxílio, criação de comissões intersetoriais, de oficinas e eventos formativos para toda a comunidade;
- Manutenção da Casa da Cultura Afro-Brasileira e a revitalização completa das obras do escultor Geraldo Albertini;
- Mapear, preservar, restaurar e difundir os acervos históricos das culturas afro-brasileira, indígenas e de outros povos e comunidades tradicionais, valorizando tanto sua tradição oral quanto sua expressão escrita nos seus idiomas e dialetos e na língua portuguesa;
- Realizar campanhas locais de valorização das culturas dos povos e comunidades tradicionais, por meio de conteúdos para meios de

comunicações, exposições museológicas, materiais didáticos e livros, entre outros;

- A partir das leis federais 10.639/2003 e 11.645/2003, incorporar a história e a cultura afro-brasileira e culturas indígenas em programas, projetos e ações da Secretaria da Cultura, articulando a divulgação dos produtos nas redes de ensino.

- Fortalecer o papel da rádio comunitária na promoção da diversidade das culturas indígenas, afro-brasileira, popular e tradicional, da liberdade de expressão cultural e direito a comunicação;

- Instituição da Semana Cultural Caiçara no calendário oficial da Cidade, em organização transversal e intersetorial para difusão desta cultura na Cidade;

- Estimular a criação de centros de referência e comunitários voltados às culturas populares, ao artesanato, às técnicas e aos saberes tradicionais, materiais e imateriais, com a finalidade de registro e transmissão da memória, desenvolvimento de pesquisas, preservação e valorização das tradições locais.

META 4: Consolidação e mapeamento das cadeias produtivas da economia criativa em todos os segmentos artísticos

Relação com meta nacional: 100% dos segmentos culturais com cadeias produtivas da economia criativa mapeadas.

Relação direta com objetivos: 4, 6, 7.

Alcance: Longo prazo (até 10 anos).

Ações diretas e indiretas permanentes:

- Mapear, fortalecer e articular as cadeias produtivas que formam a economia da cultura;

- Fortalecer as políticas culturais setoriais visando à universalização do acesso e garantia ao exercício do direito à cultura;

- Diálogo permanente da Secult e do CMPC com reuniões anuais setoriais de cada segmento artístico, a fim do estímulo de uma rede de movimentos artísticos na Cidade;
- Ampliar e desconcentrar os investimentos em produção, difusão e fruição cultural, visando o equilíbrio entre as diversas fontes e à redução das disparidades regionais e desigualdades sociais, preferencialmente em culturas tradicionais, populares e urbana;
- Estimular a produção independente de conteúdos para rádio, televisão, internet e outras mídias, com vistas na democratização dos meios de comunicação e na valorização da diversidade cultural;
- Estabelecer mecanismos complementares de fomento e financiamento tornando o Fundo Pró-Cultura como sócio de empreendimentos culturais e permitindo a incorporação de receitas advindas do sucesso comercial dos projetos;
- Incentivar ampliação de ações voltadas à realização de seminários, à publicação de livros, revistas, jornais e outros impressos culturais, ao uso da mídia eletrônica e da internet, para a produção e a difusão da crítica artística e cultural;
- Mapear espaços ociosos e imóveis públicos, criando programas para apoiar e estimular o seu uso para a realização de manifestações artísticas e culturais, espaços de ateliês, plataformas criativas e núcleos de produção independente;
- Promover o mapeamento dos circuitos de arte digital, assim como de suas fronteiras e das influências mútuas com os circuitos tradicionais;
- Com o programa de turismo histórico e cultural sustentável, envolver os órgãos, gestores e empresários de turismo no planejamento e comunicação com equipamentos culturais, promovendo espaços de difusão de atividades culturais para fins turísticos.

META 5: Efetivação de programas setoriais de apoio à sustentabilidade econômica da produção cultural local

Relação com metas nacionais: 110 territórios criativos reconhecidos; Contemplação de 300 projetos de apoio à sustentabilidade econômica da produção cultural local; Aumento em 95% no emprego formal do setor cultural.

Relação direta com objetivos 4, 6, 7, 9, 10.

Alcance: Longo prazo (até 10 anos).

Ações diretas e indiretas permanentes:

- Promover em parceria com outros órgãos públicos e privados o investimento para a pesquisa de inovação e a produção cultural independente e regional;
- Ampliar e aprimorar a divulgação dos programas, ações e editais públicos e privados de apoio à cultura;
- Fomentar políticas públicas de cultura voltadas aos direitos das mulheres e da diversidade sexual e sua valorização, contribuindo para a redução das desigualdades sociais;
- Estabelecer programas específicos para setores culturais, principalmente para artes visuais, música, artes cênicas, literatura, audiovisual, patrimônio, museus e diversidade cultural, garantindo percentuais equilibrados de alocação de recursos em cada uma das políticas setoriais;
- Fomentar e incentivar modelos de gestão eficientes que promovam o acesso às artes, ao aprimoramento e à pesquisa estética e que permitam o estabelecimento de grupos sustentáveis e autônomos de produção;
- Criar em parceria com órgãos públicos, organizações sociais e iniciativa privada uma incubadora criativa, oferecendo apoio técnico às iniciativas de associativismo, cooperativismo e demais iniciativas culturais, com objetivo de formular e gerenciar projetos e de profissionalização, além de formações permanentes junto de iniciativas similares de relevância nacional;

- Estimular o reaproveitamento e reciclagem de resíduos de origem natural e industrial, dinamizando e promovendo o empreendedorismo e a cultura do ecodesign;
- Estimular a adesão de artistas, autores, técnicos, produtores e demais trabalhadores da cultura a programas que ofereçam planos de previdência pública e complementar específicos para esse segmento;
- Oficialização por lei da Feira de Artesanato na Praça Coronel José Lopes e próxima à Área de Eventos da Praia do Itararé;
- Estudo e construção de uma estrutura temporária e, posteriormente permanente e coberta, para as feiras de artesanato na Praça Coronel José Lopes, na Praça 22 de Janeiro e próxima à Área de Eventos da Praia do Itararé;
- Autorização para exposição de artesanato, artes plásticas, visuais e de outros segmentos em outras praças da Cidade, disseminando assim o potencial econômico e turístico;
- Estudo e implementação de um centro cultural no Mercado Municipal de São Vicente;
- Incluir programação e atividades relacionadas à cultura negra urbana atual na Casa da Cultura Afro-Brasileira, principalmente, relacionadas ao hip hop;
- Criação da Casa do Artesão como vitrine e comercialização de mostras para os expositores registrados na Cidade, possibilidades de ateliê e cursos voltados ao segmento artístico;
- Utilizar a TV Primeira como veículo de divulgação da programação artística e cultural e das expressões próprias da diversidade cultural da Cidade;
- Possibilitar os demais equipamentos públicos municipais, como escolas e CECOFs, como espaços de exposições de artes plásticas e visuais, e, em seus auditórios, apresentações de artes cênicas e literatura;
- Manter os equipamentos culturais já existentes e administrados pelo Poder Público, como também concluir às obras dos espaços municipais inacabados

para maior agenda de programação artística, como o CEU das Artes, o Cine 3D e o Teatro Municipal;

- Estudar a possibilidade de implantação de gradativamente novos equipamentos públicos culturais, como uma Concha Acústica Municipal;
- Estimular a abertura de agenda cultural dos equipamentos municipais, principalmente, para projetos da comunidade;
- Regulamentar por lei a cobrança de ingressos em espaços culturais do município, mobilizando a economia criativa e o Fundo Pró-Cultura;
- Criação de editais setoriais de fomento e financiamento às produções independentes com crescimento gradativo nas fontes de receita destes editais.

META 6: 100% das escolas públicas de Educação básica com a disciplina de Arte no currículo escolar regular com ênfase em cultura brasileira, linguagens artísticas e patrimônio cultural

Relação com metas nacionais: 100% das escolas públicas de Educação básica com a disciplina de Arte no currículo escolar regular com ênfase em cultura brasileira, linguagens artísticas e patrimônio cultural; 100 mil escolas públicas de Educação Básica desenvolvendo permanentemente atividades de arte e cultura.

Relação direta com objetivos: 3, 4, 5, 7, 8.

Alcance: Curto prazo (até 3 anos).

Ações diretas e indiretas permanentes:

- Atuar em conjunto com instituições de ensino público e privado no desenvolvimento de atividades que insiram as artes e a educação musical no ensino regular como instrumento e tema de aprendizado, com a finalidade de estimular o olhar crítico e a expressão artístico-cultural do estudante;

- Inserir o patrimônio cultural na pauta do ensino formal, apropriando-se dos bens culturais nos processos de formação formal cidadã, estimulando novas vivências e práticas educativas.
- Incentivar pesquisas e elaboração de materiais didáticos e de difusão referentes a conteúdos multiculturais, étnicos e de educação patrimonial;
- Estabelecer uma agenda compartilhada de programas, projetos e ações entre os órgãos de cultura e educação municipais, estaduais e iniciativa privada;
- Realizar programas em parceria com as instituições de educação para que as escolas, universidades e CECOFs atuem também como centros de produção e difusão cultural da comunidade;
- Garantir a manutenção da biblioteca e gibiteca municipal, como também de modo intersetorial estimular uma programação de ações formativas, apresentações e mostras para a comunidade;
- Apoiar e acompanhar em ação transversal a qualidade do currículo disciplinar das artes nas instituições públicas de ensino e possibilidade de difusão das produções estudantis;
- Fortalecer programas voltados ao desenvolvimento de ações culturais para grupos em situação de vulnerabilidade social (crianças, adolescentes, mulheres, idosos, diversidade sexual, toxicodependentes, entre outros), com financiamento e modelo de gestão compartilhado e intersetorial.

META 7: Programa de formação continuada de cultura para professores e arte-educadores da rede municipal de ensino

Relação com meta nacional: 20 mil professores de Arte de escolas públicas com formação continuada.

Relação direta com objetivos: 3, 4, 7, 8.

Alcance: Médio prazo (até 6 anos).

Ações diretas e indiretas permanentes:

- Capacitar educadores e agentes multiplicadores para a utilização de instrumentos voltados à formação de uma consciência histórica crítica que incentive a valorização e a preservação do patrimônio material e imaterial;
- Desenvolver e ampliar programas dedicados à capacitação de profissionais para o ensino de história, arte e cultura africana, afro-brasileira, indígena e de outras comunidades, bem como das diversas expressões culturais e linguagens artísticas;
- Desenvolver um programa para contribuir de modo permanente através de cursos, oficinas e seminários com a qualidade dos professores e arte-educadores da rede pública de ensino;
- Elaborar, em parceria com os órgãos de educação e ciência e tecnologia e pesquisa, programas permanentes de formação de pesquisadores e núcleos de pesquisa sobre as manifestações afro-brasileiras, indígenas e de outros povos e comunidades tradicionais nas instituições de ensino superior.

META 8: Aumento em 150% no total de pessoas qualificadas anualmente em atividades formativas de cultura pela Administração Municipal

Relação direta com objetivos: 1, 4, 5, 7, 10.

Alcance: Longo prazo (até 10 anos).

Ações diretas e indiretas permanentes:

- Promover ações formativas e eventos de intercâmbio de experiências e ações coletivas entre diferentes segmentos da população, grupos de identidade e expressões culturais;
- Manter o Programa de Oficinas Culturais gerindo ações integradas de formação e capacitação inicial e continuada para artistas, autores, técnicos, gestores, produtores e demais agentes culturais, estimulando a profissionalização, o empreendedorismo social, o uso das tecnologias de informação e comunicação e o fortalecimento da economia da cultura;

- Fomentar programas de aperfeiçoamento técnico de agentes locais para a formulação e implementação de planos de preservação e difusão do patrimônio cultural, utilizando esses bens de forma a geração sustentável de economias locais;
- Fomentar e implantar ações formativas pública na história da arte e demais temas acadêmicos que se relacionem com a Cultura;
- Manter a sede do Programa de Oficinas Culturais com espaços específicos para linguagens afins de atividades multiuso (capacitações, exposições, seminários e outros);
- Manter e ampliar as atividades dos programas de Oficinas Culturais e Encontros de modo descentralizado pela Cidade em parceria com demais instituições públicas e privadas;
- Implementar iniciativas de capacitação e fomento ao uso de meios digitais de registro, produção, pós-produção, design e difusão cultural.

META 9: Média individual de quatro livros lidos fora do aprendizado formal por ano

Relação com meta nacional: Média de quatro livros lidos fora do aprendizado formal por ano, por cada brasileiro.

Relação direta com objetivos 1, 4, 5, 6, 7, 8.

Alcance: Longo prazo (até 10 anos).

Ações diretas e indiretas permanentes:

- Efetivar e ampliar o Programa Viva Cultura Viva com a ação de baús de leitura junto às associações comunitárias e demais espaços públicos, estudo de bibliotecas itinerantes e de distribuição de livros, e de editais de publicação de obras independentes locais;

- Realização de uma programação permanente de eventos voltados à literatura, como seminários, festivais, saraus, workshops, encontros de autores em escolas, entre outros;
- Capacitar educadores, bibliotecários e agentes do setor público e da sociedade civil para a atuação como agentes de difusão da leitura, contadores de histórias e mediadores de leitura em escolas, bibliotecas e museus, entre outros equipamentos culturais e espaços comunitários.
- Estimular a existência de livrarias e lojas de produtos culturais junto aos equipamentos culturais, dando destaque à produção das comunidades e permitindo aos consumidores locais obter produtos nacionais e internacionais de qualidade.

META 10: Aumento gradativo nas atividades de difusão cultural em intercâmbio nacional e internacional nas áreas de teatro, dança, circo, música, artes visuais, literatura e artesanato

Relação com meta nacional: Aumento em 70% nas atividades de difusão cultural em intercâmbio nacional e internacional.

Relação direta com objetivos: 1, 3, 4, 7, 8.

Alcance: Longo prazo (até 10 anos).

Ações diretas e indiretas permanentes:

- Articular programas e ações permanentes de cultura e intercâmbio para aprofundar temas e experiências culturais com outros municípios e países que, preferencialmente, participaram dos fluxos migratórios que contribuíram para a formação da cultura local;
- Estimular em parcerias com editoras e demais órgãos a tradução e a publicação de obras literárias brasileiras em diversas mídias no exterior, assim como de obras estrangeiras no município, ampliando o repertório cultural local;

- Fomentar atividades de intercâmbio inter-regional, internacional e residências artísticas de estudantes e profissionais da cultura em instituições nacionais e estrangeiras do campo da cultura.

META 11: 60% dos profissionais registrados da Cidade com acesso ao benefício do Programa de Cultura do Trabalhador (Vale-Cultura)

Relação com meta nacional: 12 milhões de trabalhadores beneficiados pelo Programa de Cultura do Trabalhador (Vale-Cultura).

Relação direta com objetivos: 4, 6, 7.

Alcance: Longo prazo (até 10 anos).

Ações diretas e indiretas permanentes:

- Implantar, em parceria com as empresas empregadoras, programas de acesso à cultura para o trabalhador brasileiro, que permitam a expansão do consumo e o estímulo à formalização do mercado de bens, serviços e conteúdos culturais.

- Incentivar demais equipamentos e empresas a se habilitarem para comercializarem produções culturais;

- Estímulo e criação em parceria com demais instituições para uma rede virtual de divulgação das iniciativas habilitadas, apresentações e produções culturais para garantir o acesso à população a tais bens no município ou região.

META 12: Aumento em 100% do número de pessoas que frequentam museus, cinema, espetáculos de teatro, circo, dança, música e exposição

Relação com meta nacional: Aumento em 60% do número de pessoas que frequentam museu, centro cultural, cinema, espetáculos de teatro, circo, dança e música.

Relação direta com objetivos: 4, 6, 7.

Alcance: Longo prazo (até 10 anos).

Ações diretas e indiretas permanentes:

- Fomentar a instalação e a ampliação de acervos públicos direcionados às diversas linguagens artísticas e expressões culturais em instituições de ensino, bibliotecas e equipamentos culturais;
- Apoiar e inserir em programas e eventos municipais as culinárias, as gastronomias, os utensílios, as cozinhas e as festas correspondentes como patrimônio brasileiro material e imaterial, bem como o registro, a preservação e a difusão de suas práticas;
- Estimular a criação de programas e conteúdos para rádio, televisão e internet que visem a formação do público e a familiarização com a arte e as referências culturais;
- Incentivar e proporcionar o financiamento de projetos e ações de formação de público, para permitir a disponibilização de repertórios, de acervos, de documentos e de obras de referência;
- Apoiar e estudar possibilidades de redução fiscal às associações de amigos, clubes, associações, sociedades e outras formas comunitárias que potencializem o acesso a bens e serviços em equipamentos culturais
- Estabelecer redes de equipamentos culturais geridos pelo poder público, pela iniciativa privada, pelas comunidades ou por artistas e grupos culturais, de forma a propiciar maior acesso e o compartilhamento de programações, experiências, informações e acervos;

- Estimular que as futuras instituições de ensino público ou privado a se instalem na Cidade contem com espaços culturais abertos à população;
- Criar uma rede de programação artística de seminários, cursos e mostras nos equipamentos públicos culturais e outros equipamentos, como instituições de ensino e centros comunitários;
- Apoiar e fomentar os circuitos culturais universitários e oferecer condições para que os campi e faculdades promovam a formação de público, a recepção qualificada e a abertura de espaços para a produção independente e inovadora;
- Retomada do programa de residência artística no Parque Cultural Vila de São Vicente e estudo de ampliação de residência artística em demais espaços públicos e turísticos da Cidade;
- Garantir a participação de outros segmentos artísticos, como artes visuais e artesanato na agenda do Parque Cultural Vila de São Vicente;
- Manter e ampliar a descentralização geográfica e a participação comunitária na Encenação da Fundação da Vila de São Vicente e em festivais já existentes, como também criar ou apoiar novas mostras para valorizar cada segmento artístico no calendário municipal oficial (festival artesanal, de artes visuais, etc);
- Estudar a possibilidade de utilização da orla da praia e praças públicas para realização de festivais artísticos, como a pedreira do Japuí para apresentações musicais;
- Manter a programação de eventos e festivais municipais, como também apoiar com infraestrutura, divulgação e atividades os demais festivais e mostras independentes realizadas pela sociedade civil;
- Garantir a participação de todos os segmentos da Cidade na exposição de suas produções artísticas durante a Encenação da Fundação da Vila de São Vicente e de demais festivais e eventos culturais realizados pelo Poder Público;

- Participação de expositores de artes plásticas, visuais e artesanato durante a Encenação da Fundação da Vila de São Vicente e de demais festivais e eventos culturais realizados pelo Poder Público;
- Estimular exposições de artes plásticas e artes visuais permanente e itinerantes, para adequar-se em espaços externos e internos; circuito em praças, espaços públicos; associado a outros eventos relevantes;
- Envolver ações artísticas com campanhas de assistência e desenvolvimento social, como prevenção à saúde, sustentabilidade e preservação de patrimônio histórico e cultural.

META 13: Modernização do sistema de biblioteca, museus e patrimônios culturais e históricos da Cidade

Relação com metas nacionais: 50% de bibliotecas públicas e museus modernizados; 100% dos municípios brasileiros com ao menos uma biblioteca pública em funcionamento; Municípios brasileiros com algum tipo de instituição ou equipamento cultural, entre museu, teatro ou sala de espetáculo, arquivo público ou centro de documentação, cinema e centro cultural.

Relação direta com objetivos: 1, 3, 4, 5, 7, 8.

Alcance: Médio prazo (até 6 anos).

Ações diretas e indiretas permanentes:

- Implementar e ampliar programas de proteção e gestão do patrimônio cultural, histórico e artístico da Cidade;
- Promover política para pesquisa, preservação e difusão do patrimônio no Sítio Arqueológico do Bacharel e do sítio arqueológico do Instituto Histórico e Geográfico de São Vicente em conjunto com demais órgãos, instituições e entidades correlacionadas;
- Estimular em parceria com órgãos públicos e privados programas contínuos de bolsas acadêmicas para pesquisas e publicações editoriais na área de crítica, teoria e história da arte, patrimônio cultural e projetos experimentais;

- Organizar em rede a infraestrutura de arquivos públicos, biblioteca, Casa Martim Afonso e o Centro de Documentação e Memória, atualizando os conceitos e os modelos de promoção cultural, gestão técnica profissional e atendimento ao público, reciclando a formação e a estrutura institucional;
- Estudar a possibilidade de estimular o registro e a memória da Cidade por meio de projeto municipal de biografias dos nomes que se dão às vias locais de São Vicente, em especial, a quem se homenageia nas ruas da Área Continental.

META 14: 100% dos gestores públicos de cultura e 50% dos conselheiros capacitados em cursos promovidos ou certificados pelo Ministério da Cultura

Relação com metas nacionais: Gestores capacitados em 100% das instituições e equipamentos culturais apoiados pelo Ministério da Cultura Gestores de cultura e conselheiros capacitados em cursos promovidos ou certificados pelo Ministério da Cultura em 100% das Unidades da Federação (UFs) e 30% dos municípios, dentre os quais, 100% dos que possuem mais de 100 mil habitantes.

Relação direta com objetivos: 1, 2, 3, 4.

Alcance: Longo prazo (até 10 anos).

Ações diretas e indiretas permanentes:

- Proporcionar a qualificação dos gestores da secretaria e conselheiros do Poder Público e da sociedade civil sobre gestão de políticas públicas para o setor;
- Participar de cursos, conferências e fóruns promovidos ou reconhecidos pelo Ministério da Cultura para aumentar a eficácia das políticas municipais para o setor;
- Estabelecer parcerias com instituições de ensino técnico e superior, bem como parcerias com associações e órgãos representativos setoriais, para a criação e o aprimoramento contínuo de cursos voltados à formação e

capacitação de trabalhadores da cultura, gestores técnicos de instituições e equipamentos culturais.

META 15: Todas bibliotecas públicas, de museus e centros de documentação disponibilizando informações sobre seu acervo no Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais

Relação com meta nacional: 100% de bibliotecas públicas e 70% de museus e arquivos disponibilizando informações sobre seu acervo no SNIIC.

Relação direta com objetivos: 1, 2, 3, 4, 6, 8, 11.

Alcance: Longo prazo (ate 10 anos).

Ações diretas e indiretas permanentes:

- Adotar protocolos que promovam o uso dinâmico de arquivos públicos, conectados em rede, assegurando amplo acesso da população e disponibilizando conteúdos multimídia;
- Garantir controle e segurança de acervos e coleções de bens móveis públicos de valor cultural, envolvendo a rede de agentes responsáveis, de modo a resguardá-los e garantir-lhes acesso;
- Criação de um arquivo histórico digitalizado classificado por categorias (diferentes segmentos e culturas em suportes de vídeo, cinema e fotografia) no Centro de Documentação e Memória de São Vicente;
- Promover e participar de redes de instituições dedicadas à documentação, pesquisa, preservação, restauro e difusão da memória e identidade dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

META 16: Consolidação de um polo de produção digital audiovisual

Relação com metas nacionais: 150 filmes brasileiros de longa-metragem lançados ao ano em salas de cinema; 37% dos municípios brasileiros com cineclube; 100% das Unidades da Federação (UFs) com um núcleo de produção digital audiovisual e um núcleo de arte, tecnologia e inovação.

Relação direta com objetivos: 1, 3, 4, 5, 6, 7, 10.

Alcance: Médio prazo (até 6 anos).

Ações diretas e indiretas permanentes:

- Reformar o Cine 3D gerenciando ações formativas de audiovisual e arte digital, além de circuitos de exibição de obras nacionais e locais a preços populares ou gratuitos;
- Apoiar, instalar e gerenciar em rede espaços de exibição audiovisual nos centros culturais, educativos e comunitários da Cidade, especialmente aqueles localizados em áreas de vulnerabilidade social, disponibilizando aparelhos multimídia e digitais e promovendo a expansão dos circuitos de exibição;
- Criar um núcleo de capacitação e exposição permanente das artes plásticas, visuais e audiovisual (cursos semestrais e anuais teóricos e práticos) associados a fundamentos e práticas transversais de cidadania;
- Possibilitar a criação de um cineclube e mostras de produções independentes locais na Cidade e expansão de atividades formativas de audiovisual de modo descentralizado pela Cidade;
- Promover oficinas, workshops e cursos para realizadores audiovisuais da região com diferentes profissionais do mercado nacional;
- Estudar a possibilidade de criação de um Film Commission na Cidade para promover o desenvolvimento econômico em conjunto com produtoras da região e do Brasil para apoio à gravação de obras utilizando espaços da Cidade, com possibilidade de alternativa de financiar o Fundo Pró-Cultura;

META 17: 100% de bibliotecas públicas, museus, cinemas, teatros, arquivos públicos e centros culturais atendendo aos requisitos legais de acessibilidade e desenvolvendo ações de promoção da fruição cultural por parte das pessoas com deficiência

Relação com meta nacional: 100% de bibliotecas públicas, museus, cinemas, teatros, arquivos públicos e centros culturais atendendo aos requisitos legais de acessibilidade e desenvolvendo ações de promoção da fruição cultural por parte das pessoas com deficiência.

Relação direta com objetivos: 1, 3, 4, 6, 7, 9.

Alcance: Médio prazo (até 6 anos).

Ações diretas e indiretas permanentes:

- Garantir que os equipamentos públicos culturais ofereçam infraestrutura, arquitetura, design, equipamentos, programação, acervos e atividades culturais qualificados e adequados às expectativas de acesso, de contato e de fruição do público, garantindo a especificidade de pessoas com deficiência;
- Estimular que demais centros culturais comerciais e privados também garantam programação artística permanente para a população e a acessibilidade para as pessoas com deficiência;
- Capacitar permanentemente agentes públicos para atendimento específico às pessoas com deficiência, como cursos de libras e braile;

META 18: 2% do Orçamento Municipal voltado a programas e ações de âmbito cultural desenvolvidos pela Secretaria da Cultura ou outros órgãos públicos

Relação direta com objetivos: 1 a 12.

Alcance: Longo prazo (até 10 anos).

Ações diretas e indiretas permanentes:

- Crescimento gradativo do orçamento municipal para a Secretaria Municipal da Cultura;
- Estimular e proporcionar programas intersetoriais (de educação, assistência social, turismo e igualdade racial e de gênero, entre outros) que envolvam o acesso à cultura;
- Sensibilizar e mobilizar a sociedade civil, os poderes públicos executivo, legislativo e judiciário para a mudança necessária no percentual destinado no orçamento municipal para a cultura;
- Promover junto a órgãos públicos e privados e sociedade civil um estudo de programas para modelos de financiamento de cultura e turismo, estabelecendo também gestão compartilhada e em rede.

META 19: Aumento gradativo anual de dotação orçamentária para futuros programas e editais de fomento à cultura municipal

Relação direta com objetivos: 1 a 12.

Alcance: Longo prazo (até 10 anos).

Ações diretas e indiretas permanentes:

- Estimular a iniciativa privada para investimento em cultura, com aumento nos fundos municipal, estadual e federal de Cultura e a criação de novos mecanismos de financiamento (por exemplo, linhas de crédito, editais e bolsas);
- Estudo e possibilidade de criação de leis de incentivo para investimento no Fundo Pró-Cultura;
- Estabelecer em editais no Fundo Pró-Cultura os critérios transparentes para o financiamento público de atividades e ações;
- Ampliar e regulamentar as contrapartidas socioculturais, de desconcentração regional, de acesso, de apoio à produção independente e de pesquisa para o incentivo a projetos com recursos oriundos da renúncia fiscal;
- Estimular pessoas físicas a investir em projetos culturais por meio dos mecanismos de renúncia fiscal e de doações ao Fundo Pró-Cultura.

4.4 GESTÃO, INDICADORES E RECURSOS

Toda esta construção do Plano Municipal de Cultura deve ser executada a partir de suas atribuições legais pelo Poder Público de modo intersetorial entre as secretarias e órgãos municipais, como também pelos demais componentes do Sistema Municipal de Cultura. Cabe aos futuros gestores no decorrer deste decênio de criarem estudos, estratégias e articulações das ações previstas acima para atender as demandas dos objetivos e das metas a elas relacionadas.

Embora seja consolidada como estratégico para o desenvolvimento socioeconômico de qualquer município, a Cultura ainda é uma área que não se há um valor estipulado por diretrizes nacionais para o atendimento de suas demandas. Desta maneira, os recursos para a realização destas ações devem ser previstos e estudados pela Administração Municipal, como também possibilidades de diferentes tipos de fontes de receita e financiamento, como repasses dos fundos estadual e nacional de cultura.

A efetivação de um Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais é essencial para acompanhamento e revisão dos índices e dos cumprimentos das metas definidas neste plano. A Secretaria Municipal da Cultura, os conselhos municipais vinculados à esta pasta e as conferências são componentes importantes para a fiscalização e avaliação das estratégias propostas por este plano, cabendo a maior transparência de mecanismos para identificar o cumprimento de metas e, estimando que após a primeira metade da vigência do plano, crie-se uma conferência ou audiência pública com participação do Poder Público e da sociedade civil para criação de um novo diagnóstico cultural, a fim de acompanhar se as estratégias estão sendo alcançadas e eficazes.

5. REFERÊNCIAS

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 48**, de 10 de agosto de 2005. Acrescenta o terceiro parágrafo do artigo 215 da Constituição Federal, instituindo o Plano Nacional de Cultura. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 19 ago. 2015.

BRASIL. **Lei nº 12.343**, de 2 de dezembro de 2010. Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 19 ago. 2015.

CENTRO DE PESQUISAS METEOROLOGICAS E CLIMÁTICAS APLICADAS À AGRICULTURA – CEPAGRI. **Clima dos municípios paulistas**. Disponível em: <<http://www.cpa.unicamp.br>>. Acesso em: 19 jul. 2015.

DEPARTAMENTO DE INFORMATICA DO SUS – DATASUS. **Cadernos de Informação de Saúde – versão de maio/2010**. Brasília: Ministério da Saúde e IBGE/2010.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS – SEADE. **Informações dos Municípios Paulistas – IMP**. Disponível em: <<http://produtos.seade.gov.br/produtos/imp/>>. Acesso em: 19 ago. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Banco de Dados Agregados SIDRA**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 19 ago. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico 2010: características urbanísticas do entorno dos domicílios**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 19 ago. 2015.

INSTITUTO POLIS. **Diagnóstico Urbano Socioambiental e Programa de Desenvolvimento Sustentável em Municípios da Baixada Santista e Litoral Norte do Estado de São Paulo**. Boletim n.º 1 São Vicente. São Paulo: Petrobrás/Instituto Polis, 2012.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Pontos de Cultura**. <<http://www.cultura.gov.br/pontos-de-cultura1>> Disponível em 8 de nov. de 2015.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Vale-Cultura**. <<http://www.cultura.gov.br/valecultura>> Disponível em 8 de nov. de 2015.

OFICINAS CULTURAIS. **Oficinas Culturais do Estado de São Paulo**. <<http://www.oficinas culturais.org.br/>> Disponível em 8 de nov. de 2015.

PLANO ESTADUAL DE CULTURA DE SÃO PAULO. Acesso de minuta de lei que institui o **plano estadual de cultura**. Disponível em: <<http://www.planoestadualdecultura.sp.gov.br/>>. Acesso em: 19 ago. 2015.

PLANOS MUNICIPAIS DE CULTURA. **Biblioteca de arquivos de planos já instituídos por prefeituras**. Disponível em: <<http://www.planomunicipaldecultura.com.br/>>. Acesso em 19 ago. 2015.

PORTAL ODM. **Relatórios Dinâmicos – município de São Vicente**. Disponível em: <<http://www.portalodm.com.br/>>. Acesso em: 19 ago. 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE – PMSV. Comissão de Acompanhamento, Elaboração e Implantação do Plano Municipal de Saneamento Básico e de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de São Vicente. Plano Municipal de Saneamento Básico e de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de São Vicente – PMSBGIRS-SV. 2014a.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE – PMSV. **Conheça São Vicente**. Disponível em: <<http://www.saovicente.sp.gov.br/>>. Acesso em: 19 ago 2015.

PROJETO GURI. **Programa Projeto Guri**. <<http://www.projetoguri.org.br/>> Disponível em 8 de nov. de 2015.